



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL SUL-COREANA E AS ESQUERDAS:
CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO**

Emanuel Cesar da Costa Tejerina

**UFRRJ/RJ
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL SUL-COREANA E AS ESQUERDAS:
CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO**

Emanuel Cesar da Costa Tejerina
Sob orientação do professor Fábio Koifman

Dissertação apresentada à banca examinadora, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Curso de **Mestrado em História**. O projeto está vinculado à Área de Concentração Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual.

**UFRRJ/RJ
2024**

T2661 Tejerina, Emanuel Cesar da Costa, 1993-
A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL SUL-COREANA E AS
ESQUERDAS / Emanuel Cesar da Costa Tejerina. - Rio de
Janeiro, 2024.
103 f.

Orientador: Fábio Koifman. Dissertação (Mestrado).
-- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Mestrado em História, 2024.

1. Coreia do Sul. 2. Lei de Segurança Nacional. 3.
Anticomunismo. 4. Partidos Políticos. 5. História da
Ásia. I. Koifman, Fábio, 1964-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Mestrado em História III. Título.



TERMO Nº 1 / 2025 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.000344/2025-16

Seropédica-RJ, 06 de janeiro de 2025.

Nome do(a) discente: EMANUEL CESAR DA COSTA TEJERINA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 30 de dezembro de 2024

Banca Examinadora:

Dr. EMILIANO UNZER MACEDO, UFES Examinador Externo à Instituição

Dr. LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES, UFRRJ Examinador Interno

Dr. FABIO KOIFMAN, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 07/01/2025 09:43)

FABIO KOIFMAN
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1775134

***(Assinado digitalmente em
09/01/2025 22:48)***

LUIS EDMUNDO DE SOUZA
MORAES
PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1353338

(Assinado digitalmente em 27/01/2025 10:57)

EMILIANO UNZER MACEDO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 078.515.167-22

*"É como se pedissem para não falar de
Irã porque há o Afeganistão como
vizinho. E eles não fazem isso"*

*(Frase de sul-coreano, membro do
Partido Jinbo, quando perguntado sobre
a pouca visibilidade da realidade
política sul-coreana, em comparação
com outro cenário geopolítico)*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante a realização desta tese de mestrado, especialmente àqueles que contribuíram diretamente para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Primeiramente, agradeço imensamente à minha esposa Clarissa, pelo apoio incondicional, paciência e compreensão em todos os momentos desta jornada. Seu amor e encorajamento foram fundamentais para que eu superasse os desafios e seguisse em frente com determinação.

Agradeço também à minha mãe, Adriane, pela constante fonte de inspiração, pelas lições de vida e pelo apoio constante que me ofereceu, tanto nas questões práticas quanto nas emocionais. Sua presença e confiança em meu potencial me motivaram em diversos momentos.

A todos os membros da minha família, que, mesmo distantes ou em momentos de silêncio, sempre estiveram presentes com seu carinho e confiança, sou profundamente grato. Cada um de vocês, de forma única, contribuiu para que eu chegasse até aqui.

Agradeço, ainda, a todos os amigos e colegas que me ofereceram suporte durante esse processo. Suas palavras de incentivo e ajuda prática não passaram despercebidas e foram de extrema importância.

Este trabalho é, em grande parte, resultado da força e amor de cada um de vocês.

Muito obrigado!

RESUMO

TEJERINA, Emanuel Cesar Da Costa. **A Lei De Segurança Nacional Sul-Coreana E As Esquerdas: Construção E Reconstrução.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2024-2. 103p.

Este trabalho tem como objetivo estudar as aplicações da Lei de Segurança Nacional da Coreia do Sul, que foi instituída em 1948 e mantida, ainda que com diversas modificações, até o momento em que esta dissertação está sendo escrita. A partir da análise do contexto da formação do pensamento político e intelectual na Coreia que se estabeleceu a partir do fim do século XIX e dos acontecimentos que levaram à divisão da península, temos o intuito de demonstrar como esta lei se prestou especialmente a dar fundamento legal à perseguição às entidades políticas de esquerda nos anos da Primeira República Coreana (1948-1960) e também no período de regime militar (1961-1987). Após a queda deste último, alguns dispositivos foram atenuados na referida lei, que, aos poucos, possibilitou surgimento de novas agremiações partidárias à esquerda do espectro político. No entanto, a aplicação prática deste instrumento legal seguiu sendo utilizada contra organizações de esquerda, chamados naquele país de Progressistas, alvo de desconfianças e acusações que estariam espionando para a contraparte comunista, a Coreia do Norte, ou mesmo fomentando levantes para instaurar o comunismo também na porção sul da península. Assim sendo, busca-se utilizar o objeto principal – e suas aplicações – para melhor compreender a realidade política coreana ao longo de todos os regimes instaurados no período de 1948 a 1988, em especial no trato das agremiações de esquerda no período.

Palavras-chave: Coreia do Sul. Anticomunismo. Segurança Nacional. Partidos Políticos.

ABSTRACT

TEJERINA, Emanuel Cesar Da Costa. *The South Korean National Security Law and the Left: Construction and Reconstruction*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2024. 103 p.

This paper aims to study the usage of South Korean ' National Security Act, which was instituted in 1948 and is still maintained, albeit with several modifications, up to the time this dissertation is being written. Based on the analysis of the context of the formation of Korean political and intellectual thought that was established from the end of the 19th century and taking into consideration the events that led to the division of the peninsula, we intend to demonstrate how this law was especially useful in providing legal terms for the persecution of left-wing organizations during the years of the First Korean Republic (1948-1960) and also during the period of military rule (1961-1987). After the fall of the latter, some provisions were attenuated in the aforementioned law, which gradually allowed the emergence of new party groups on the left of the political spectrum. However, the practical application of this legal instrument continued to be used against left-wing groups, known in that country as Progressives. Many of whom were targeted as suspicious and accused of spying for the communist north, North Korea, or even accused of fomenting uprisings to establish communism in the southern part of the peninsula. Therefore, the aim is to use the main object – and its applications – to better understand the reality of the Korean political scenario throughout all the regimes established in the period from 1948 to 1988, especially in the way they treated left-wing groups while in power.

Keywords: *South Korea. anticommunism. National Security. Political Parties.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: A Formação da Nação Coreana e a Reformulação do Pensamento Político na Coreia Nos Séculos XIX e XX.....	17
CAPÍTULO II – A Lei de Segurança Nacional na História Coreana.....	32
2.1 O contexto sociopolítico de Jeju.....	32
2.2 Os primórdios das revoltas populares – Deagu em 1946	33
2.3 Tensões sobre a Coreia Unificada e o papel da ONU	35
2.4 A última resistência e as eleições de maio de 1948.....	37
2.5 Uma lei em constante mudança	43
2.6 O governo Rhee em crise.....	45
2.7 A queda do Iminismo e uma nova chance para a democracia.....	47
2.8 A breve esperança e a realidade militar	50
2.9 Uma nova Coreia do Sul e a Era Park	52
2.10 A ascensão de Chun Do Hwa e da Hanahoe	54
2.11 A luta <i>Minjung</i> e as mudanças reguladas	60
2.12 O recomeço e as cartas marcadas.	61
2.13 A crise, as eleições de 1997 e a chance de Dae Jung	64
CAPÍTULO III – OS PARTIDOS DE ESQUERDA NA COREIA DO SUL – ONTEM E HOJE	69
3.1 A Primeira República, os comunistas e os socialistas anti-Juche.....	71
3.2 A Segunda República e uma nova tentativa	76
3.3 Os “anos de chumbo” e o limbo da esquerda	80
3.4 Uma nova chance, velhos desafios	89
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo suscitar debates sobre a História sul-coreana em nuances de História política, em especial acerca da Lei de Segurança Nacional, suas formas e usos através dos diversos regimes que lá existiram, como também trabalhar a história de Partidos políticos de esquerda, lá quase sempre chamados de progressistas¹, em que seus quadros resistiam contra banimentos, perseguições, prisões, torturas e também execuções.

Já nos termos da historiografia apresentada na atualidade, separando-a entre as fontes brasileiras e estrangeiras (aí novamente separadas em coreanas e não-coreanas), pode-se dizer que o *status* acadêmico da temática “História Política sul-coreana”, no Brasil, é ainda insipiente, contrastando com a abundante apresentação de pesquisas acadêmicas sobre cultura sul-coreana. Basta procurar o termo *Hallyu*, – que significa “onda coreana” – no banco de teses da plataforma do CAPES para encontrar ao menos uma dezena de trabalhos acadêmicos que tratam do tema da “onda coreana” de forma central, denotando também que este estudo pode abarcar diversas áreas do conhecimento dentre as Humanidades.

Há de se ressaltar, todavia, que existe uma carência de debate nos termos das produções acadêmicas que tratem a Lei de Segurança Nacional (LSN) sul-coreana diretamente, não necessariamente como o tema principal, ou mesmo que tratem do quadro político sul-coreano sem fazê-lo de maneira condicionante ao desenvolvimento econômico do país. Ou seja, trata-se sim do período autoritário sob o militar Park Chung hee (1917 - 1979), mas os meandros de sua chegada ao poder e de sua manutenção lá, culminando em seu assassinato no ano de 1979, são ofuscados pelo formato de desenvolvimento das indústrias químicas, dos aportes financeiros dos Estados Unidos, da manutenção das *chaebols* (conglomerados econômicos sul-coreanos, como Samsung, Hyundai, a antiga Daewoo), do impulso inicial para o milagre do rio Han.

Tal qual o governo posterior do também militar Chun Doh hwa (1931 - 2021), que criava partidos políticos de fachada e governava com um parlamento fictício, totalmente ao seu comando, mas que promoveu grande abertura de capital e realizou as grandes obras para as

¹ Termo de difícil colocação na ciência política, mas que é colocada como (BOBBIO, 1983): “A ambiguidade do conceito faz com que atualmente, em termos políticos, se use de preferência uma expressão da ciência política, ou seja, a de modernização, e de seu contrário, ou seja a de subdesenvolvimento (ou até a de retrocesso ou decadência).” Neste ponto, é importante frisar que, para se distinguir de comunistas apoiadores da ideia Juche, grande parte da esquerda sul-coreana adotou para si o termo “progressista” para distinção do termo “esquerda” e buscar algo mais próximo da social-democracia e do reformismo enquanto proposta para a sociedade, ao contrário do programa revolucionário norte-coreano. Este termo tornou-se comum e passou a ser utilizado tanto pelos próprios progressistas como por detratores, que, por vezes, elencam, de forma errônea, constando a concepção acima, os comunistas revolucionários como progressistas.

Olimpíadas de 1988. É preciso abrir espaço para temáticas diversas para além do enfoque no rápido desenvolvimento deste tigre asiático. Já no Brasil, não há fontes primárias para pesquisa, havendo fontes secundários de historiografia, mas, como mencionado em outros pontos, sem grande detalhamento de questões sociopolíticas da nação asiática.

O espaço para debate é nos termos de questões importantes do país que ainda não ganharam maior riqueza de detalhes na historiografia brasileira. Busca-se, então, trazer uma das temáticas referentes ao país que poderiam receber mais detalhamentos, trazendo novas nuances e novas perspectivas com olhares de sul-coreanos e de estrangeiros estudiosos do tema, dada a importância que a cultura coreana tem ganhado em nosso país.

Nos termos de estudo historiográfico estrangeiro não-coreano, é notável e natural que haja grande interesse por parte de estadunidenses, ainda que a guerra da Coreia seja lá conhecida como a “*Forgotten War*”². Um dos maiores nomes desta fração é Charles Armstrong, Ph.D. em História pela Universidade de Chicago e professor do *Instituto US-Korea at SAIS* da Universidade Johns Hopkins, que possui diversos livros sobre a Coreia e seus diversos momentos históricos (Us-Korea Institute At Sais, 2024). Armstrong suscita debates acerca do estabelecimento da democracia na Coreia do Sul e também suas particularidades, tratando frequentemente dos caminhos que levaram as duas Coreias à guerra com riqueza de detalhes. Outro historiador estadunidense que é referência para estudos da historiografia coreana é Bruce Cumings, Ph.D. em História pela Universidade de Yale (University Of Chicago, 2024). Cumings pesquisou por décadas a Guerra da Coreia, falando com propriedade sobre o tema, tal qual sobre o quadro de formação de ambas as Coreias, sendo crucial para o entendimento do porquê da promulgação da Lei de Segurança Nacional em 1948.

Outros acadêmicos, mesmo de outras áreas, também são importantes por conta de seus levantamentos sobre a História Política sul-coreana, mas em especial sobre a LSN e/ou as oposições aos regimes autoritários sul-coreanos. Como exemplo, Nancy Abelmann, que foi professora de Antropologia e de Culturas e Línguas do Leste Asiático da Universidade de *Illinois Urbana-Champaign*, trouxe relatos de ativistas do movimento Minjung, como também de fazendeiros descontentes com intervenções militares em suas terras, e como estes tinham seus direitos negados em nome da Segurança Nacional (University Of Illinois Urbana-Champaign, 2024). Por fim, o professor George Katsiaficas, Ph.D. em Sociologia pela Universidade da Califórnia também produziu farto material sobre o movimento Minjung,

² Como colocado por fontes militares dos próprios EUA. Disponível em: <https://www.history.navy.mil/our-collections/art/travelling-exhibits/remembering-the-forgotten-war-korea-1950-1953.html>. Acesso em: 3 nov. 2024.

trazendo a problemática da Lei de Segurança Nacional em diversos momentos, suscitando o debate sobre seu uso em diversos momentos das Repúblicas coreanas. Katsiaficas também trata diretamente dos movimentos de oposição na Coreia do Sul, realizando um rico traçado histórico sobre levantes e rebeliões na Península.

Já ao tratar do contexto de historiografia sul-coreana, mesmo quando se trata do escopo acadêmico, há uma divisão tácita entre os que são liberais e aqueles que são conservadores ao se trabalhar a historiografia da Lei de Segurança Nacional. Em todo o caso, ambas as partes apresentam suas evidências em busca de manter ou de pedir pelo fim da LSN e/ou de condenar ou justificar os atos dos governos das antigas Repúblicas coreanas contra os partidos de esquerda.

Como exemplo de viés conservador, há um texto de Kim Bokrae (Kim, 2007) professora de Cultura Europeia da Universidade Nacional de Andong, em que a professora diz que proposições tais como a permissão de funcionamento de um sindicato “não-oficial” e a implantação de grade curricular escolar comum seriam fatores de risco para a “esquerdização” da sociedade coreana (Revista, 2004) mesmo a falta de críticas ao sistema norte-coreano poderia ser algo visto como algo problemático.

Uma outra linha conservadora pondera que, apesar de muitos governos terem de fato pesado para o que consideram como baixo desempenho e crescimento da esquerda sul-coreanas como um todo, supostos problemas de organização e estratégia da própria esquerda seriam mais importantes do que fatores estruturais do Estado e sociedade coreana. Ainda que não necessariamente ligado a esta corrente de pensamento, o autor Yunjong Kim, em seu livro *“The Failure of Socialism in South Korea”*, discorre sobre esta forma de pensar, mencionando os espaços democráticos entre os regimes autoritários que existiram na República da Coreia no século XX como “brechas” para a esquerda ter obtido crescimento. No caso, há nuances não trabalhadas por este autor, já que, mesmo no período de cerca de um ano, na tentativa de se alcançar algo mais próximo a uma democracia liberal (entre 1960 e 1961), sob o modelo do parlamentarismo, a LSN foi modificada com inclusão de artigos considerados arbitrários, que serão tratados mais à frente, no capítulo I. Havia a necessidade das lideranças civis em sinalizar aos militares que não haveria espaços para comunistas e socialistas no novo regime.

Definir liberalismo, segundo Nicola Matteucci (BOBBIO, 1983) é uma tarefa difícil para este enquanto fenômeno histórico e, mesmo que abarque por vezes uma espécie de guarda-chuva ideológico, é possível posicionar que os caminhos do liberalismo sul-coreano seguiram o que se pressupunha como liberalismo ocidental na concepção de Matteucci, que define (1983, pp. 702-703):

O Liberalismo lutara fundamentalmente pelas liberdades de (isto é, de religião, de palavra, de imprensa, de reunião, de associação, de participação no poder político, de iniciativa econômica para o indivíduo), e consequentemente reivindicara a não interferência por parte do Estado e a garantia para estes direitos individuais, civis e políticos. O enfoque atual é orientado para as liberdades do ou da (isto é, da necessidade, do medo, da ignorância), e para atingir estas finalidades implícitas na lógica universalista do Liberalismo renunciou-se ao dogma da não intervenção do Estado na vida econômica e social.

Na Coreia do Sul, a concepção sobre liberalismo é naturalmente também ampla, mas é importante ressaltar que seu âmbito ainda se vale da constante contraposição ao socialismo Juche do Norte, tal qual era a proposta do liberalismo ocidental à época da definição escrita por Matteuci, havendo então manutenção do argumento sobre o uso pragmático da renúncia à não-intervenção do Estado na vida econômica e/ou social da população. Desta forma, existem cenários em que os liberais podem abarcar desde ultraconservadores nos costumes, ativistas cristãos e até liberais clássicos, como também aqueles que são chamados de progressistas, sendo estes mais à esquerda (evita-se o uso da palavra “esquerda” na Coreia do Sul, sendo esta muito estigmatizada). Para parte desta ampla gama considerada liberal, a LSN representa um passado repressor de um Estado que incutia o pensamento antiprogressista na população geral (sendo algo que até hoje têm raízes profundas na sociedade coreana) levando em consideração momentos de modificações nesta para que se tornasse ainda mais repressiva, principalmente durante os governos do militar Park Chung-Hee, que foram de 1961-1979 (Kim, 2007).

Um artigo do professor Kwang Yeong Shin (Kwang, 2024) da universidade privada de Chung-ang, na Coreia do Sul, discorre sobre o sentimento anticomunista na República da Coreia e como, apesar de o mesmo ser focado no discurso anti-RPDC (Coreia do Norte), há toda uma área cinzenta em que este mesmo discurso é evocado para atacar, por exemplo, a ideia de um Estado de bem-estar social (Springeropen, 2024). É válido mencionar também o trabalho da Professora da Universidade do Havaí-Manoa (EUA), a sul-coreana expatriada Myungji Yang, que menciona, em artigo, como a chamada Nova Direita coreana tenta, por meio de produções apresentadas no modelo acadêmico, com pretensões de estabelecer como factíveis certas versões que justificassem as atitudes dos governos autoritários sul-coreanos, tentando criar também a ideia de que a esquerda tentaria emplacar uma narrativa enviesada/ “totalitarista” no sistema de ensino (Myungji, 2023).

Para entendimento geral, o debate historiográfico que envolve a LSN e os partidos de esquerda na Coreia do Sul foi segmentado nas três principais divisões apresentadas acima e, quando se trata dos estudos realizados na própria Coreia do Sul eles giram, então, entre os pensamentos destas duas “frentes”. Há material sobre os períodos autoritários e estudos sobre

a repressão, mas estudos sobre os que foram reprimidos ocorreram em ondas, intercalando entre governos mais conservadores e mais liberais, sendo muito ligados às Comissões da Verdade instauradas no país asiático (ITUC, 2024).

Para os estrangeiros em geral, há grande interesse atual no tocante ao cenário cultural e, especialmente para os estadunidenses, é importante pontuar o interesse geopolítico e histórico ao tratar da Guerra e da aliança entre os sul-coreanos e estadunidenses. Já nos termos da historiografia em português e brasileira, há carência maior de material no que tange a história política sul-coreana, das oposições e sobre a atuação de agentes estatais sob o pretexto da segurança nacional, tendo como embasamento jurídico principal a LSN. O intuito deste trabalho é colaborar com o enriquecimento deste assunto em nossa língua (Myungji, 2023).

Em março de 2023, o governo da Coreia do Sul realizou uma operação contra a maior central sindical do país – a Associação de Sindicatos Coreanos, formada oficialmente em 1990 – prendendo dirigentes sindicais por acusações de espionagem para a Coreia do Norte, sem que tenham sido apontadas evidências para tal conforme (Macau Business, 2024). A base legal para estas prisões foi a Lei de Segurança Nacional do país. Confeccionada no ano de 1948 de maneira pouco detalhada para dar amplos poderes ao nascente regime de Syngman Rhee (1875 - 1965) nas ações de repressão anticomunista (Macau Business, 2024).

Esta lei, que sofreu reformas nos anos seguintes à sua promulgação, segue sendo pretexto para críticas por parte de alguns países (aliados inclusive) perante a ONU (2024), chegando a ser objeto de condenação pública por parte de grandes organizações não-governamentais, como a *Human Rights Watch* (ONU, 2024) e a Anistia Internacional. Seguindo no escopo de problematizações da LSN junto a organizações internacionais, é possível apontar diversas consultas abertas na Organização Internacional do Trabalho (OIT) por parte da Associação de Sindicatos Coreanos (KCTU, em inglês) para questionar ações do governo, acusando o mesmo de intimidação e repressão à atividade sindical, tendo como principal instrumento repressivo justamente a LSN (Amnesty International, 2024).

A República da Coreia, o 152º país a adentrar na referida organização, e atualmente um dos maiores doadores da OIT (2014) havia ratificado, até 2020, apenas 4 das 10 principais convenções da organização. Ainda na esfera da OIT, o país asiático ratificou apenas 20 das 176 convenções técnicas existentes (ITUC, 2024).

Foram diversas décadas de intensas lutas de trabalhadores por mais direitos, concomitantemente à luta pelo modelo atual de democracia, que o país só alcançou a partir de 1987. (OIT, 2024). Mesmo assim, a LSN segue com muitos de seus artigos intocados desde os tempos de governo militar, mantendo aberta a possibilidade de arbitrariedades como as já

mencionadas. Qual foi o caminho percorrido pelo Estado sul-coreano até a democracia liberal, a ponto de manter este instrumento jurídico da maneira como está?

A Lei de Segurança Nacional sul-coreana, promulgada em 1º de dezembro 1948, foi elaborada e sancionada com intuito de impedir, através da criminalização, manifestações comunistas e socialistas, uma vez que na então recém-criada República da Coreia (Coreia do Sul), ambas as ideias eram automaticamente associadas a partidários e simpatizantes do regime norte-coreano, desconsiderando, por exemplo, opositores dos soviéticos à esquerda, social-democratas e socialistas democráticos (Coreia do Sul, 2024). Sob tutela autoritária do líder civil anticomunista Syngman Rhee, a chamada Primeira República enfrentou protestos e rebeliões de inspiração comunista desde o seu estabelecimento, em setembro de 1948.

O Partido dos Trabalhadores da Coreia do Sul (PTCS), capitaneado pelo proeminente líder comunista Ho Hon (1885-1951), foi fundado em 1946, após a falha das tratativas em manter um país unificado. Este partido foi o primeiro a ser perseguido por autoridades estadunidenses, que ocuparam militarmente a porção sul em 8 de setembro de 1945, sem ainda contarem com uma lei específica que legitimasse a repressão e punição aos comunistas (Lee, 1963). “Ainda assim, o referido partido manteve força considerável e possuía base de filiados estimada em cerca de 370.000 membros” (Lee, 1963, p. 14). O maior conflito guerrilheiro na recém-criada Coreia do Sul ficou conhecido como Levante de Jeju, e teve como estopim a indicação de eleições separadas entre Norte e Sul, a serem realizadas com supervisão da ONU. Já impedidos de escolherem seus próprios rumos com as proibições de governos provisórios e conselhos locais, o descontentamento se tornou mais evidente no país a partir de 1946 (Merrill, 1980). Em Jeju, a situação alcançou o nível de revolta armada em 3 de abril de 1948 e se estendeu até 1949.

O segundo conflito deflagrado foi a Rebelião Yeosu-Suncheon, também ocorrida no ano de 1948 e diretamente ligada à repressão em Jeju. Estima-se, com base em relatos de sobreviventes e ex-membros das forças de segurança, que os massacres perpetrados por forças governamentais na ilha produziram cerca de 30 mil mortos. (Merrill, 1980).

Dentre as vítimas fatais em Jeju, algumas fontes apontam que em torno de 80% delas não eram guerrilheiros, e, a maioria delas, também em torno de 80%, foram mortas pelo exército do país. Em ambas revoltas, a repressão do regime de Rhee foi de violência indiscriminada e morticínio e, até aquele momento, o país não contava com nenhum amparo jurídico que respaldasse qualquer tipo de “caçada” aos comunistas. Por essa razão, o regime decidiu por criar a Lei da Segurança Nacional, de modo a base jurídica e aparência legítima às ações de repressão — que já estavam sendo praticadas pelo Estado.

Tendo em vista a vigência da LSN de forma contemporânea a este trabalho, e levando em consideração o histórico de sua criação – e uso – o presente trabalho tem o intuito de observar e refletir sobre questões pertinentes à LSN e sua aplicação, em especial no tocante a agrupamentos de orientação política à esquerda, como também de outros núcleos críticos ao capitalismo e/ou ao *modus operandi* do Estado sul-coreano ao longo de suas seis Repúblicas.

No entanto, é necessário delinear os grupos a serem trabalhados, dada a sua pluralidade de pensamento e formas de organização. Para este trabalho, haverá o enfoque em partidos políticos de esquerda e extrema-esquerda, legalizados ou não. Desta maneira, tratamos de buscar as diversas formas da aplicação da LSN, procurando realizar também o traçado histórico necessário para contextualizar o cenário político sul-coreano, seja em relação às épocas estudadas, seja com bases para estudos do período da República vigente.

Vale ressaltar, então, que o objetivo central deste trabalho será mostrar a difícil relação dos agrupamentos partidários da chamada esquerda “tradicional” – que se organiza principalmente em partidos de massas³ - com as instituições dirigentes do Estado sul-coreano (EXPRESSO.pt, 2014) e como esta problemática decorre principalmente do uso indiscriminado da Lei de Segurança Nacional desde sua criação, em 1948, até o fim do regime militar, no final de 1987.

É importante frisar que esta lei, ainda vigente no momento da produção desta dissertação, seguiu utilizada, como no momento do banimento do Partido Progressista Unificado, em 2014 (E-Law, 2024). Ao final do trabalho, e através de informações atualizadas, ponderadas por meio de reflexão interpretativa, esperamos demonstrar como a lei foi criada e segue em vigência com o propósito claro de ser o instrumento que o Estado faz uso para impedir a pluralidade política na Coreia do Sul.

Para além do dispositivo legal mencionado, existem inserções anticomunistas no dia a dia dos sul-coreanos e em produções acadêmico-científicas, como com o uso do termo 용공 (*Yongong*) para designar quem tenha tendência de pensamento à esquerda e que estaria suscetível aos interesses da República Popular Democrática da Coreia (RPDC ou Coreia do Norte). Outros termos como 종북주의 (pró-Norte) e 연북 (pró-*Bukhan*, uma forma coloquial de chamar a Coreia do Norte) também são utilizados de forma recorrente na mídia sul-coreana, em produções de entretenimento e textos acadêmicos (Britannica, 2024).

Desta maneira, o apontamento de que existam comunistas simpatizantes da Coreia do Norte infiltrados nas mais diversas organizações denominadas progressistas, conforme já mencionamos, como também nas múltiplas esferas da sociedade da República da Coreia, se

traduz em um nível de preconceito e perseguição com poucos paralelos contemporâneos em outras nações desenvolvidas de modelo democrático liberal. E a Coreia do Sul é, no senso comum, uma democracia.

Para divisão deste trabalho, será feito, no capítulo I, levantamento de um contexto geral da Península coreana, de forma ampla, para oferecer bases a respeito da formação das Coreias ao leitor, acompanhando a perspectiva desde o período de formação das primeiras grandes forças políticas coreanas até o período contemporâneo. Após este entendimento geral, o capítulo II se ocupará da inserção da Lei de Segurança Nacional ante parte do contexto histórico mencionado anteriormente, iniciando um recorte específico desde o cenário da promulgação da lei até as mudanças realizadas na LSN em sua última revisão, no ano de 2016.

Exemplo é quando, no breve período democrático da Segunda República (1960 - 1961), foi realizada modificação aumentando o rigor de algumas penalidades para tentar acalmar os militares, ao tentar garantir que forças de esquerda não teriam espaço na política sul-coreana. Para finalização, o capítulo III fará nova redução do recorte histórico, agora tratando dos partidos de esquerda (ou em suas tentativas de criação) desde suas bases de formação, mencionando brevemente período anterior à criação da República da Coreia (1948) e prosseguindo até a queda do regime militar, em junho de 1987.

Assim, amarrar a perspectiva dos usos da LSN e colocá-los ante as dificuldades enfrentadas pelas oposições, tenha sido contra o autoritário anticomunista Syngman Rhee (1948 - 1960), tenha sido contra os governos militares (1961 - 1987), gerando cenários distintos, difíceis e desafiadores contra os opositores destes. Se ainda há dificuldades de se estabelecerem no país atualmente, grande parte disso se deve ao aparato criado nestas décadas.

CAPÍTULO I: A Formação da Nação Coreana e a Reformulação do Pensamento Político na Coreia Nos Séculos XIX e XX

O território que hoje compreende Coreia do Sul e Coreia do Norte intercalou períodos de unidade política com momentos de divisões territoriais – para além da conhecida divisão no paralelo 38, ao final da Segunda Guerra Mundial. No passado distante, reinos e confederações diversas vigoravam no território peninsular, tendo como a primeira formação política centralizada o reino de Gojoseong, com ano de fundação incerto, apesar de os coreanos terem definido 2333 a.C. como o ano de seu surgimento, e dividindo o território com uma confederação de diversas tribos, que ocupavam boa parte da porção sul da península. Delineando algumas das bases culturais e identitárias do que seria a Coreia, este reino passou por dinastias diferentes até 108 a.C. quando foi conquistado em definitivo pelo imperador chinês Wu de Han (156 a.C – 87 a.C.).

O período posterior foi de uma série de domínios fragmentados através da península por grande parte do século 1 a.C., até que três grandes formações políticas se tornaram preponderantes na região. Era o início do período dos três reinos (37 a.C. – 698 d.C.) (Macedo, 2018), Silla, Goguryeo e Baekje, que disputavam influência e predomínio sobre a região. Existiu também, ao sul, a Confederação de Gaia (42 d.C. -532 d.C.) (World History Encyclopedia, 2022) e, na ilha de Jeju, o Reino de Tamna, que seria incorporado de fato ao governo peninsular apenas em 1404 d.C., ainda que tenha passado por diversos períodos em que fora governo tributário a algum outro império ou reino, seja o mongol (Turnbull, 2010, p. 8) ou mesmo coreano, passando por escalas de maior ou menor autonomia até ser incorporado formalmente ao centralizador reino de Joseon (*Choson*) no ano acima referido (Minahan, 2016).

Figura 1: Mapa político da Península Coreana ao final do século V.



Fonte: World History (2016)

Foi com a incorporação oficial do território de Jeju que a Coreia se tornou basicamente um Estado unitário e dentro dos limites geográficos que hoje conhecemos. Dos três principais reinos, Silla (57 a.C. – 935 d.C.) demonstrou maior crescimento econômico e, no século VI, incorporou Baekje (Macedo, 2018) e Gaia a seus territórios, restando externamente apenas o governo de Goguryeo (37 d.C. – 668 d.C.), que à época se tornara vassalo do Império Chinês (Dinastia Tang: 618 d.C – 907 d.C.).

Porém, com rebeliões ocorrendo ao norte da península, os chineses perderam, aos poucos, o controle de algumas destas terras. Neste contexto, surgiria o reino de Balhae (também chamado de *Bohai*; 698 d.C. – 926 d.C.) e a península coreana seria dividida, tal como é hoje, em duas forças, no que ficou conhecido como Período Norte-Sul (*Balhae-Silla*), que durou de 698 d.C. até 918 d.C.

O turbulento final do período referido teve, ainda, por alguns anos, especialmente entre 889 d.C. e 918 d.C., tentativas bem sucedidas – gerando breve estabilidade – de refundação dos reinos de Baekje e Goguryeo, na porção mais ao sul do território. Concomitantemente, conflitos entre estes e um reino de Silla em crise seguiram até a vitória final de Taejo Wang Geon (877 d.C. – 943 d.C.), que chegou ao poder após golpe de Estado em Goguryeo, no ano de 918 d.C. – sendo este reino refundado a base do que viria a ser Goryeo – e as vitórias sobre Silla, que se rendeu a Taejo em 935 d.C., e Baekje, também em relativamente estável processo de

refundação, no ano de 936 d.C. Neste ano, foi constituído, *de facto*, o reino de Goryeo – *de jure* entre 918 d.C. até 1392 d.C. – a mais estável e unida formação política coreana até então; assim, a região veria um primeiro contorno, ainda que incompleto, de uma Coreia unificada, mesclando com sucesso características dos três reinos iniciais. É válido ressaltar que, no mesmo início do século X, o reino de Balhae enfrentou forte crise e fora atacado pelos *Khitans*, posterior Dinastia Liao (916 d.C. – 1125 d.C.) levando ao colapso total de Balhae (Kim, 2011, pg. 286) e à tomada de algumas de suas antigas terras pelo recém-criado reino de Goryeo.

Figura 2: Representação de Silla após unificar terras ao sul e os territórios remanescentes da península ainda sob domínio de Balhae (Século XVIII).



Fonte: Korean Culture Center³

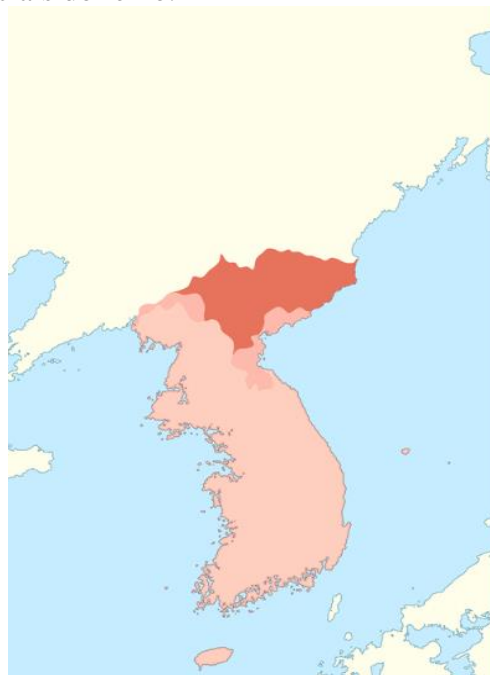
³ Centro Cultural Coreano no Brasil. Cultura coreana. Disponível em: <https://brazil.korean-culture.org/pt/169/korea/63>. Acesso em: 15 out. 2024.

Figura 3: Após o golpe de Estado no refundado reino de Goguryeo (agora Goryeo), iniciou-se o processo de dominação da porção sul da península.



Fonte: PerfilPelajar

Figura 4: Constituição de Goryeo, em seu ápice territorial (início do século XIV). Em rosa claro, os territórios iniciais do reino.



Fonte: RuliWeb – Koryo (2024).

Foi durante a dinastia Goryeo (918 d.C.- 1392 d.C.) que houve grande enriquecimento comercial e cultural, em especial nas relações com a Dinastia Song (960 d.C. – 1279 d.C.)

(Macedo, 2018, p. 61), mas também com a posterior chegada de novas mercadorias após o domínio mongol (Henthorn, 1963, pp. IX e X), que não desmantelou a organização política de Goryeo, mas a utilizou para seus interesses. A partir da queda da dinastia Yuan (1271 d.C. – 1368 d.C.), de quem era altamente dependente, o reino de Goryeo se enfraqueceu até que, em 1388, após episódio de rebelião por não cumprir ordens de ataque contra os chineses (Herald, 2023), o general Yi Seong gye (1335 d.C. – 1408 d.C.) deu um golpe de Estado e se tornou rei no ano de 1392, dando início à dinastia de Joseon (*Choson*) (1392-1897).

As principais diferenças deste novo poder em relação ao reino de Goryeo foram: forte presença do neoconfucionismo⁴ em detrimento de valores do budismo, uma estrutura mais centralizada de governo, o que levou ao domínio central Joseon aos pontos mais distantes do reino, como sobre a região de Tamna (agora província de Jeju) e também um maior isolamento, que durou por séculos, rendendo à dinastia governante a pecha de “reino eremita” (Macedo, 2018) – termo repaginado, atualmente, de maneira jocosa, para citar a Coreia do Norte.

É importante mencionar também, em caracterização desta dinastia, a consolidação da cultura, costumes, normas e especialmente a linguagem coreana, com a criação do alfabeto *Hangul/Chosongul* (Coreia do Sul/Coreia do Norte, respectivamente) (The Language Closet, 2022). Mesmo com diversos dialetos – alguns deles sobrevivem regionalmente até a atualidade desde trabalho – a base linguística estabelecida permitia a comunicação facilitada de norte a sul, ainda que seja imprescindível mencionar a exceção da língua de Jeju, suprimida desde este período, mas não deixa de ser usada até os dias atuais.

Em linhas políticas, o reino de Joseon seguiu sob influência de dinastias chinesas, tornando-se, principalmente em seus últimos anos, parte da disputa destas com os japoneses, constando que o país nipônico tentou e fracassou em tomar a península pela primeira vez. Guerra *Imjin*, entre 1592 e 1598. O modelo criado neste reino coreano seguiu sem muitas mudanças até a chegada de Gojong (1852 d.C. – 1919 d.C.) ao poder, em 1863 (*de facto* apenas em 1866, ao completar 15 anos). O monarca foi, aos poucos, cedendo às pressões internacionais, estabeleceu tratados com diversas potências da época e iniciou abertura, ainda que lentamente, da economia de seu país. Em 1876, pressionado pelo governo nipônico, assinou

⁴ O Neoconfucionismo é uma corrente filosófica que surgiu na China durante a dinastia Song (960–1279) como uma resposta ao crescimento do Budismo e do Taoísmo. Ele representa uma reinterpretação e sistematização do Confucionismo clássico, incorporando elementos metafísicos e éticos para fortalecer sua influência na sociedade e no governo. O Neoconfucionismo tornou-se a base do pensamento político e moral na China, Coreia, Japão e Vietnã, sendo essencial para a formação das instituições educacionais e administrativas nesses países.

o primeiro dos tratados com o Japão, dando maior abertura dos portos coreanos aos japoneses. Estas movimentações criaram revoltas e forte oposição na corte. Com sua tentativa de realizar reformas lentamente, sob o lema “moralidade oriental, tecnologia ocidental” (Macedo, 2018, p. 117), gerou também oposição de liberais que buscavam abertura mais rápida da Coreia.

Neste cenário, forças ligadas a grupos ultraliberais tentaram um golpe de Estado em 1884, que ficou conhecido como Golpe *Gapsin* (Macedo, 2008, p. 118), levando este que enfraqueceu ainda mais a posição interna coreana ante interesses externos, pois os liberais tiveram apoio dos japoneses, enquanto o monarca fora apoiado pela China. Com o fracasso da insurreição, a cada vez mais frágil posição coreana fez com que seus líderes buscassem reatar as relações com o Japão, com o Tratado de Hanseong (YI, 2016, p. 8) e também a apoiar a tentativa de estabilização da península com a Convenção de Tientsin (1885), que determinou uma espécie de co-protetorado na Coreia por parte do Japão e China.

A paz prevista nos acordos não durou muito e, em 1894, estes dois países entraram em guerra após o envio de tropas chinesas e japonesas para a península, tendo em vista a contenção de uma rebelião interna coreana – a Revolução Camponesa Donghak. As tropas japonesas aproveitaram para apoiar uma intervenção direta no reinado que removeria, pouco a pouco, quaisquer figuras anti-japonesas do cotidiano político coreano, apoiando liberais mais radicais que impuseram a chamada reforma Gabo (*Kabo*, 1894-1896), mantendo o rei Gojon, neste interim, como virtual prisioneiro – ainda que este tenha aproveitado a relativa independência maior da Coreia para decretar o fictício Império Coreano, em 1894, e tomar novamente as rédeas de alguns assuntos, em especial as reformas. Para (Macedo, 2008) quaisquer ideias pretensas de real independência caíram por terra com a Guerra russo-japonesa (1904) e o consequente fortalecimento nipônico após sua vitória.

Com as sucessivas vitórias japonesas na região, houve grande pressão por parte destes para que a Coreia assinasse novo tratado, e neste, o território da península voltou a ser um protetorado (Yi, 2016, p. 6), desta vez, integralmente do Japão. Outro tratado, em 1907, enfraqueceria ainda mais a posição coreana, pavimentando o caminho para a ocupação japonesa, que ocorreria em 1910, com um tratado final de anexação.

O trágico destino coreano na ocupação japonesa, em que os dominadores consideravam que seria rápida a assimilação do povo coreano (Caprio, 2009, pp.82-85), trouxe impactos que ressoam até os dias atuais na sociedade coreana, seja ao sul ou ao norte. Dentre as medidas para assimilação forçada, estavam troca de nomes coreanos para japoneses, implantação de modelo educacional devoto ao modelo imperial japonês (Caprio, 2009, pp.154-161), com supressão de diversos aspectos culturais coreanos (Caprio, 2009, pp.174-183). A instituição da ideia de

“mulheres de conforto” também criara uma imagem e, mais importante do que isso, memória e trauma terríveis da ocupação japonesa por toda Coreia e China, como também em outros países da região.

Conforme é possível constatar, a Coreia enfrentou cenários dicotômicos através dos séculos de sua formação: Já fora um território dividido em três reinos poderosos; em dois reinos distintos nas porções Norte e Sul e, mesmo quando aparentou maior soberania, nos períodos dos reinos Goryeo e Joseon, estavam ainda submetidos, em diferentes níveis, e em épocas distintas, a interesses de mongóis, chineses, japoneses e russos. Os EUA também começavam, em meados do século XIX, a dar maior atenção à península, tal qual os franceses em expedição punitiva no ano de 1866. A divisão da península já havia sido inclusive considerada em outro momento, ao final do século XIX, com a ideia russa de uma zona neutra ao norte do paralelo 39 (Macedo, 2018, p. 132).

Previamente à Segunda Guerra Mundial, sob domínio japonês, muitos coreanos já haviam aderido ao modelo de resistência organizada e armada (tal qual Kim Il Sung, futuro líder da Coreia do Norte), enquanto outros buscavam resistir de maneira política, como da fundação do governo coreano em exílio, no ano de 1919. Syngman Rhee, futuro líder sul-coreano, foi seu primeiro presidente e ganhou projeção internacional a partir daí, mesmo sofrendo *impeachment* em 1925 (Young, 2013 pp. 1-2) Eram os primeiros momentos de aglutinações de ativistas coreanos em frentes de ações e pensamentos distintos, algo que ressoaria após a saída japonesa e durante a disputa de interesses entre URSS e EUA.

Haviam duas formulações políticas principais à época da anexação japonesa, descendentes de correntes liberais e confucionistas/neoconfucionistas do reino de Joseon. Eram principalmente os culturalistas e populistas. Dentre os culturalistas, destaca-se a visão de perspectiva elitista de que os coreanos eram atrasados enquanto nação e que precisariam de uma vanguarda que modelasse o desenvolvimento e nascimento deste conjunto nacional (Kern, 2009, p. 295). O outro agrupamento convencionou-se designar como populista, e tinha aderência de intelectuais que consideravam a nação coreana como já constituída (Kern, 2009, pp. 295-296) e sua população apta, de todas as maneiras, a ser soberana.

Arelada à noção culturalista, o governo estabelecido em 1948 na República da Coreia (do Sul) – com apoio da administração militar dos EUA, instaurada em setembro de 1945 – criou as bases ultranacionalistas do pensamento que se tornou conhecido como *Ilminismo*, ou Doutrina de Um Só Povo, em tradução livre (KERN, 2009, p. 296).

Esta formulação ideológica foi a principal forma de promoção intelectual do governo Syngman Rhee (1875-1965), que durou de 1948 à 1960, sendo esta a Primeira República da

Coreia do Sul. Estudos mais recentes apontam como o *Ilminismo* serviu de base para uma linha política que levava em consideração, em termos identitários, nacionais e políticos apenas a Coreia do Sul como a “nação coreana”, abrindo espaço para separação mais ampla e generalizada da população norte-coreana e de populações periféricas⁵, dando margem também para a acentuação de regionalismos antigos.

É importante registrar que esta ideologia tem como um de seus principais expoentes. Um Ho Sang (1902-1999), então Ministro da Educação (1948-1950), que estudou na Universidade de Jena, Alemanha, no início do século XX, e que alguns acadêmicos, como por exemplo Hwang Su kyoung, apontam proximidades entre a ideia de *Herrenvolk* (Raça Superior, em alemão) e o *Ilminismo* (Hwang, 2016, p. 93), abarcando conjuntamente elementos confucionistas a noções consideradas hoje como pseudocientíficas e que estavam em alta na época. Os grupos mais voltados ao culturalismo, apesar de apresentarem diferenças metodológicas na política e economia, encontravam-se mais próximos em seu anticomunismo e, diante ao que consideravam ou apontavam como ameaça comunista, formaram coalizações que, posteriormente, serviriam de base política para a Primeira República da Coreia do Sul (1948-60) (Kim, 2018, pp. 407-408).

O acadêmico Jeong Young-Hun, Ph.D. em Política pela Academia de Estudos Coreanos (AKS, em inglês) levanta questão sobre se o *Ilminismo* se aproximaria do fascismo no artigo “*Ahn Ho Sang and Dangun Nationalism*”, analisando suas características ultraconservadoras ante noções religiosas e militaristas, como também sua demonstração de anticomunismo em sua forma mais radical e violenta. Ponto de vista parecido é compartilhado por Hong Tai Young, professor da Universidade Coreana de Defesa Nacional, que delineou em artigo a existência de muitas particularidades no *Ilminismo* em si e descreve, no mesmo texto, proximidades desta ideologia com ideais fascistas.

Nos termos da facção populista, esta organizou-se em diversas frentes e teve grande influência no movimento de resistência aos japoneses Sam il (1919), que protestou publicamente em primeiro de março de 1919 contra as políticas de assimilação impostas pelos japoneses – tendo os protestos alcançado grande adesão popular.

Justamente por isso, a reação japonesa foi extremamente truculenta e gerou mais de 7500 mortos, segundo algumas estimativas (Shin; Moon, 2019). A partir deste evento, os

⁵ O termo "populações periféricas" refere-se a grupos sociais que vivem em áreas marginalizadas, geralmente em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Essas populações habitam periferias urbanas, áreas rurais isoladas ou regiões historicamente negligenciadas, enfrentando dificuldades no acesso a serviços públicos essenciais, como saúde, educação, saneamento básico e transporte.

populistas começaram a se organizar, clandestinamente, para fundar organizações políticas, dentre elas o Partido Comunista da Coreia, em 1921, ainda que houvesse, desde 1919, um Partido Socialista da Coreia organizado no exílio em Xangai (Skorykova, 2017), que também agremiava comunistas da península.

Uma explicação para a existência destas diferentes correntes seria, para além de naturais divergências em abordagens teóricas e práticas, também questões geográficas e de interesses políticos. É importante mencionar, por exemplo, as forças de criação do Partido dos Trabalhadores da Coreia do Norte (PTCN), provenientes da facção de Yanan (cidade chinesa na região central de Shaanxi), ligada ao Partido Comunista Chinês; também a facção soviética, que tinha entre seus membros antigos oficiais, professores e intelectuais comunistas que emigraram para a URSS; havia também a facção doméstica, de coreanos que permaneceram na Coreia clandestinamente durante a ocupação japonesa, e que anos depois tiveram de rumar ao norte após a chegada dos EUA ao sul, ou que se mantiveram atuando clandestinamente, agora contra a República da Coreia e os EUA (Lee, 1963).

Por fim, havia a facção guerrilheira, que transitava principalmente ao norte da Coreia, nas proximidades da fronteira com a URSS e com ação especialmente na Manchúria. Esta facção, a menor dentre as quatro principais, mas que mantinha contato constante com diversas forças anti-japonesas, tinha como um dos principais expoentes Kim Il Sung (1912 -1994) e sua organização “Abaixo o Imperialismo”⁶. Kim Il Sung viria a ser um dos principais líderes da formação do PTCN, mas só se tornaria líder de fato após a unificação deste partido com o Partido dos Trabalhadores da Coreia do Sul (PTCS), que tinha Ho Hon (1885 – 1951) e Pak Hon yong (1900 – 1956) como principais líderes. Estes últimos eram muito influentes entre os comunistas e eram ligados à facção doméstica, que formava maioria na liderança do PTCS (Lee, 1963).

É importante colocar neste contexto também grupos religiosos, que, apesar de maior ligação aos culturalistas/conservadores e formarem minoria da população à época, tinham também parcela em grupos progressistas e até socialistas democráticos (Kim, 2018) e tiveram

⁶ A frase "Abaixo o imperialismo" é um slogan político e ideológico historicamente utilizado por movimentos de resistência, grupos revolucionários e partidos políticos que se opõem à dominação econômica, política e militar de uma nação sobre outra. O conceito de imperialismo está ligado à expansão territorial e econômica de grandes potências sobre países periféricos, seja por meio da colonização direta (como no século XIX e início do século XX) ou pela exploração econômica e militar indireta, como ocorre no contexto da globalização e do neocolonialismo.

influência até no início da Administração Civil Soviética (Lankov, 2002). Outro agrupamento, este minoritário e sem influência política após a ocupação japonesa, eram os monarquistas.

Em geral, tanto culturalistas como populistas tomaram as vias de resistência após a violência aplicada pelo Império Japonês contra o movimento Sam il, que teve grande adesão de protestantes também (Kim, 2018). É importante mencionar que o Governo Provisório da Coreia (1919 – 1945) criou, no exílio, no ano de 1940, um braço armado, o Exército de Libertação da Coreia (ELC), que operava especialmente na Manchúria (em região próxima da área de ação do grupo de Kim Il Sung) com apoio do governo nacionalista chinês, e tinha como líderes Kim Gu (1876 – 1949) e Kim Won bong (1898 – 1958). Um nacionalista e um comunista, respectivamente (Cumings, 1989).

Toda a potencial unidade coreana foi colocada à prova poucos anos depois, com a consolidação da divisão da Coreia em duas zonas de influência, após a queda do Japão na Segunda Guerra Mundial. Se ao sul o recém instalado Governo Militar dos Estados Unidos na Coreia proibiu o PTCS e a organização de uma República Popular da Coreia⁷, ao norte o PTCN era cooptado pela Administração Civil Soviética (Armstrong, 2003) e os espaços de poder por lá eram ocupados, cada vez mais, por comunistas.

Ainda em 1945, a primeira tentativa do pós-guerra de criar um governo para toda a península, a República Popular da Coreia, falhara – gerando descontentamento no tocante à visão dos coreanos sobre resolverem seus próprios rumos. Um dos líderes desta empreitada foi Yo Um hyong (1886 – 1947) – que era chamado de Lyuh Woon-hyung por oficiais dos EUA.

Yo, de centro-esquerda, era amplamente respeitado por diversas correntes políticas e fora central nos planos iniciais da liderança da ocupação militar estadunidense. (Cumings, 1989, pg. 255). Esta primeira tentativa de negociações não teve êxito, apesar de ter gerado certa proximidade entre forças políticas diversas na porção sul. Houveram outras tentativas e, após diversas reuniões e até a criação de um comitê que visava reunir todos os espectros políticos em busca de uma solução conjunta para uma Coreia unida (Kim, 2019, p. 228), as pressões e rusgas entre as duas principais potências do pós-guerra, já no âmbito da Guerra Fria, impediram quaisquer avanços e, em agosto de 1948 era proclamada a República da Coreia (Coreia do Sul),

⁷ A República Popular da Coreia foi um governo provisório criado em 1945, após a rendição do Japão, com o objetivo de administrar a transição para um Estado independente e unificado. Organizado por líderes nacionalistas e socialistas, promovia reformas como a nacionalização de indústrias e a reforma agrária. No entanto, a divisão da península entre as zonas de ocupação dos Estados Unidos e da União Soviética inviabilizou sua continuidade. As autoridades norte-americanas desmantelaram seus comitês no sul, enquanto no norte a influência soviética levou à formação da República Popular Democrática da Coreia, consolidando a divisão do país.

enquanto que em setembro do mesmo ano era constituída a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte).

Estava consolidada a divisão, mas a ideia de unidade, a *tong il* (통일), não havia desaparecido. A consequente Guerra da Coreia (1950-1953) ocorreu a partir das intenções de unificação, mesmo que à força, de ambas as nações, levando também em consideração provocações mútuas (Armstrong, 2003), combates na fronteira que podem ter servido de estopim (Cumings, 1990, pp. 568-569), e cenários de rebeliões como as que fomentaram a promulgação da Lei de Segurança Nacional na porção sul da península. Ao final do conflito, pouco havia mudado no mapa, apesar dos esforços monumentais de ambas as Coreias – e seus respectivos aliados.

Por todo o restante do século XX, a Coreia do Norte teria a predominância política da Frente Democrática para Reunificação da Coreia. Com a morte de Ho Hon (1951) e o expurgo de Pak Hon yong, em 1955, Kim Il Sung garantiu sua liderança única, estabelecendo preceitos da Ideia Juche, que são políticas oficiais até hoje, sob o controle do Partido dos Trabalhadores da Coreia. Já no Sul, o pensamento Ilminista de Syngman Rhee, que queria a continuidade da guerra da Coreia (Park, 2014) e da caçada aos comunistas, aproveitou-se da Lei de Segurança Nacional para estabelecer um Estado policial que perseguia seus opositores potencialmente – ou apontados como – comunistas e foi derrubado após grandes protestos por democracia em 1960.

Mas a saga em busca desta estava longe de ser concluída. Com duração de um ano e um mês, a democrática Segunda República Coreana (1960-1961) caiu em decorrência de um golpe militar do ferrenho anticomunista Park Chung Hee (1917-1979) e, a partir daí, a Lei de Segurança Nacional seria utilizada novamente para impedir qualquer agremiação que pudesse ser considerada socialista ou comunista na chamada Terceira República Coreana (1961-1972), e tomando forma ainda mais autoritária a partir do endurecimento do regime de Park, com a promulgação da Constituição Yushin, em 1972, e a consequente instauração da Quarta República Coreana (1972-1979). O mesmo pensamento de anticomunismo vigoroso seguiu mesmo após o assassinato de Park, em 1979, com a ascensão do também militar Chun Doo Hwan (1931-2021) ao poder, Quinta República (1979-1987), que caiu após grandes protestos pró-democracia por todo o país, no período conhecido como “Jornada Democrática de Junho” (de 1987).

Com maiores liberdades civis a partir de 1988, novos partidos autodenominados progressistas (neste ponto, estritamente dentro do conceito da nota de rodapé nº 1) surgiram,

mas também novas formas de utilizar a Lei de Segurança Nacional contra estes se tornariam evidentes. Para além deste campo, liberais clássicos e conservadores viviam em um estado de relativa conveniência desde os tempos de Syngman Rhee, mantendo agremiações políticas herdeiras das principais forças que governaram o país no século XX até os dias em que essa dissertação está sendo redigida.

Na Coreia do Sul, o liberalismo, tal qual o termo em si para o resto do mundo, e conforme descrito anteriormente (ver página 13), a concepção sobre liberalismo pode abarcar ultraconservadores nos costumes, ativistas cristãos até liberais clássicos. No entanto, existem ponderações específicas voltadas ao que se entenderia como liberalismo coreano, formado principalmente a partir do governo de Syngman Rhee e seu Partido Liberal. Uma dessas definições sobre o que é ser liberal na Coreia é encontrada no artigo dos autores Young Back Choi (Ph.D. em Economia pela Universidade de Michigan) e Yong J. Yoon (Ph.D. em Gestão pela Universidade Northwestern), chamado “*Liberalism in Korea*”.

Para Choi e Yoon:

No contexto coreano, um liberal é uma pessoa que se opõe à expansão da governamentalização de assuntos sociais, incluindo aí o comunismo e o progressismo. O liberalismo na Coreia [do Sul] não deve ser confundido com o “Liberalismo americano”, pois este é apropriadamente chamado de Progressismo. (Choi, Yoon, 2016, p.120, tradução nossa).

Com noções difusas sobre o que é ser liberal na Coreia do Sul, seja no século passado ou no XXI, e visando melhor compreensão sobre a história político-partidária do país, um breve traçado histórico pode corroborar com a ideia de similaridade, em alguns (ou muitos) tópicos, entre as agremiações de maior poder – no passado e no presente: O primeiro partido a governar a Coreia foi o Partido Liberal⁸ de Syngman Rhee, que defendia a existência de uma forma própria da Coreia para o pensamento liberal, e que, na prática, tinha o *Ilminismo* como principal fundamento intelectual.

Na defesa da existência de um sistema pareado em estrutura institucional com os EUA, mas distante do todo dos preceitos mais conservadores do país norte-americano, havia ao menos mais um partido, este de oposição ao governo da Primeira República (1948-1960). Este papel

⁸ O Partido Liberal foi o primeiro partido a governar a Coreia do Sul, liderado por Syngman Rhee, o primeiro presidente do país. Fundado em 1951, o partido consolidou seu poder durante a Primeira República da Coreia (1948-1960) e implementou políticas fortemente anticomunistas, alinhando-se aos interesses dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. O governo de Rhee foi marcado por autoritarismo, repressão política e fraudes eleitorais, culminando em sua renúncia em 1960, após o Movimento Estudantil de Abril. Após sua queda, o Partido Liberal perdeu força e foi dissolvido, dando lugar a novas forças políticas no país.

coube ao Partido Democrata (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001), que chegou ao poder após a queda da Primeira República e promulgou nova Constituição, logo anulada com o golpe militar de maio de 1961. Na Terceira (1961 – 1972) e na Quarta República (1972 – 1979) predominou um dos sucessores do Partido Liberal, o Partido Democrata Republicano, que se tornou o único partido *de facto* com a formação da Quarta República (Constituição de Yushin)⁹.

Após o assassinato de Park Chung Hee (1979) e o golpe militar do final de 1979, com a grande repressão a protestos populares em maio de 1980, o militar Chun Doo Hwa e seu grupo político formado por militares ultraconservadores, o *Hanahoe* (Woo, 2010) tomou controle total do país e, após promulgar emendas à Constituição e massacrar a rebelião em Gwangju¹⁰, seria estabelecida a Quinta República da Coreia. Esta República durou cerca de 8 anos e sua principal ferramenta institucional na política foi o Partido Democrático da Justiça, considerado sucessor do Partido Democrata Republicano, apesar de algumas facções dissidentes terem formado outras agremiações de viés mais à direita, como o Partido Nacional Coreano.

Em 1987, com a forte pressão do movimento popular *Minjung*¹¹ pelo fim da ditadura militar no país, o então presidente – pupilo de Chun Doo Hwa – Roh Tae Woo (1932 – 2021) manteve as promessas feitas em seu discurso de 29 de junho e iniciou o processo de democratização do país, com gradual ampliação de liberdades políticas, mas não sem tentar esconder atrocidades do passado, sendo este o presidente considerado como um dos responsáveis pelo desaparecimento de vestígios dos massacres em Jeju¹².

Surgia assim a Sexta República Coreana (1988 – atualmente), que ainda sofre as consequências do passado em sua tentativa de estabelecimento e maturação da democracia pluripartidária. Os motivos da dificuldade no estabelecimento deste modelo variam; desde o regionalismo exacerbado (Diamond; Shin, 2014) até aplicações ainda autoritárias da Lei de

⁹ A Constituição de Yushin, promulgada em 1972 na Coreia do Sul, marcou o início de um regime autoritário sob o governo de Park Chung-hee. Inspirada em modelos centralizadores, concedia amplos poderes ao presidente, incluindo a possibilidade de reeleição indefinida, controle sobre o legislativo e a nomeação direta de um terço do parlamento. Sob essa constituição, a repressão política se intensificou, com censura, perseguição a opositores e restrições às liberdades civis. Embora justificada pelo governo como necessária para a estabilidade e o desenvolvimento econômico, a Constituição de Yushin gerou forte resistência da sociedade civil, levando à sua revogação em 1980, após a morte de Park Chung-hee e a crescente insatisfação popular.

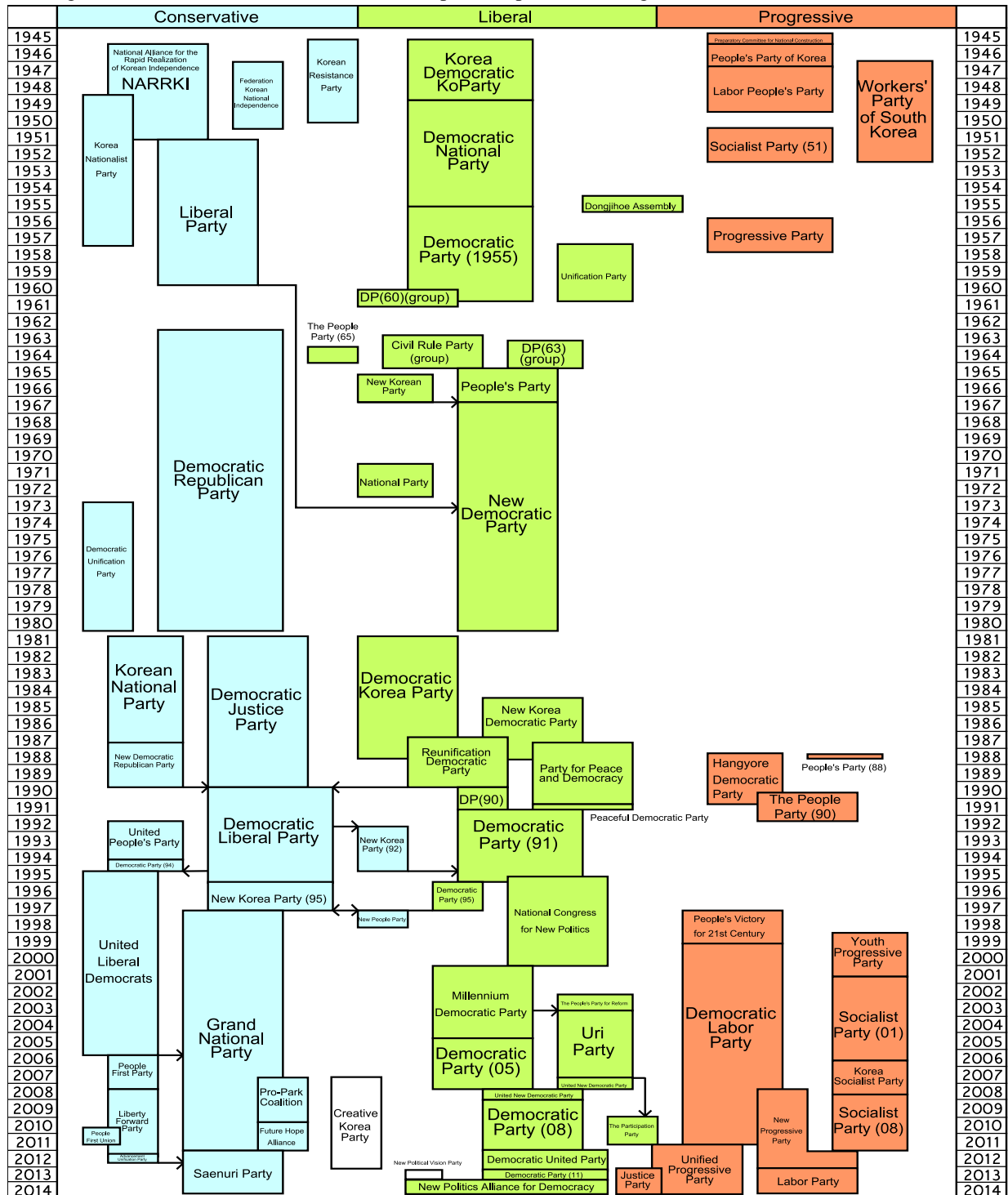
¹⁰ A rebelião em Gwangju, também conhecida como Levante de Gwangju, ocorreu entre 18 e 27 de maio de 1980, na cidade que leva este nome e que fica na região sudoeste da Coreia do Sul.

¹¹ Foi um movimento popular, de massas e sem líder específico, contra a ditadura militar de Chun Doo-hwan, que havia assumido o poder após um golpe de Estado em 1979.

¹² Os massacres em Jeju ocorreram entre 1948 e 1954, quando forças do governo sul-coreano reprimiram brutalmente uma revolta contra a divisão da Coreia e as eleições apenas no sul. Civis foram acusados de apoiar grupos comunistas e perseguidos, resultando na morte de milhares de pessoas, além da destruição de vilarejos inteiros.

Segurança Nacional, como quando ocorreu o banimento do Partido Progressista Unificado, em 2014, acontecimento que será melhor tratado no último capítulo.

Figura 5 - Quadro demonstra a existência de partidos políticos na região da Coreia do Sul, de 1945 à 2014.



Fonte: Alchetron (2024).

CAPÍTULO II: A Lei de Segurança Nacional na História Coreana

2.1 O contexto sociopolítico de Jeju

A criação da Lei de Segurança Nacional sul-coreana está intrinsecamente ligada ao levante que ocorreu na ilha de Jeju (1948-1949), e que representou o ponto culminante de uma população insatisfeita com os caminhos da ocupação militar estadunidense e de um Partido dos Trabalhadores da Coreia do Sul descontente com a cisão do país e proibição dos Comitês Populares.

A ilha de Jeju, que já fora um reino independente, Tamna (? – 1404 d.C.), sempre destoou em muitos aspectos do restante da península, possuindo inclusive língua própria, e, por algumas épocas, como nos governos militares sul-coreanos, seus habitantes sofreram com políticas elaboradas na tentativa de produzir apagamento cultural¹³. Durante o período da ocupação japonesa (1910-1945), foi notória a resistência especialmente das mulheres mergulhadoras, que ficaram conhecidas como “sereias de Jeju” (Moon, 2022).

Dentro deste contexto, e também por conta de anos em que Jeju fora considerada uma área de vida difícil, pobre e periférica os moradores da ilha passaram a reivindicar melhores condições de vida após a saída japonesa, vendo com desconfiança a ocupação militar da porção sul por soldados dos EUA, em especial a partir do final de 1946 (Chang, 2015).

Mas o clima de tensão estava em ascensão particularmente após o governo militar estadunidense banir os Comitês Populares, que tiveram grande adesão da população, e também ao encerrar, em 12 de dezembro de 1945, a iniciativa organizada da República Popular da Coreia, tachando os líderes desta como “inimigos públicos” (Katsiaficas, 2012). As organizações civis instaladas em Jeju após a retirada japonesa, como a Frente Popular Democrática, tinham força considerável nos Comitês Populares de lá, e muitas associações de mulheres, associações culturais e de trabalhadores haviam surgido na localidade (Merrill, 1980).

¹³ O apagamento cultural ocorre quando práticas, tradições, línguas e identidades de um grupo são sistematicamente marginalizadas, suprimidas ou substituídas por influências dominantes. Esse processo pode ser imposto por meio da colonização, globalização, políticas estatais ou opressão social, levando à perda de patrimônio cultural e identitário.

2.2 Os primórdios das revoltas populares – Deagu em 1946

Tamanha revolta não surgiu apenas pela proibição das formas de organização popular, mas também pelo enorme aumento de preços em geral, fome e doenças (Katsiaficas, 2012, pp. 135-136). O extremo sul da península viveu difíceis momentos durante a reorganização institucional após a transição japonesa para o controle militar estadunidense e, em maio de 1946, uma grave epidemia de cólera atingiu cidades do sudeste sul-coreano, como Busan e Daegu, em um total de 15.644 casos, com 10.181 mortes. A resposta por parte do governo militar foi incapaz de conter o espalhamento da doença, com relatos de que a imprudência das autoridades tenha contribuído para mais mortes, como cita Yang Soo Kim em seu artigo sobre epidemias de cólera na Coreia:

A fraca política de controle sanitário do Governo Militar dos EUA na Coreia (Usamgik, em inglês) tornou impossível impedir a epidemia de se espalhar. As Forças Armadas dos Estados Unidos desovaram cadáveres no mar próximo à Yeongdo, o que resultou no espalhamento da cólera para vilarejos próximos. Vários confrontos ocorreram em Busan, em meio à piora da opinião pública. Soldados aniquilaram um vilarejo inteiro porque os moradores haviam escondido uma pessoa com cólera em um armário e destruíram um crematório por conta da fumaça que ele produzia. Além disso, apontaram uma arma a um motorista que se recusou a levar os corpos. (Kim, 2019, p. 429, tradução nossa).

O descontentamento com a resposta estadunidense à epidemia, somado à deterioração do poder de compra da população, em especial quanto ao arroz, produto básico na dieta coreana, que estava em falta (Katsiaficas, 2012), gerou greves e protestos notadamente na região da cidade de Daegu (à época, capital da Província de Gyeongsang do Norte), mas que logo se espalharam por outras cidades sul-coreanas, inclusive na futura capital, Seul.

Muito desta ampliação e organização de protestos e greves não se deve apenas aos Comitês Populares, já banidos à época da rebelião de 1946, mas também à atuação do Conselho do Trabalho da Península Coreana (*Chonpyong*), que fora crucial para a organização de diversos dos piquetes e greves realizados pelo país, chegando a números próximos de 250 mil trabalhadores parados (Katsiaficas, 2012). Iniciando-se em setembro de 1946, o levante popular teve seu ápice no dia 1º de outubro, quando a população foi às ruas em massa para protestar contra a morte de dois manifestantes, naquele mesmo dia, em manifestação ocorrida horas antes.

A polícia local não teve sucesso em conter a revolta popular e, após confrontos, entregaram o controle da cidade aos manifestantes. Posteriormente a este episódio, foi convocada a Sexta Divisão de Infantaria do Exército estadunidense, que invadiu a cidade com tanques e decretou lei marcial. Mesmo contendo a rebelião na cidade de Daegu, toda a região de Gyeongsang do Norte estava em estado de conflito (que se iniciava também na região de Jeolla do Sul), o que levou à decretação de lei marcial por toda a província no dia 6 de outubro de 1946 (Katsiaficas, 2012). Seguiu-se a ampliação de rebeliões e as regiões de Gyeonggi e Chungcheong do Sul também tiveram lei marcial decretada.

Neste momento, a revolta estava muito próxima da capital, pois as duas são províncias vizinhas de Seul. Contudo, a partir da contenção de greves através da cooptação exitosa dos trabalhadores para outra central sindical, esta patronal (*Nochong*), e atuando violentamente contra manifestantes nas cidades e contra fazendeiros de pequeno porte que se rebelavam no campo, o governo militar estadunidense conteve o levante em dezembro de 1946, deixando centenas de mortos — os balanços não são precisos, mas passam de 500 — nos confrontos.

As palavras do diretor do Departamento de Transportes dos EUA da época ajudam na compreensão da escala de violência aplicada ante os levantes de 1946: A situação foi abordada com a mesma intensidade de um cenário de batalha. O objetivo era eliminar a resistência, sem que houvesse tempo para avaliar possíveis danos colaterais a inocentes. Como medida de contenção, campos de concentração foram estabelecidos fora da cidade para abrigar os grevistas, uma vez que as prisões atingiram sua capacidade máxima. O contexto foi tratado como uma guerra, sendo essa a lógica que orientou as ações empreendidas. (Katsiaficas, 2012).

Figura 6: Situação na península durante os levantes de 1946, as áreas hachuradas são onde ocorreram insurreições.



Fonte: Katsiaficas (2012 p. 145)

Após a revolta generalizada no segundo semestre de 1946, havia preocupações por parte dos EUA com novas insurreições, o que levou o governo militar estadunidense a considerar outras possibilidades de ação, investindo em dar ainda mais visibilidade ao direitoista Syngman Rhee como espécie de representante da vontade soberana da Coreia. Rhee, que chegou à península coreana ainda no final de 1945, retornando de seu exílio em Washington D.C., seguiu angariando atenção e poder junto aos ocupantes para implementar seu anticomunismo e chegar ao poder. Para tal, Rhee considerava melhor que a Coreia não fosse unificada, pois teria enorme dificuldade em se manter como líder neste caso, constando que novos atores, principalmente mais à esquerda, entrariam no cenário. A saída para a não-unificação era única: que os EUA não a quisessem.

Ainda em 1946, as forças ocupantes determinaram o fechamento da fronteira, impedindo o trânsito de pessoas entre norte e sul. (KATSIAFICAS, 2012, p. 162). Robert Lovett (1895 – 1986), representante do Departamento de Defesa dos EUA à época, foi em busca de aval da ONU para garantir que, se houvessem eleições, elas seriam nos termos requisitados pelos Estados Unidos, termos estes que garantiriam influência maior dos estadunidenses mesmo em caso de unificação ou, de qualquer maneira, assim seria se mantivessem a península dividida.

2.3 Tensões sobre a Coreia Unificada e o papel da ONU

Enquanto as negociações por um país unificado seguiam difíceis, a rotina sul-coreana havia se tornado de violência constante, e protestos eclodiram pontualmente no ano de 1947, sendo ao menos dois deles em Jeju – que logo ficaria conhecida como a “Ilha Vermelha” por parte dos militares dos EUA. Em 1º de março de 1947, na data de aniversário do movimento Sam il (de 1919, contra a ocupação japonesa), seis participantes de manifestação pacífica foram mortos na ilha e dezenas ficaram feridos (Katsiaficas, 2012).

No mesmo semestre, as forças ocupantes emitiram ordem para que se cortasse qualquer comunicação de rádio entre norte e sul, isolando ainda mais as duas partes da península (Katsiaficas, 2012). Para completar, gangues de extrema-direita agiam por todo o país, muitas vezes com conivência das forças ocupantes.

Segundo Kim Yong Jeung, proeminente cidadão dos EUA de ascendência coreana, que visitou a porção sul da região no verão de 1947 e relatou a Edwin Locke Junior, vice-presidente do Banco Chase – e amigo próximo do então presidente Harry Truman – a situação era ruim:

Na Coreia do Sul, não há lei e ordem. O banditismo governa através de intimidação, ameaças, extorsão, violência e assassinato. A situação vai de mal a pior. Uma Guerra civil está se formando na Coreia do Sul e pode começar a qualquer momento. O Comando Americano parece estar estático por conta de sua comunismo-fobia. (Kolko, 1972, pg. 294, tradução nossa)

Com receios de que a Coreia se tornasse satélite da URSS em caso de unificação, e temendo uma guerra civil no território ao sul, os EUA decidiram seguir em apoio ao modelo de dois países separados, com processos eleitorais distintos, propondo na Assembleia Geral da ONU, em outubro de 1947, a criação de comissão avaliadora para tal. A URSS acusou os estadunidenses de fustigarem o acordo definido na Conferência de Moscou¹⁴, de dezembro de 1945, que previa o apoio à formação de um governo provisório único e não participou, após sua aprovação, da missão da ONU, realizada com intuito de verificar as condições da Coreia para realização de eleições gerais, mas separadas.

Por conta de sua objeção, os soviéticos não responderam e não aceitaram a entrada do comitê da ONU na porção norte do país. No entanto, no relatório final da comissão, constavam informações que os coreanos do norte enviaram aos observadores acerca de regramento eleitoral. Por fim, os observadores das Nações Unidas não obtiveram êxito em ter o amplo acesso pretendido tampouco na Coreia do Sul, constando em seus relatórios que tinham sido impossibilitados de se comunicar com representantes da esquerda, que estariam ou presos ou sob vigilância, tal como puderam presenciar cenas de violência alarmantes contra pessoas de esquerda, com mutilações ocorrendo à luz do dia por parte de milícias *Ilministas* (Kolko, 1972).

O Comandante-em-Chefe do Governo Militar, General John Hodge (1893 – 1963), negava categoricamente a existência de prisioneiros políticos no Sul e assim o governo dos EUA seguiu pressionando os países da ONU presentes na comissão para que dessem o aval – e participassem – das eleições sul-coreanas. Sem muito sucesso, os estadunidenses iniciaram pressão sobre o Comitê Interino das Nações Unidas, que se reunia quando não havia Assembleia

¹⁴ A Conferência de Moscou, com declaração final emitida em 27 de dezembro de 1945, previa a existência de um governo provisório para toda a Coreia e que todas as partes seriam consideradas no processo de estabelecimento do Estado-nação coreano. Estabelecia também uma espécie de protetorado, que contaria com a participação de britânicos e chineses durante os procedimentos para independência coreana. Tal ideia gerou diversos protestos tanto da direita como da esquerda, mesmo que os comunistas tenham passado a apoiar a ideia em 1946, ao que tudo indica por pressões dos soviéticos.

Geral. Este Comitê ficou dividido quanto às eleições no início (em especial australianos e canadenses), mas cederam ao final de fevereiro de 1948 e foi declarada a realização de eleições na porção sul da Coreia (Kolko, 1972).

Ultrapassados com a falta de diálogo e inclusão, diversos partidos, permitidos ou não, iniciaram convocações para protestos e para uma greve geral, que teriam início em 7 de fevereiro de 1948. Estava criado o cenário de efervescência de novos protestos e, desta vez, o número de mortos seria muito maior.

2.4 A última resistência e as eleições de maio de 1948

Diversas regiões tiveram momentos conturbados após a nova escalada de protestos e greves por toda a Coreia do Sul, mas a ilha de Jeju teria episódios de violência sistemática que durariam cerca de um ano, iniciando-se em abril de 1948 e terminando oficialmente em maio de 1949 – mas baluartes de resistência seguiriam até o final de 1953. A alcunha de “Ilha Vermelha” já existia desde 1947 e é estipulado que Jeju era um dos locais com maior filiação ao PTCS em termos proporcionais, tendo a expressiva adesão cerca de 20% da população ao mesmo, aproximadamente 60 mil pessoas (Merrill, 1980).

Se a relação dos moradores de Jeju com as tropas estadunidenses começou a se deteriorar já ao final de 1945, ela piorou ainda mais após o levante de Daegu (1946) e tornou-se mais violenta em 1º de março de 1948, em mais uma demonstração de força popular, com cerca de 50 mil insulanos em protesto, na esteira das reivindicações iniciadas em fevereiro do mesmo ano. Neste protesto, que se espalhou pelas ruas da ilha, os militares dos EUA deram comando aos policiais sul-coreanos para atirar. Ao final da repressão ao protesto, seis manifestantes tinham sido mortos, havia muitos feridos e dezenas de presos. Uma semana depois, em 8 de março de 1948, a população voltou às ruas e a polícia atirou novamente, com cinco mortos (Katsiaficas, 2012).

Vilipendiados por uma sequência de violência, os moradores iniciaram uma greve geral, que parou cerca de 160 agências governamentais na ilha, incluindo aí a participação de militares no movimento, em especial membros da guarda costeira e policiais. Em resposta, cerca de 500 líderes grevistas foram presos, 66 policiais (todos moradores locais) foram demitidos e policiais de direita do continente os substituíram (Katsiaficas, 2012). Houve também o envio de cerca de 800 membros da Liga Noroeste da Juventude, grupo de ultradireita que agiria com impunidade nos anos seguintes em toda a ilha (Merrill, 1980)

Figura 7: São vistos manifestantes pedindo a saída da União Soviética do norte da Coreia, refletindo o anticomunismo alinhado à ideologia de Syngman Rhee, que via a URSS como ameaça e defendia um Estado separado no sul.



Fonte: (Korea, 2024).

Com o envio direto de direitistas e ultradireitistas para uma ilha em que cerca de 20% da população era filiada à partido de esquerda e vivia um cenário de revolta generalizada, a situação chegava a seu ponto de maior tensão. Mesmo com a convocação norte-coreana para conferência sobre as eleições em Pyongyang tendo alta adesão de sul-coreanos de vários espectros políticos, a esperança de unificação era diminuta e o sentimento de revolta predominava, especialmente em Jeju. A decisão de armar a revolta foi tomada por lideranças de esquerda na ilha ao final do mês de março, e contou com apoio direto de ao menos um policial, o tenente Mun Sang gil (Merrill, 1980).

Em 3 de abril, guerrilheiros atacaram cerca de 11 dos 24 postos de polícia na ilha e pontos de concentração de membros da Liga Noroeste da Juventude. Eram cerca de 3500 pessoas descendo das montanhas vulcânicas, cercadas por florestas, indo de encontro com as forças governamentais, com o total de 30 mortos dentre estes e apenas 4 entre os guerrilheiros (Merrill, 1980). Após este ataque, o Governo Militar decidiu pelo envio de mais um destacamento estadunidense, junto a 1700 policiais e os combates foram aumentando em intensidade, com a guerrilha atacando e recuando de volta ao entorno do monte Halla (o ponto mais elevado de Jeju e de toda a Coreia do Sul), região segura de mata densa e com ampla visão de movimentações inimigas a partir do alto (Katsiaficas, 2012).

Em 29 de abril, o mesmo dia em que oficiais estadunidenses chegaram à ilha para negociar termos de paz com os guerrilheiros foi também o dia em que entre 40 e 100 policiais locais desertaram junto ao governador da Província para se juntar à revolta armada (Katsiaficas, 2012, p. 171). Os estadunidenses recomendaram aplicação de terra arrasada às forças policiais sul-coreanas na ilha, mas o oficial Kim Ik Ruhl (1919 - 1988) preferiu proceder em pontos de negociação junto a Kim Dal Sam (1923 – 1950), líder dos guerrilheiros. O possível acordo foi vetado pelo próprio governador militar de então, major-general William F. Dean (1899 – 1981) (Katsiaficas, 2012). Dean visitou a ilha no 1º de maio e o setor de propaganda do Governo Militar realizou filmagens em diversos pontos na ilha, mostrando guerrilheiros mortos e o vilarejo de Orari em chamas, em curta-metragem que ficou conhecido como “*May Day on Cheju-do*”¹⁵ (Merrill, 1980).

Mesmo com essas ações para que as eleições ocorressem normalmente em todo o país, e os resultados finais aclamados como positivos, os números oficiais demonstram participação popular regular, com cerca de 40% da população registrada para votar, constando a idade mínima de sufrágio a partir dos 21 anos (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001). Em Jeju o cenário foi pior, com cerca de 12% de participação popular (sem descontar os menores de 21 anos) e apenas 32.000 votos computados ao final das eleições.

Porém, o que é notória é a totalização dos votos, com a agremiação de Syngman Rhee¹⁶ recebendo 36 mil votos, excedendo por si só o número total de votos da ilha (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001). A participação foi tão baixa que os dois assentos reservados a Jeju ficaram sem ocupantes (Katsiaficas, 2012). No restante do país, as forças de Syngman Rhee garantiram seu protagonismo, vencendo o pleito.

Após as eleições de maio, a rebelião não se encerrou, mas entre o restante do referido mês até meados de agosto seguiu-se o cenário de disputas na ilha, mas sem grandes ofensivas, em especial após o redirecionamento do interesse do PTCS em apoiar a realização votação da eleição norte-coreana na porção sul do País. As eleições dos vizinhos do Norte foram marcadas para o dia 25 de agosto, mas 10 dias antes seria decretada a República da Coreia, dando agora estrutura e poder direto a Syngman Rhee para ampliar a repressão em Jeju. Mesmo com este

¹⁵ *Orari em Chamas*, conhecido internacionalmente como “*May Day on Cheju-do*”, é um curta-metragem que documenta a repressão violenta ocorrida durante os massacres na Ilha de Jeju, entre 1948 e 1954. O filme retrata a destruição da vila de Orari, incendiada pelas forças sul-coreanas como parte da repressão aos insurgentes acusados de apoiar o comunismo. A obra, embora pouco divulgada por décadas, tornou-se uma importante peça histórica ao expor a brutalidade do conflito e a perseguição sofrida pela população local. Seu impacto foi significativo para a memória coletiva da ilha e para o reconhecimento dos crimes cometidos durante esse período.

¹⁶ À época, a organização era denominada Associação Nacional para a Rápida Realização da Independência Coreana (NARRKI, em inglês).

novo baque, as eleições ocorreram de maneira secreta e foram votados 570 assentos no parlamento norte-coreano, sendo 360 deles proporcionais às províncias do sul e suas respectivas populações. A participação popular em Jeju foi calculada em 25% pelos estadunidenses e em 85% por parte do PTCS (Katsiaficas, 2012).

O efeito prático desta eleição paralela foi ínfimo tanto na parte continental como na ilha de Jeju, tornando-se meramente simbólica aos norte-coreanos, já que muitos dos eleitos já estavam fora da parte sul (como o líder comunista Ho Hon), com remanescentes rumando posteriormente ao que se tornaria a República Popular Democrática da Coreia, em 9 de setembro do mesmo ano.

Com as Coreias consolidando a divisão, os guerrilheiros em Jeju decidiram retomar ataques, com 15 policiais mortos no restante de setembro e outros 7 em outubro. Visando concentrar esforços para acabar com os focos guerrilheiros de Jeju, o governo de Seul decidiu pelo envio de regimento que estava estacionado na cidade portuária de Yeosu. No dia de seu embarque, os soldados se rebelaram e não só se negaram a atacar a população de Jeju, mas também tomaram a cidade e regiões próximas, como Suncheon, no que ficaria conhecida como Rebelião de Yeo-sun (Katsiaficas, 2012).

Neste levante, o receio estadunidense de que houvessem deserções em massa no recém-criado Exército sul-coreano fez com que estes mandassem praticamente todo o seu contingente ainda estacionado na Coreia do Sul para coordenar o contra-ataque (Katsiaficas, 2012), ao passo que a pressão para a saída dos soldados dos EUA aumentava, dado o anúncio da saída soviética da Coreia do Norte no mesmo dia em que a revolta de Yeo-sun estourou, em 19 de outubro de 1948¹⁷. O que se sucedeu foi uma sequência de intensas batalhas na região de Yeosu e Suncheon, com a supressão final da rebelião no início de novembro, tendo como resultado milhares de mortos, com estimativas atuais chegando aos 10.000 (Katsiaficas, 2012).

¹⁷ A Revista Time, edição de 1º de novembro de 1948, relata a saída soviética e o início da Rebelião de Yeo-sun no mesmo dia. Disponível em: <https://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,804815,00.html>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

Figura 8: Oficiais dos EUA seguram bandeira utilizada pelos rebeldes de Yeo-sun.



Fonte: Revista Time¹⁸

Com o fim da rebelião de Yeo-sun, era evidente o receio do governo sul-coreano com novos motins, infiltrações comunistas e rebeliões. Há dúvidas quanto à pressão exercida também pelos EUA, mas estes estavam definitivamente influenciando o processo de formação do Estado-nação sul-coreano, tal qual a premissa culturalista previa, ao passo que na formação do Estado-nação norte-coreano, a presença soviética era diminuta, como denota Bruce Cumings:

O número de conselheiros Soviéticos nunca foi muito alto no Norte, mesmo dentre militares. Fontes britânicas estimavam que conselheiros soviéticos ao governo central foram de 200 em 1946 para meros 30 em abril de 1947, sendo o maior número deles, como esperado, sendo do Ministério do Interior. (Cumings, 2005, p. 234)

Após a queda da rebelião de Yeo-sun, as atenções retornavam ao que ocorria em Jeju, local em que as atividades guerrilheiras seguiam. O governo de Syngman Rhee decidiu, então, propor no congresso uma Lei de Segurança Nacional (LSN), priorizando a perseguição aos rebeldes de esquerda de então. Esta lei foi aprovada em 1º de dezembro de 1948 pela Assembleia Nacional, mas aponta-se que esta seria essencialmente uma reaplicação da Lei de Preservação da Paz japonesa, criada especialmente para controlar as dissidências à esquerda no

¹⁸ Disponível em: < <https://images.google.com/hosted/life/9b82ad85cd3054ad.html> > Último acesso em 15/10/2024

Japão e respectivas colônias (Neary, 2002). Com este instrumento legal, toda organização que fosse considerada anti-Estado seria banida e seus membros, considerados criminosos.

A Lei dava espaço para que o próprio Estado norte-coreano fosse designado como organização anti-Estado e assim o foi também com todos aqueles que ainda apoiavam o Norte, dificultado também quaisquer contatos entre as Coreias. Esta lei era a principal forma de impedir a atividade política de organizações de esquerda, mas não havia perseguição só a estes. Nacionalistas moderados, que haviam sido contrários à liderança de Rhee como também às eleições separadas entre Norte e Sul, começaram a ser monitorados e o maior líder destes, Kim Gu (1876), foi assassinado em 26 de junho de 1949.

A situação tomou ares de massacre em Jeju, pois não só os guerrilheiros eram presos; a população em geral também era vista como suspeita, por viverem na “Ilha Vermelha”. Os números mais atualizados do massacre, levantados pela Comissão da Verdade de Jeju dá como total entre 25.000 a 30.000 mortos, dos quais cerca de 80% não eram guerrilheiros, constando também que 80% dessas mortes foram perpetradas por forças oficiais. O levante de Jeju, mesmo com repressão cada vez mais violenta e o governo se considerando vitorioso em 1949, seguiu até o ano do armistício da guerra da Coreia, 1953, quando o último foco de guerrilha foi derrotado (Merrill, 1980).

Figura 9: Três guardas prestes a serem executados por traição e deserção aos redores da Cidade de Jeju, acompanhados de dois oficiais estadunidenses. 3 de agosto de 1948.



Fonte: HanKyoreh¹⁹

¹⁹ *HANKYOREH*. Text that talks about the uprising and the participation of the US also brings information about how the island already had the epithet of Red Island in 1947, and also about the declaration that "90% of the island would have leftist tendencies". Disponível em: https://english.hani.co.kr/arti/english_edition/e_national/838533.html. Acesso em: 15 out. 2024.

Se em Jeju a violência extrema tornou-se a norma no ano de 1949, no restante do país a repressão era mais institucionalizada, valendo-se principalmente da recém aprovada LSN. As prisões em massa geraram dificuldades no Judiciário do país e o sistema de julgamento em três instâncias foi substituído por outro de única instância quando se tratasse de indivíduos enquadrados na LSN. Esta medida foi apoiada por Syngman Rhee, mas enfrentou resistências na Assembleia Nacional e foi posteriormente revogada (Neary, 2002).

Em seus primeiros anos de existência, a Lei de Segurança Nacional da Coreia do Sul passou por diversas modificações, em grande parte por ter conteúdo consideravelmente vago, indicando a criação desta com intuitos de gerar roupagem legal às prisões de opositores, armados ou não, do regime de Rhee²⁰. Prisões estas que já ocorriam antes, sob a alçada do governo militar dos EUA, que Trabalhava Principalmente Com O Aparato Organizacional Deixado Para Trás Pelos Japoneses (Katsiaficas, 2012).

2.5 Uma lei em constante mudança

Com regras genéricas sobre o que era crime sob esta lei, o ano de 1949 teve precisamente 188.621 de indivíduos presos enquadrados em algum artigo deste instrumento jurídico (NEARY, 2012, p. 80). Que conste um cenário de um total de 20.167.000 habitantes, o que resultou em 0,93% da população do país presa em algum momento daquele ano (KWON, 1975, p. 5). Desta maneira, o governo buscou fechar algumas lacunas com emendas. A primeira dentre estas foi a de número 85, de dezembro de 1949, e teve como principal acréscimo um novo capítulo, mas também foram modificados os artigos iniciais, removendo uma das previsões de trabalho forçado. No 1º artigo da emenda, incluiu-se a pena de morte aos líderes e comandantes operacionais de grupos compreendidos como anti-Estado, pena que segue vigente neste caso. Já no tocante a comandantes operacionais, estes poderiam receber pena alternativa à de morte, sendo a prisão perpétua ou não menos que dez anos de reclusão. Quanto aos apoiadores e membros que tomassem parte em ações destes grupos, a pena tornou-se de não menos que três anos.

O quarto parágrafo do 1º artigo menciona, no entanto, que haveria pena de até dez anos para quem se associasse espontaneamente a estes grupos e previa pena de morte a quem

²⁰ O regime de Syngman Rhee, que governou a Coreia do Sul de 1948 a 1960, foi marcado por um governo autoritário, forte repressão política e alinhamento com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Inicialmente eleito como primeiro presidente sul-coreano, Rhee consolidou seu poder por meio de sucessivas manipulações eleitorais, censura e perseguição a opositores, especialmente comunistas e dissidentes de esquerda.

participasse de ações violentas (assassinatos, incêndios e destruição de patrimônio, por exemplo) em nome de um destes grupos. Era a inclusão da pena de morte a qualquer atividade guerrilheira, fossem líderes ou não. Na emenda de dezembro de 1949, o 2º artigo tratou de endurecer as punições contra aqueles que apoiassem, de qualquer maneira, atividades dos grupos anti-Estado mencionados no artigo anterior.

O mesmo artigo apresentava penas diferentes para lideranças dessas chamadas “organizações de apoio”, prevendo pena de morte, perpétua ou de até dez anos a tais pessoas. Para quem participasse de ações operacionais como líderes destes grupos de apoio, a pena seria de não menos que cinco anos, podendo chegar à perpétua. Aos que se somassem a essas “organizações de apoio” e fizesse parte de alguma ação, a pena seria de não menos que três anos. Aos que simplesmente declarassem apoio ou se juntassem espontaneamente, a pena seria de até sete anos de prisão.

O 3º artigo tornou-se mais elaborado, agora tratando também que o ensinamento, instigação ou propagação de conteúdo de apoio aos grupos dos dois artigos anteriores, ou de seus objetivos finais, seria penalizado com até dez anos de prisão. O 4º artigo abre espaço para soma de penalidades, pois acrescenta a possibilidade de até três anos de trabalhos forçados à quem facilitasse ações destes grupos anti-Estado, mencionando que esta pena também seria aplicada a qualquer um que fornecesse armas, dinheiro ou quaisquer bens de valor e de propriedade aos guerrilheiros.

O artigo de número 5 versa sobre a intenção em cometer os crimes dos artigos 1 a 3 e que isso acarretaria em penalidades, sem detalhar quais seriam. O 6º artigo manteve a previsão do sistema de arrependimento aos que se rendessem, tal qual o 7º artigo manteve punições para aqueles que usassem a lei para incriminar outrem ou agentes da lei que abusassem do seu poder através da LSN, tornando mais pesada a pena para quem infringisse este artigo, podendo ser perpétua ou partindo de um mínimo de três anos.

O artigo de número 8 foi um dos mais polêmicos, pois considerava que qualquer um que cometesse crime previsto na lei, mesmo fora da jurisdição desta, poderia ser condenado. Este trecho certamente se dirigia aos norte-coreanos, dado que a própria formação da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) era considerada uma organização anti-Estado e que a República da Coreia era legítima representante de toda a península. O último artigo desde capítulo, o 9º, tratava também de outro caso omitido na versão inicial, que era sobre desertores das forças civis de segurança, mencionando especificamente policiais, agentes penitenciários e bombeiros, que em caso de abandono de função teriam pena de ao menos um ano e não mais do que dez no total.

Nesta emenda, foi acrescentado um importante dispositivo, faltante na versão original, sendo este a forma do procedimento jurídico em relação a lei. O capítulo 2, composto de oito artigos, serviu para delinear o formato de julgamento dos enquadrados nesta lei, constando aí a polêmica mudança para um sistema de instância única, formada por colegiado de magistrados, nos julgamentos dos que fossem enquadrados nesta lei.

Também possuía ao menos 3 artigos em que previa a suspensão de sentença, com envio do condenado de volta aos centros de detenção provisória, exceto nos casos de condenação à morte. Estas suspensões poderiam ser mantidas por até 2 anos e repetidas por mais dois períodos de igual duração. Havia também a previsão de redução da pena total com base nos anos do centro de detenção, mas foi tratada na lei como possibilidade atenuante. Outra possibilidade era que, caso não houvesse “risco de reincidência”, o Ministério da Justiça poderia pedir a soltura do preso em detenção provisória. Por fim, o capítulo também previa nova condenação aos que estivessem nos centros de detenção e se tornassem reincidentes, levando-os novamente à prisão. O capítulo também colocava sob disposição de decreto presidencial questões organizacionais e administrativas destes centros de detenção e prisões.

Posteriormente, na emenda 128/1950, foram tratadas algumas questões sobre reincidência dos crimes previstos na LSN e novas previsões jurídicas, cortando algumas brechas para dar garantia legal mais ampla à repressão, com a extinção completa da penalização com trabalhos forçados. Tornou-se possível também determinar, de maneira mais precisa, o que seria punido, dado o caráter abstrato da lei original, mantido em sua primeira modificação (emenda 85). A emenda 128 tornou-se a base estrutural da LSN, que segue nesses moldes até os dias atuais. A atualização ocorreu em maio de 1950 e, um mês depois, foi iniciada a Guerra da Coreia, com este instrumento legal permanecendo sem mudanças durante esta e também nos anos posteriores, com o aumento do poder autocrático de Syngman Rhee, que não enfrentou crises internas até o final da década de 50.

2.6 O governo Rhee em crise

Com a Coreia do Sul passando por dificuldades econômicas, em um cenário, no ano de 1957, no qual 22,9 % de seu Produto Nacional Bruto era fruto de assistência externa, dependendo em $\frac{3}{4}$ de seus investimentos a injeções de remessas dos EUA, a situação se deteriorou rapidamente, com o patamar de desemprego alcançando 18,1% da população ainda em 1955 (Kwon, 1975). Com o aumento da oposição a Rhee e ao Partido Liberal, o regime recrudescceu novamente as regras e promoveu nova modificação da lei, em 1958, a emenda

500/1958. Sua principal mudança foi em relação ao que era considerado segredo de Estado ante nações e organizações inimigas.

Para além de assuntos militares, tornavam-se também secretos os assuntos políticos, econômicos, sociais e culturais da Coreia do Sul (Neary, 2002). Estas modificações constavam no artigo 4 e tratavam também de informações como um todo, abarcando até mesmo gravuras/pinturas, que já não poderiam ser compartilhadas com estes inimigos. Nesta atualização, as chamadas organizações anti-Estado passaram a receber denominação oficial de “organizações inimigas”. Em sentido diverso, estava o artigo 2, que agora tratava de um modelo de precauções, para que se fossem garantidos todos os direitos dos cidadãos, a título de evitar repressão sem razoabilidade quando da aplicação desta lei.

Já as previsões de criminalidade seguiram para o capítulo 2, sem mudanças quanto às sentenças, mas delimitando melhor a diferença entre organizações políticas e partidárias de esquerda de organizações militares (guerrilhas). A penalidade para as lideranças seguiu sendo a execução, mas foi inserida a possibilidade de execução de qualquer guerrilheiro em tempos de guerra. Considerando que a Guerra da Coreia não teve fim *de jure*, esta possibilidade era vigente. Um desdobramento do novo artigo 4 do capítulo 2 foi a inserção da pena de morte a qualquer um que cedesse segredos de Estado para o inimigo, prevendo também prisão de até dez anos aos que coletassem este tipo de informação, com a mesma penalidade aos que fossem intermediários desta troca de informações.

O artigo 14, porém, tornou a gerar precedentes para um conjunto ainda maior de ações arbitrárias, pois mencionava punições a quem incorresse em divulgação ou coleta de segredos de Estado que não estivessem previstos nos artigos anteriores. Também é trabalhada a possibilidade de incitação à deserções militares, com pena mínima de três anos, como também outros agravantes que poderiam aumentar a pena em até o dobro da inicial e um novo dispositivo que tratava da infiltração em instituições sul-coreanas, com pena de morte aos que fossem considerados infiltrados nas organizações de segurança do país asiático.

Outro modelo de infiltração agora previsto era aquela realizada em partidos políticos, organizações sociais ou jornais e poderia acarretar em prisão por pelo menos sete anos, podendo mesmo chegar à pena de prisão perpétua ou a de morte, se houvessem agravantes. A quem se relacionasse com um infiltrado e tivesse ciência das ações de infiltração seria condenado ao máximo de dez anos de prisão ou multa de até 10 milhões de won sul-coreanos (a correção inflacionária indica o valor atual em ₩ 969 milhões, cerca de R\$ 3,5 milhões) Outra cláusula arbitrária, muito controversa, era a 22ª, sobre difamação pública das instituições sul-coreanas, prevendo pena de prisão de até dez anos a quem fizesse objeção a essas de maneira pública. É

imprescindível ressaltar que o artigo explicitava, como instituição constitucional, o próprio presidente (대통령), o presidente da Assembleia Nacional (국회의 의장) e o presidente da Suprema Corte sul-coreana (대법원장을 말한다). Havia também previsão de proteção aos aliados da República, o que garantiria aos soldados estadunidenses proteção especial, dado que seguiram estacionados na Coreia do Sul após a guerra. O artigo 26 previa punição similar à de incitação para deserções militares e à coleta/divulgação de segredos de Estado em caso de atos contra países aliados.

Acrescenta-se também penalização por conspiração, tendo a pena equiparada ao ato que seria praticado em si e o instrumento de confisco de bens e valores, que poderiam ser requeridos pela promotoria para retorno ao antigo proprietário em caso de não condenação, ou remetidos ao Tesouro Nacional caso não houvesse tal possibilidade de retorno. A lei passou a prever também que o crime de infiltração seria inafiançável. A LSN também sofreu atualizações para tornar-se consonante aos ditames do Código Penal da Coreia do Sul, que foi promulgado em setembro de 1953, após o armistício, mas mantendo precedência da LSN ante diversas garantias do mesmo em nome da segurança nacional

Consta também a liberação para que a agência de inteligência militar conduzisse investigações próprias sobre indivíduos que tivessem cometido crimes previstos na LSN, mas deveriam cessá-las caso a promotoria decidisse por encerrar o caso sem julgamento.

2.7A queda do Iluminismo e uma nova chance para a democracia

Mantendo as bases da segunda emenda (128/1950) e tornando o conteúdo mais robusto e atrelado ao novo Código Penal, o regime de Syngman buscava, com a terceira emenda (500/1958), não só ampliar a repressão aos dissidentes de esquerda, mas também garantir que nenhuma oposição, ao centro ou mesmo à direita, obtivesse sucesso em removê-lo do poder. Porém, isso não foi o bastante para impedir novas contestações às eleições realizadas em março de 1960, onde Syngman Rhee garantiu a totalidade dos votos válidos após o seu único rival, Chough Pyung Ok (1894 – 1960), morrer em decorrência de câncer. Com acusações de fraude, a população foi às ruas em diversas cidades sul-coreanas, e, “em Masan, a situação se tornou violenta, com a polícia atirando contra os manifestantes, causando sete mortes e deixando dezenas de feridos” (Kim, 2012, p. 414).

Mas a revolta se tornou ainda maior após pescadores encontrarem o corpo de um adolescente, Kim Chuyŏl, em 11 de abril. Kim havia sido morto a tiros. Tomando as ruas a

partir deste dia, os protestos se espalharam em 19 de abril, com movimentos massivos em Seul, Busan, Daegu e outras cidades. A pressão cresceu sobre Syngman Rhee e, em 27 de abril, o presidente ofereceu sua renúncia, partindo cerca de um mês depois para o exílio, no Havaí (Kim, 2012).

Figura 10: Até mesmo crianças do equivalente ao ensino fundamental tiveram participação nos protestos contra o regime de Syngman Rhee. Foto sem data definida.



Fonte: [Monash University Korean Studies Research Hub - Universidade Monash](#)

Era finda a Primeira República Coreana, iniciando-se um breve período de regime democrático-liberal, sob a liderança interina do Primeiro-Ministro independente Ho Chong (1896 – 1988), intercalando também, por um período de sete dias, com Kwak Sang hoon (1896 – 1980), na posição de Presidente. Após a queda de Syngman, foi estabelecido um regime parlamentarista bicameral na Coreia do Sul, de maneira concomitante à convocação para eleições parlamentares, que foram realizadas em 29 de julho de 1960 (Katsiaficas, 2012). A vitória foi do outrora opositor Partido Democrata, com a derrocada de votos no Partido Liberal de Rhee (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001).

Já a instabilidade política em relação aos cargos da Presidência e de Primeiro-Ministro seguiu até a eleição indireta de Yun Posun (1897 – 1990) como presidente, em 12 de agosto de 1960, Com a reorganização constitucional, foi eleito – indiretamente, como Primeiro-Ministro – em 18 de agosto, o Democrata Chang Myon (1899 – 1966). O governo de Chang promoveu algumas mudanças, em especial quanto à liberdade de imprensa, a demissão de policiais que estavam no ofício desde o período da ocupação japonesa e a punição a chefes de polícia que haviam ordenado que seus subordinados atirassem contra a população. No entanto, essas

mudanças não foram feitas sem a prévia consulta aos órgãos estadunidenses que seguiam ativos no país asiático e o governo tampouco promoveu mudanças nos escalões mais altos do Estado, mantendo muitos que atuaram no governo de Syngman Rhee (Katsiaficas, 2012).

Quanto a LSN, a única mudança foi promovida anteriormente à chegada de Chang ao poder, sendo esta realizada logo após a queda de Syngman, buscando atenuar seus trechos mais repressores e arbitrários (Neary, 2002). A emenda 549/1960 reduziu o texto da lei a um formato próximo do existente na emenda 128, de 1950, que continha 18 artigos no total, retomando até mesmo o termo “anti-Estado” em detrimento de “organizações inimigas”. Estas modificações entraram em vigência no mês de junho do mesmo ano.

Mesmo reduzindo o número de artigos e algumas previsões punitivas, novas proibições foram definidas, como o que foi tipificado no artigo 6. Era a punição por deslocamento de e para “áreas ilegais”, mencionando a possibilidade de infiltração, mas adicionando também a punição para aqueles que se locomovessem para regiões dominadas por grupos anti-Estado, o que implicava na totalidade do território norte-coreano, podendo acarretar em pena de um a dez anos de prisão. Outra inserção que gerou dúvidas quanto a decisões arbitrárias foi a do artigo 9, que tratava a “não notificação”, que ocorreria quando um indivíduo testemunhasse um crime, reconhecesse o criminoso e não o denunciasse para as autoridades, com pena de até cinco anos de prisão ou multa de até 100.000 ₩ (a correção inflacionária indica valores atualizados em 8.702.516.00 de won sul-coreanos, aproximadamente R\$ 32.000).

Havia atenuante em caso de parentesco do indiciado neste artigo com o criminoso envolvido nos artigos principais da lei, podendo a pena ser reduzida ou mesmo extinta. Outra importante modificação foi na questão da detenção provisória, que agora precisava passar também pela promotoria e ter sua aprovação para requisição da extensão do período provisório, tendo em vista a necessidade em evitar obstruções ao processo investigativo e mantendo-a em até dez dias de extensão. Anteriormente, a autoridade policial poderia requisitar a extensão diretamente a um juiz, o que diminuía as instâncias consultivas.

No contexto de distensão em alguns pontos da sociedade sul-coreana, os movimentos estudantis mantiveram o estado de mobilizações, como em 8 de outubro de 1960, quando muitos dos réus foram absolvidos nos processos sobre os assassinatos de manifestantes que pediam a saída de Syngman Rhee. Isso decorreu do fato de que não havia legislação específica para punir estes agentes da lei. Muitos estudantes, revoltados com os resultados dos processos iniciaram ocupação da Assembleia Nacional (Katsiaficas, 2012, p. 239). Somando isso à iniciativa estudantil de conferência com a Coreia do Norte, tendo em vista uma possível Confederação entre os países, que teria número igual de representantes do Norte e do Sul, e o intuito do

governo sul-coreano em reduzir 100 mil soldados da ativa militar, os chefes militares, especialmente os mais conservadores, começaram a se mobilizar ainda em 1960 (Macdonald, 2018).

2.8 A breve esperança e a realidade militar

Quatro dias antes do primeiro encontro entre estudantes norte e sul-coreanos, que seria realizado no dia 20 de maio de 1961, na vila fronteiriça de Panmunjom, os militares deram um golpe de Estado, removendo o gabinete de Chang, prendendo cerca de 2000 líderes políticos (o ex-primeiro-ministro Chang entre eles) e também os detetives designados para investigar o massacre de Jeju, dando início a um longo período de regime militar (Katsiaficas, 2012). O principal líder articulador deste golpe era o major-general Park Chung Hee (1917-1979), outrora renomeado Okamoto Minoru pelos japoneses enquanto servia como Primeiro-Tenente do Exército Imperial (Kim; Vogel, 2011). Porém, imediatamente após o golpe, a liderança recaiu sobre outro militar, o tenente-general Jang do yong (1923-2012), que havia trabalhado diretamente com o governo anterior e poderia oferecer uma face mais conciliadora à junta estabelecida, que se intitulou Conselho Supremo para Reconstrução Nacional.

O primeiro ponto da plataforma de liderança dos militares golpistas era demonstrar ação no combate ao comunismo, pois consideravam que durante a Segunda República este combate havia ficado apenas no campo retórico (Kim; Vogel, 2011). Uma das primeiras medidas do governo militar foi a promulgação da lei 653/1961, a chamada lei anticomunista, em 3 de julho de 1961, o mesmo dia em que o tenente-general Jang foi derrubado por Park, que agora assumiria a liderança total do país.

Esta lei não aboliu a LSN, mas serviu de complemento a esta pois criminalizava agora o comunismo como um todo, não só aquilo que aparentaria ser anti-Estado, como era a premissa principal da LSN. Esta lei somaria aos artigos da última de maneira frequente, com a criação de dois artigos *mutatis mutandis*²¹. Tudo isso sem modificar a LSN até setembro de 1962, o que dá indícios que a lei anticomunista foi criada principalmente para marcar posição de ferrenho anticomunismo no novo regime.

²¹ *Mutatis mutandis* é uma expressão em latim que significa "mudando o que deve ser mudado" **ou** "com as devidas adaptações". Ela é frequentemente utilizada no campo jurídico, na filosofia e em textos acadêmicos para indicar que determinada regra, princípio ou conceito pode ser aplicado a outra situação, desde que sejam feitas as modificações necessárias para adequação ao novo contexto.

Figura 11: Foto tirada de Jang do Yong e seu então vice, Park Chung Hee, mentor do golpe de Estado. Seul, 20 de maio de 1961.



Fonte: SinoNK²²

Park Chung Hee, que definiu 1963 como o ano para novas eleições, começou a movimentar o aparato estatal para garantir sua vitória, atuando firmemente contra seus opositores. Em março de 1962, a junta promulgou a Lei de Purificação Política, que indiciou, no mesmo ano, cerca de 1336 políticos e gerou a renúncia do decorativo presidente Yun Posun, que havia obtido permissão para seguir no cargo após o golpe (Kim; Vogel, 2011). A partir daí, o modelo Presidencialista voltaria a vigorar *de jure* após as eleições de 63.

Quanto a LSN, a única mudança implementada pelo regime, através da emenda 1151/1962, foi o artigo 10-2, que previa um sistema de peso extra nas sentenças de casos reincidentes, desde que tivessem ocorrido em até cinco anos após o cumprimento da pena. Se o acusado fosse enquadrado neste artigo, era prevista a pena de morte. O acréscimo de reincidência poderia ocorrer caso houvesse violação desta lei e/ou da lei anticomunista, a lei de crimes especiais do país ou do código militar de lá.

Com eleições presidenciais em 15 de outubro de 1963, Park e seu recém-fundado Partido Democrático Republicano (PDR) chegaram ao poder pela via eleitoral, apesar de diversos relatos de irregularidades, como o que mencionava que fazendeiros estavam sendo

²² Imagem de Jang Do-yong e Park Chung-hee durante o golpe militar de 16 de maio de 1961. Disponível em: https://i0.wp.com/sinonk.com/wp-content/uploads/2013/10/장도영_박정희_1961년_5.16_군사정변.jpg. Acesso em: 15 out. 2024.

forçados a se filiar ao PDR para continuarem recebendo sua cota de grãos (Kim; Vogel, 2011). No final do pleito, Park venceu com apenas 150 mil votos a mais do que Yun Posun. Era o fim do período transitório entre a Segunda e a Terceira República.

Se o total de enquadrados na LSN durante o período da Primeira República alcançou centenas de milhares nas estimativas, envolvendo casos emblemáticos como da execução do então opositor Cho Bong Am (1898 – 1958), na Segunda República os registros não eram confiáveis e seriam retomados durante o governo militar²³.

2.9 Uma nova Coreia do Sul e a Era Park

O primeiro governo de Park manteve as premissas do Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (1962-1966), criado ainda no governo civil, que visava melhorar a autossuficiência sul-coreana e gerar infraestrutura básica para melhor desenvolvimento industrial (Kim; Vogel, 2011, p. 75). Estas premissas foram atualizadas em um Segundo Plano Quinquenal (1967-1971), que, por sua vez, visava a indústria pesada, em especial a siderurgia. As *chaebols*, empresas escolhidas para serem “campeãs do desenvolvimento” sul-coreano durante o governo de Syngman Rhee, tiveram dificuldades iniciais no governo militar, mas aos poucos recuperaram espaço e, para o segundo plano estatal, foram escolhidos alguns novos “campeões” (Kim; Vogel, 2011, p. 556).

Com a retórica de que apenas o governo de Park e seu partido garantiriam o desenvolvimento econômico, Park Chung Hee venceu novamente, em 1967, e com boa margem, as eleições presidenciais, disputadas novamente com Yun Posun. Derrotou a oposição novamente em junho do mesmo ano, nas eleições legislativas, garantindo ao PDR números suficientes para passar uma lei que o permitisse acumular mais um mandato (Kim; Vogel, 2011, pp. 360 – 361). Mesmo com relativo sucesso do Segundo Plano Quinquenal e constantes pressões contra a oposição, a vitória confortável de Park não veio em 1971, quando concorreu contra o opositor em ascensão Kim Dae Jung (1924 – 2009), e ganhou com 53.20% dos votos

²³ O governo militar refere-se a um regime político em que as Forças Armadas assumem o controle do Estado, geralmente por meio de um golpe de Estado, suspendendo ou restringindo instituições democráticas como o parlamento, o judiciário e as eleições livres. Na Coreia do Sul, o governo militar teve início em 1961 com o golpe liderado por Park Chung-hee, que permaneceu no poder até seu assassinato em 1979. Após um breve período de transição, outro golpe consolidou Chun Doo-hwan como presidente, aprofundando a repressão política, censura e controle social, como visto no Massacre de Gwangju em 1980. A ditadura militar sul-coreana durou até 1987, quando protestos populares forçaram a realização de eleições democráticas.

(Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001). A situação piorou em maio do mesmo ano, quando a oposição ganhou 44.4% do eleitorado, ante 48.8% do PDR (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001).

Vislumbrando que não conseguiria outro mandato, Park Chung Hee decretou, em outubro de 1972, uma espécie de golpe palaciano, fechando o Congresso eleito, suspendendo a Constituição vigente, promulgando uma Constituição palaciana e marcando referendo para aprovação desta em novembro de 1972. O governo conseguiu 92% dos votos para a aprovação da mesma, que ficou conhecida como Constituição Yushin (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001). Era o começo da Quarta República Coreana, seguindo sob alçada da agora absoluta liderança de Park. Com a possibilidade de indicar até 1/3 da Assembleia Nacional, número ilimitado de mandatos presidenciais e poderes praticamente ilimitados, esta República seria marcada por autoritarismo centrado na figura de Park Chung Hee (Katsiaficas, 2012).

No campo econômico, o novo Plano Quinquenal, o terceiro (1972-1976), foi o que designou um novo norte de desenvolvimento para o país, com a chamada Industrialização Pesada e Química (HCI, em inglês). Priorizando a substituição de importações e aumento das exportações, em especial nos mercados siderúrgico, petroquímico, de indústria naval, automobilístico e eletrônico, o plano gerou grande desenvolvimento econômico no país, sendo parte do que ficaria conhecido como Milagre do Rio Han (Kim; Vogel, 2011). Em termos de leis, com a Constituição Yushin, a LSN não foi modificada até o conturbado período final da Quarta República.

Em 1979, o governo de Park Chung Hee já estava no Quarto Plano Quinquenal (1977-1981) e, mesmo com avanços econômicos robustos deste na economia do país, a oposição ao governo Yushin crescia e se reorganizava. Em outubro do mesmo ano, na cidade de Busan, muitos estudantes saíram às ruas para protestar contra o governo, em movimento que se espalhou para a cidade de Masan, dando o nome do levante que se formou de “BuMa”. Este levante foi sem rebelião armada e tinha como principal instrumento protestos pedindo a volta da democracia. Ao final dos quatro dias de revolta, em 20 de outubro, haviam 1563 presos, sendo 1/3 deles estudantes (Katsiaficas, 2012, p. 262). Seis dias depois, o chefe da Agência de Inteligência sul-coreana (KCIA, em inglês), Kim Jae gyu (1924 – 1980) assassinou Park com um tiro na cabeça, e a Coreia do Sul viveria nova instabilidade política. Choi Kyu hah (1919 – 2006), então Primeiro-Ministro, foi alçado ao poder²⁴.

²⁴ A Coreia do Sul teve seu último vice-presidente ao final da Primeira República.

No período entre 1961 e 1979, em que Park Chung Hee era a principal figura política do país, foram 2319 presos enquadrados na LSN, fora os que haviam sido enquadrados só pela Lei Anticomunista.

2.10 A ascensão de Chun Do Hwa e da Hanahoe

O período final da Quarta República coreana foi de incertezas, pois iniciou-se com a chamada Primavera de Seul e indicações menos autoritárias de Chun Do Hwa (1931 – 2021), que se tornou líder *de facto* após golpe de Estado em dezembro de 1979, enquanto mantinha Choi como presidente interino (Katsiaficas, 2012). Tudo ainda sob a Constituição Yushin. Mesmo com alguns acenos aos opositores, como com a libertação de Kim Dae Jung²⁵, o país permanecia sob forte controle militar (Katsiaficas, 2012).

Os protestos por mudanças seguiram e chegaram ao ápice em maio de 1980, com convocação nacional para manifestações nos dias 14 e 15 do mesmo mês, em Seul. Com apoio estadunidense para reprimir as ações populares, o governo aumentou a escala de repressão, decretando lei marcial em 17 de maio; assim, os protestos cessaram, exceto na cidade de Gwangju, que à época fazia parte da província de Jeolla do Sul, a mesma região do levante militar de Yeo-Sun, em 1948.

²⁵ A libertação de Kim Dae Jung ocorreu em 1982, após anos de perseguição política sob a ditadura militar da Coreia do Sul. Líder opositor e defensor da democracia, Kim Dae Jung foi sequestrado por agentes do governo sul-coreano em 1973, quando estava exilado no Japão, e quase executado. Posteriormente, foi preso novamente em 1980, condenado à morte sob acusações de sedição por seu suposto envolvimento na Rebelião de Gwangju. Sua prisão ocorreu por atacar a Constituição Yushin, em 1976.

Figura 12: Mapa político atual da Coreia do Sul, mostrando a região de Jeolla do Sul, palco de ao menos dois enfrentamentos entre forças opositoras ao governo, em décadas distintas. Mais ao sul, a ilha de Jeju, a antiga “Ilha Vermelha”. A seta vermelha indica Gwangju, e as azuis indicam Yeosu e Suncheon, palco do motim militar de 1948.



Fonte: NationsOnline.org

A resistência estudantil na cidade levou a um assalto, em 18 de maio de 1980, de tropas militares à Universidade Nacional de Chonnam. Os estudantes resistiram e ganharam apoio de cidadãos, que logo foram às ruas apoiá-los. A cidade se tornou palco de guerra entre civis, que começaram a se armar, e militares, que, depois de expulsos em 20 de maio, só conseguiram retomar a cidade em 27 do mesmo mês. Deixaram para trás um rastro de atrocidades que fizeram

até mesmo um general, Chung Oong, se recusar a acatar ordens de atacar a cidade, chamando a localidade de “abatedouro coletivo” (Katsiaficas, 2012), com Chun Do Hwa se tornando posteriormente conhecido pelo apelido de “açougueiro de Gwangju”²⁶.

Com o país inteiro sob lei marcial, foi criada a Conferência Nacional para a Unificação, que serviria ao efetivo comando de Chun sobre o país. Em agosto do mesmo ano, o presidente Choi renunciou, o que fez com que esta Conferência, tornada colégio eleitoral, elegeisse, por unanimidade, Chun Do Hwa como presidente da Coreia (Katsiaficas, 2012). Prontamente, este promulgou uma nova Constituição, que o garantiria com mais poderes do que os de Park no período Yushin, a colocou para votação em 22 de outubro de 1980 e, garantindo sua vitória no referendo, “dissolveu a Assembleia Nacional em 27 de outubro, banindo todos os partidos políticos e dando fim à liberdade de expressão e reunião no país como um todo” (Katsiaficas, 2012, p. 391).

Nos termos da LSN, houve mudança em dezembro de 1980, através da emenda 3318/1980. Esta emenda gerou acréscimos ao texto anterior, em especial por conta da anulação da lei anticomunista, que agora passava integralmente ao escopo da LSN. O corpo desta lei passava agora a aparentar o da emenda 500/1958, a do período de maior oposição ao governo de Syngman Rhee. No entanto, havia também o intuito em dar roupagem mais moderna à lei, incluindo artigos com características de preâmbulo, descrevendo o propósito da lei em defesa da liberdade e criando melhor definição do que seria uma organização anti-Estado, deixando claro que se tratavam de organizações internas e externas que pretendiam tomar o poder ou gerar a queda do governo sul-coreano.

Foi descrito também, neste mesmo artigo (2º), que toda organização comunista, interna ou externa, era automaticamente organização anti-Estado. Foi mantida a pena de morte e outras penalidades aos que fizessem parte, divulgassem ou apoiassem esses grupos, com as mesmas previsões e penas. Foram aumentados os artigos com previsão de pena de morte ou prisão perpétua em caso de atuação nestes grupos anti-Estado, sendo esta potencial atuação um agravante a crimes previstos pelo Código Penal sul-coreano. Também consta diferenciação do tipo de apoio dado/recebido a/destas organizações, prevendo a pena de até dez anos a quem desse ou recebesse apoio, mas atenuando para até cinco anos caso o indivíduo não fosse parte da mesma.

²⁶ Chun Doo-hwan, general e líder do golpe militar de 1979, tornou-se presidente da Coreia do Sul em 1980 e consolidou um regime autoritário. Ele ficou conhecido como o “açougueiro de Gwangju” devido à violenta repressão ao Levante de Gwangju, em maio de 1980, quando tropas militares atacaram manifestantes pró-democracia, resultando na morte de centenas de civis.

Aumentou-se a possibilidade de pena para quem entrasse em áreas dominadas por grupos anti-Estado, o que agora incluiria todo o bloco comunista da época, ou se infiltrasse na Coreia do Sul com pena de até dez anos.

É muito provável que a novidade mais polêmica desta alteração seja a criação do artigo 7. Este tratava a “defesa e encorajamento” de ideias anti-Estado. Logo em sua primeira previsão de crime, estabelecia que qualquer um que beneficiasse, de qualquer maneira, uma organização anti-Estado, deveria receber pena de até sete anos. O segundo parágrafo menciona que defender, encorajar ou mesmo simpatizar com qualquer grupo comunista ou organização anti-Estado levaria também à pena de até sete anos de prisão. Pessoas que produzissem conteúdo considerado falso ou enganador para defender estas posições teriam previsão de não menos que dois anos de prisão.

O parágrafo 5 é ainda mais direcionado ao conteúdo considerado anti-Estado que pudesse ser produzido. Qualquer um que importasse, copiasse, reproduzisse, possuísse, transportasse, adquirisse, distribuísse ou vendesse qualquer documento ou imagem ligados às noções mencionadas na lei seriam punidos com as penalidades previstas nos 2 parágrafos anteriores (de dois a sete anos de prisão). Uma pessoa que fosse presa tentando – ou conspirando para – infringir este artigo seria presa por até cinco anos. Outro artigo com novas previsões era o 8º, que tratava reuniões e comunicações entre ou para esses grupos anti-Estado.

Foi prevista pena de até dez anos para aqueles que fizessem contato com estes grupos, delineando também pena de até sete anos para aqueles que conspirassem ou tentassem contato com as referidas organizações anti-Estado. Quanto ao dispositivo de “não notificação”, a pena permaneceu inalterada, mas atualizaram-se os valores da multa, que passou de 100 mil won sul-coreanos para 2 milhões (atualizando, chega-se ao total de 10.632.246,33 de won, aproximadamente R\$ 39.508). A previsão de atenuação da pena seguiu a mesma.

O também novo artigo 11 tratava de situações em que um policial de um caso deixasse deliberadamente de exercer sua função investigativa em relação a alguém acusado pela LSN, com pena prevista de até dez anos, e possível atenuante caso se tratasse de algum parente do referido policial. Uma pequena mudança nos termos de bens confiscados era que estes poderiam não só ser enviados ao Tesouro, mas agora a Promotoria poderia pedir por sua destruição. Por fim, o novo artigo 17 tratava de isenções previstas na Lei de Mediação de Disputas no Trabalho e que a isenção prevista no artigo 9 desta não eram válidas aos que cometessem algo previsto

na LSN²⁷. Na prática, este último artigo visava frear movimentações sindicais da nascente Associação de Sindicatos Coreanos, pois bastaria apontar intuito subversivo em quaisquer ações sindicais para que o artigo 9 não tivesse mais validade.

No agora capítulo 3 da lei, que tratava o procedimento legal a ser cumprido, seguiu ativa a previsão de extensão da prisão provisória, mantendo a necessidade de que o pedido passasse pela promotoria antes de ser levado adiante, mas aumentando para até 20 dias a possibilidade de extensão. Fora isso, foram mantidas as mesmas provisões. Houve o acréscimo de um novo capítulo, detalhando um sistema de recompensas e prêmios aos que denunciassem e/ou colaborassem com a prisão de indivíduos que haviam infringido esta lei.

Foi criado também um sistema de condecoração e reconhecimento do mérito daqueles que agiam em prol da Segurança Nacional, prevendo compensações em caso de ferimentos ou morte. No último artigo deste capítulo é informado que casos da justiça militar teriam aplicação *mutatis mutandis* caso houvesse enquadramento de militar na LSN. Por fim, trazia previsões acerca da fusão da lei anticomunista com a LSN, denotando que aqueles que haviam sido presos na aplicação da primeira, antes da fusão, seguiriam sendo processados nos parâmetros desta que havia sido revogada.

Com o regramento de Segurança Nacional atualizado, uma nova Constituição e poderes elevados, Chun Do Hwa fundou um partido político para dar sustentação ao seu regime, o Partido da Justiça Democrática (PJD) e se submeteu a novo pleito eleitoral indireto, por colégio eleitoral, saindo vencedor em 25 de fevereiro de 1981. Apesar de ter agora um partido sob sua liderança, a lealdade política de Chun era para com o grupo *Hanahoe* (하나회), o “Grupo do Um”, uma organização militar não-oficial, formada por ex-cadetes formados em 1958 e que tinha como intuito influenciar a sociedade sul-coreana com seu anticomunismo militarista. Com a posse de Chun, em março de 1981, era iniciada oficialmente a Quinta República da Coreia do Sul.

Esta República faria uso da LSN em sua versão de dezembro de 1980 e assim se manteria até a queda do regime. Chun Do Hwa colocou em prática o Quinto Plano Quinquenal, que agora previa investimento em indústria leve e de alto valor agregado, especialmente em eletrônicos e bens informáticos. Este plano também previa maior abertura para o capital estrangeiro, como também de mercadorias importadas, “levantando restrições a importações de

²⁷ LSN é a sigla para Lei de Segurança Nacional, uma legislação adotada na Coreia do Sul para combater supostas ameaças comunistas e preservar a estabilidade do governo. Implementada em 1948, a lei foi amplamente utilizada para restringir liberdades civis, reprimir opositores políticos e censurar manifestações contrárias ao regime.

mais de 600 itens, alcançando também cerca de meio bilhão de dólares estadunidenses injetados anualmente no país, em meados de 1985” (Katsiaficas, 2012, p. 392).

Mesmo com sucesso econômico em boa parte do governo de Chun, havia disparidade socioeconômica gritante em termos regionais, como por exemplo Jeolla do Sul, palco de diversas rebeliões, sendo considerada como região em desolação após o incremento de importações de produtos agrícolas estadunidenses (Katsiaficas, 2012).

O país, que foi escolhido, em 1981 para sediar as Olimpíadas de 1988, era ainda considerado como em desenvolvimento e seu PIB per capita em 1980 era de 3.093 USD (na cotação de 1985), um pouco acima de Essuatíni (antiga Suazilândia) e uma casa abaixo do Equador. Com muitos em situação de pobreza, mas com muita riqueza em seu entorno e o firme controle sobre a informação e o pensar do cidadão, havia muito ressentimento represado, e ações pontuais indicavam que os EUA também começaram a ser vistos como um problema, ao menos para parte da população.

Ainda em 1980, no mês de dezembro, na cidade de Gwangju, um escritório do Serviço de Informações dos EUA (USIS) foi incendiado. Em 1982, foi a vez do escritório da mesma entidade em Busan. Em 83, novamente contra a USIS, mas desta vez com uso de uma bomba, e em outra cidade, Daegu (Katsiaficas, 2012, p. 406). “A imagem de um país amigo se desmantelou rapidamente nos anos 80, em especial após o levante de Gwangju, pois percebeu-se que os estadunidenses estavam apoiando as ações do governo Chun” (Katsiaficas, 2012, p. 410).

A partir de 1984, os movimentos populares, com especial apelo entre universitários, começaram a crescer, especialmente com a criação de coalizão estudantil unificada, em encontro realizado na Universidade de Yonsei, na data de 3 de novembro de 1984. Movimentos de trabalhadores também começavam a se mobilizar, como com a greve realizada por funcionários da Daewoo em 1985.

A Coreia do Sul era um país de extenuantes cargas horárias (54.7 horas semanais em 1986) e salários extremamente baixos, como o pagamento de 1.69 USD/hora para trabalhadores de fábricas e alta periculosidade entre os operários. Em 1987, por exemplo, foi estimado que 2,6% da força de trabalho do país se feriu ou morreu no trabalho (Katsiaficas, 2012). Foram anos de reivindicações, apesar da constante repressão e truculência do regime, mas aos poucos uma palavra ganhava tração e um grande movimento pela democracia surgiria a partir dela. A palavra é *minjung* (민중), que ao pé da letra seria traduzida como “o povo”, mas cabe melhor o uso da palavra “populacho”, ou mesmo o informal “povão”, dado o intuito do mesmo. Ainda

segundo Katsiaficas (2012, p. 414), *minjung* seria a junção de *minjujuhui* (민주주의), que significa “democracia”, com *minjok* (민족) que significa “nação”. Independente da construção da palavra, o seu intuito e base são claros. Era um movimento do povo para o povo. E mesmo com fortes indícios históricos de que a palavra não era nova, desta vez ela seria utilizada pelos opositores ao regime de Chun Do Hwa como algo a se orgulhar (Katsiaficas, 2012, p. 414).

A República da Coreia, em sua quinta versão, tinha como base econômica os planos quinquenais, sendo o quinto plano voltado à ampliação da liberalização do país, e os militares tinham como projeto uma transição gradual, “que previa entrega do poder aos civis apenas no ano 2000, e com pleno aval dos EUA para postergar sua saída do poder, não vendo, portanto, obstáculos em grande escala para tal” (Katsiaficas, 2012, p. 444). Porém, ao final de maio de 1987, a situação começou a mudar.

2.11 A luta Minjung e as mudanças reguladas

Chun Do Hwa havia suspenso o debate sobre mudanças constitucionais em abril de 1987 e, em maio, foi revelado ao público, por parte de ativistas católicos, que um jovem ativista pela democracia, Park Jong Chol, tinha sido torturado até a morte em uma delegacia, com a polícia escondendo os fatos durante a investigação (Katsiaficas, 2012). Era um forte chamariz para protestar e a data escolhida pelos movimentos estudantis foi 10 de junho, dia em que o PJD definiria Roh Tae Woo (1932 – 2021) como sucessor de Chun, que escolheu não concorrer novamente.

O primeiro protesto dos *minjung*, naquilo que ficaria conhecido como “Jornada Democrática de Junho” (6월 민주 항쟁) reuniu em seu primeiro dia cerca de 60 mil pessoas em Seul, mas, até o dia 18 já estavam reunindo, de maneira espontânea, cerca de 1 milhão de pessoas por todo o país. A reação inicial do governo foi de planejar a repressão e decretação de lei marcial, mas, no dia 25, decidiu pela soltura do ativista político Kim Dae Jung, que tinha sido enviado para prisão domiciliar em 1985. A pressão não cessou e, agora com apoio dos trabalhadores, os *minjung* chegaram a mais de um milhão de pessoas nas ruas, em ao menos 34 cidades sul-coreanas; o regime, sem saída, cedeu novamente, acatando a demanda de eleições diretas e reformas no dia 29 de junho, com o discurso do candidato Roh Tae Woo dando sua palavra de que o país mudaria em 8 principais pontos.

Mas em 5 de julho, com a morte do estudante Lee Han yol, que havia sido atingido por uma bomba de gás lacrimogêneo no início dos protestos, a população voltou às ruas e, no dia do funeral de Lee, cerca de 1 milhão de pessoas acompanharam presencialmente a cerimônia (Katsiaficas, 2012). Sem sinal de que os manifestantes fossem ceder, Chun Do Hwa entregou seu cargo como líder do PJD em 10 de julho, abrindo espaço para maior protagonismo de seu candidato à sucessão (Katsiaficas, 2012).

Durante o regime de Chun Do Hwa, entre 1980 e o final de 1987, foram 2041 pessoas presas enquadradas em um ou mais artigos da LSN. Um número proporcionalmente maior do que se comparado a era Park, mas sem constar que agora a Lei Anticomunista tinha sido aglutinada à LSN. Era o fim do regime militar, com mudanças constitucionais ocorrendo em outubro de 1987, com outras vindo de maneira gradual, e assim as reivindicações seguiram para que se garantisse a transição. Não houve constituinte, não houve processo popular decisório.

A estratégia dos militares era, agora, manter a Constituição de 87 com suas modificações e vencer as eleições ao dividir a oposição pois, com o retorno dos direitos políticos de Kim Dae Jung, o outro líder opositor que se viabilizava como candidato, Kim Young Sam (1927 – 2015), teria de dividir os votos com o primeiro. As eleições, marcadas para 16 dezembro de 1987, teriam também diversas sinalizações do conservador PJD de que os militares, em especial o candidato Roh Tae Woon, estavam convictos quanto a mudanças. No início de dezembro de 1987, a LSN foi modificada pela primeira vez em sete anos, com a emenda 3993/97, mas esta foi uma atualização tímida, que mexia principalmente nas previsões quanto às cortes marciais e sua nomenclatura. As penas, previsões e o processo legal permaneceram intocados.

Roh Tae Woon venceu as eleições de dezembro, em especial por conta da consolidação da divisão entre os opositores (Katsiaficas, 2012). Com sua posse, em fevereiro de 1988, era o fim da Quinta República e o início da Sexta — e atual. Foi nas eleições parlamentares de 1988, no entanto, que a oposição conseguiu seu espaço, desbancando o PJD por cerca de 165 a 125 cadeiras (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001).

2.12 O recomeço e as cartas marcadas

Com maior flexibilidade e liberdades, acadêmicos começaram a investigar o ocorrido em Gwangju, o que daria espaço para que se investigasse, posteriormente, o então desconhecido massacre de Jeju. As bases da Associação de Sindicatos Coreanos (KCTU), já criadas nos anos 80, se fortaleceriam durante os anos 90 e estudantes do Sul tentavam novamente abrir linha de contato com os do Norte. Ainda assim, nas elites do poder, esboçava-se uma aliança pragmática,

que se consolidou em janeiro de 1990. O PJD de Roh se uniu ao partido de Kim Young Sam e ao partido do também opositor conservador Kim Jong Pil (1926 – 2018), formando uma coalizão governista com 230 (de 299) parlamentares. Na frente econômica, o sexto plano quinquenal (1987-1991) manteve as premissas de abertura de mercado e voltou-se também para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, já visando o mercado de alta tecnologia.

Ainda que tivesse maioria confortável na Assembleia, o governo, que agora englobava parlamentares que haviam mudado de lado, aceitou negociar com os opositores remanescentes e daí saiu uma nova modificação na LSN, a emenda 4373/91, a mais importante modificação desde os anos 60.

Já nas disposições gerais, fica evidente a intenção em modificar o caráter da lei. O 1º artigo explicita que o propósito seria “regular a atividade anti-Estado” para garantia da liberdade e segurança nacional, mas foi inserida a demanda de que, ao se interpretar a lei, que houvesse o máximo cuidado para evitar abusos dentro do escopo da lei, garantindo os direitos humanos básicos que constavam na Constituição. O 2º artigo deixou de mencionar a palavra “comunista” na definição de organizações anti-Estado, colocando estas como organizações que quisessem derrubar o Estado sul-coreano e que esta deveria ser devidamente estruturada, interna ou externamente, para que fosse designada como tal.

Quanto às penalidades, seguiu-se com a pena de morte e a maioria das previsões anteriores, retirando agravantes que antes constavam no Código Penal do país (como por exemplo, se estivessem portando arma branca ou drogas). No artigo 4, que tratava dos atos praticados em nome desses grupos, algumas previsões de pena de morte foram retiradas e a atribuição de penas seria conforme o Código Penal, deixando de tipificar penas diferentes para o mesmo crime cometido. O único caso em que a pena de morte seguiu ativa, neste artigo, foi se houvessem segredos de Estado envolvidos.

Seguiram as previsões para os que se infiltrassem ou viajassem para áreas sob controle de grupos anti-Estado, mas agora mencionava-se que isso se devia ao fato de a pessoa estar “conscientemente atuando por algo que traria riscos à democracia sul-coreana”, o que abriria espaço para viagens e contatos autorizados. O mesmo aviso consta no artigo sobre “defesa e encorajamento” de organizações anti-Estado e de suas atividades. O controle forte sobre todo tipo de material produzido para divulgação e defesa destas organizações seguiu ativo, com as mesmas penalidades para infratores.

No artigo 8, sobre comunicações e encontros, foram retirados todos os trechos sobre reuniões com organizações comunistas, sejam de dentro ou de fora do país e passou a tratar como crime tão somente o fato de manter contato e se comunicar com estas organizações de

propósito anti-Estado. Previsões acerca de quem fornecesse itens e/ou bens para estas organizações foram mantidas, como também determinações sobre quem incorresse no crime da “não notificação”, mantendo atenuantes, neste último, caso o indivíduo fosse parente do acusado.

A multa, neste caso, seguiu-se em 2 milhões de won, que, atualizados, dariam cerca de 5.344.497,88 won, aproximadamente R\$ 19.900. Um trecho do artigo 16, que tratava de redução de pena, deixa clara outra mudança: Foi removida a ideia de que o infrator “se rendesse”, garantindo redução de pena. Este trecho constava desde a primeira versão, quando haviam guerrilhas por todo o país. Outra provisão era a de garantir que pessoas anteriormente consideradas culpadas assim seguiriam em acordo com as condições transicionais entre os artigos ainda vigentes. Não houve anistia. Um exemplo seria que um condenado pela lei anticomunista assim seguiria com a transferência desta para a LSN, mesmo que agora a LSN não mencionasse mais a palavra “comunismo”.

Com o acordo de 1990 acerca da posição do PJD e dos militares no poder, o outrora opositor Kim Young Sam foi o escolhido da coalizão para concorrer às eleições de 1992, contra Kim Dae Jung. Os governistas haviam conseguido maioria nas eleições legislativas de março do mesmo ano, mas o partido de Kim Dae Jung à época, o Democrata, conquistou 97 assentos (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001, p. 454). Mesmo com o crescimento da oposição, os governistas conseguiram a vitória presidencial e Young Sam se tornou o primeiro presidente civil em mais de 20 anos. Kim Dae Jung anunciou sua saída da política no mesmo ano.

Apesar de algumas sinalizações iniciais aos ativistas por democracia, como ao remover da alçada do Comitê de Planejamento para Segurança Nacional (a antiga KCIA) as investigações referentes ao artigo 7 da LSN (que versa sobre a defesa e apoio ao inimigo) ou mesmo apoiar uma lei especial para tratar do ocorrido em Gwangju, a modificação realizada em 1994, a emenda 4704/94 mexeu apenas no dispositivo sobre corte marcial, prevendo mais direitos aos militares processados no escopo desta lei.

Ademais, quanto à remoção da jurisdição do CPSN em investigar indivíduos sob suspeita de infringir o artigo 7 da LSN, a medida foi revertida pela Assembleia Nacional em 1996, em sessão que apenas governistas compareceram (Neary, 2002, p. 81). Foi durante o governo de Kim Young Sam que se implementou o último dos planos quinquenais, o sétimo. Este era concentrado em alta tecnologia, produção de chips, indústria aeroespacial e outros produtos de alto valor agregado. Era a consolidação da Coreia do Sul como potência tecnológica.

2.13 A crise, as eleições de 1997 e a chance de Dae Jung

Em 1996, as eleições legislativas de abril demonstraram a resiliência do partido de Kim Young Sam, tendo este conquistado 139 cadeiras. Mas uma nova força, o Congresso Nacional por uma Nova Política, de centro, conseguiu 79 assentos e anunciou que lançaria Kim Dae Jung como candidato à Presidência, em seu retorno inesperado à política. O partido governista mantinha esperanças e sustentava uma política pendular, apoiando o julgamento de Chun Do Hwa e Roh Tae Woon²⁸, mas sem deixar claro se estes seriam perdoados ou não pelo presidente caso julgados como culpados. Na primeira modificação da LSN de 1997, a emenda 5291/97, nenhuma nova sinalização aos ativistas, com modificação apenas no sistema de compensações aos que fossem mortos ou feridos ao investigar, denunciar ou prender indivíduo(s) enquadrados nesta lei.

No mesmo ano, um escândalo envolvendo até mesmo a família de Young Sam e a siderúrgica Hanbo, uma *chaebol*, estourou quando a empresa decretou falência, detonando uma crise que levou a diversas greves e protestos de trabalhadores da antiga empresa. A já precária situação se tornou insustentável quando estourou a crise asiática, em julho de 1997, com a Coreia do Sul sendo um dos países mais atingidos. Ao final de novembro do mesmo ano, o país pediu empréstimo de 57 bilhões de dólares ao FMI (Katsiaficas, 2012). Com recomendações do Fundo pesando especialmente sobre os mais pobres do país, e com os 20% mais pobres perdendo cerca de 17,2% de sua renda de maneira rápida, uma parte da população resolveu dar um voto de confiança ao ativista Kim Dae Jung, que venceu as eleições de dezembro de 1997 (Katsiaficas, 2012).

Com a vitória de Dae Jung se tornando mais evidente, e a população em comoção por conta da crise financeira, o governo não promoveu muitas mudanças em sua última modificação da LSN, feita cinco dias antes das eleições. Esta modificação, a emenda 5454/1997, foi para atualizar o artigo 17, que removia a proteção garantida aos trabalhadores em negociação caso estes estivessem envolvidos em algum caso da LSN. A mudança foi tão somente para incluir o novo dispositivo legal das relações de trabalho, a Lei de Ajuste das Relações de Trabalho e com Sindicatos, em substituição à antiga lei de disputas.

Quanto ao quadro político, foi a primeira transição de grupo no poder que ocorreu sem violência desde a fundação da República da Coreia. Kim Dae Jung, que não era um político de esquerda, cedeu em diversos pontos, aliando-se ao ultraconservador Kim Jong Pil, tendo sido o

²⁸ Ambos terminaram presos e multados, mas foram perdoados ao final do mandato de Young Sam.

último, por exemplo, o responsável pela formação da KCIA no governo Park, servindo como seu primeiro diretor. Dae Jung também enfatizou, em sua campanha, que não mexeria na LSN (Neary, 2002). Ele, que era visto como referência de luta pela liberdade, sendo por vezes considerado o “Mandela da Ásia”, gerou muitas expectativas em seu início de mandato, dizendo que daria espaço a todos e convidou a população a participar de seu governo. Uma de suas promessas, de buscar diálogo com a Coreia do Norte (RPDC) foi a primeira chance de contato entre os líderes dos dois países.

A chamada “Política do Raio de Sol” foi recebida com grande apoio dentre os sul-coreanos, ao menos em certo período (Katsiaficas, 2012). Por seu encontro histórico com Kim Jong Il (1941 – 2011), sua política de distensão para com o regime do Norte, Dae Jung foi laureado com o Nobel da Paz no ano 2000. Mas, internamente, seu governo foi de arrochos do receituário do FMI e duros enfrentamentos com os trabalhadores, ultrapassando mesmo o presidente anterior quando se tratava de líderes sindicais presos, com o número chegando a 686 em quatro anos de mandato (Katsiaficas, 2012).

O país, que havia adquirido empréstimos na casa de 57 bilhões de dólares, buscou soluções inventivas para a resolução do problema. Uma delas foi a campanha de coleta de ouro, que envolveu grupos de mídia, *chaebols*, bancos e entidades públicas no intuito de angariar ouro doado por cidadãos, que seria usado para pagamento de parte da dívida. O resultado foi cerca de 20 bilhões de dólares coletados até o começo de 1998, o que pagaria cerca de 1/3 da dívida sul-coreana.

Figura 13: Os bancos sul-coreanos divulgavam imagens como esta, de duas freiras entregando seus pertences de ouro a funcionários de banco.



Fonte: [Island.lk](https://island.lk)²⁹

²⁹ Imagem. Fotografia disponível no site [Island.lk](https://island.lk). Disponível em: <https://island.lk/wp-content/uploads/2021/12/SI-P09-2-1-P-KSN-2.jpg>. Acesso em: 15 out. 2024.

Com a recuperação econômica sul-coreana e alguns avanços sociais, o partido de Kim Dae Jung se uniu a outro menor para fundar, em 2000, o Partido Democrático do Milênio, lançando Roh Moo Hyun (1946 – 2009) como candidato para as eleições de 2002. Roh venceu e garantiu o prosseguimento de políticas mais liberais, em especial após fundar o seu próprio partido em 2003, o *Yeollin Uri*. O mandato de Roh iniciou-se sob forte pressão, com este sofrendo impeachment cerca de um ano após seu início de mandato, sendo reempossado dois meses depois pela Suprema Corte do país

Em seu governo, buscou avidamente concluir um Acordo de Livre-Comércio com os Estados Unidos, deixando evidente seu tom liberal também na economia, mas foi o que mais deu espaço aos ativistas por direitos humanos, pedindo publicamente desculpas, ainda em 2003, pelo massacre de Jeju (Katsiaficas, 2012, p. 630), sendo o responsável também pela criação da Comissão da Verdade e Reconciliação do país, que investigou os crimes desde a ocupação japonesa de 1910 até o final do período militar, com a entrada de Kim Young Sam na Presidência.

Contudo, seguiu nos últimos anos de mandato sem apoio da ala chamada de progressista (ou seja, mais à esquerda) do partido, por conta de seu apoio ao acordo com os EUA, e, rechaçado por parte da população por ser considerado pouco eficaz, Roh não conseguiu promover um sucessor e o poder voltou aos conservadores em 2008, com Lee Myung Bak (1941), em processo eleitoral de baixa participação popular (cerca de 63%), mas não menor que a participação popular nas eleições legislativas de 2008, sendo este o processo eleitoral de menor participação da história sul-coreana, com 46% (Katsiaficas, 2012).

Apesar de uma Presidência sem grandes escândalos, com todos os ex-presidentes desde Chun Do Hwa presos ou com parentes acusados de corrupção (Kim Yong Sam e Kim Dae Jung e seus respectivos filhos), Roh Moo Hyun saiu do cargo com a popularidade em baixa, apesar de manter uma base de apoio relativamente forte (Katsiaficas, 2012). Em 2009, cometeu suicídio por ser investigado por corrupção.

O governo conservador de Lee, ao contrário dos outros dois anteriores, foi o primeiro a mexer na LSN em mais de 10 anos, com a emenda 11042/2011, mas a única alteração foi no sistema de compensações, agora diferenciando militares e policiais de outros civis. Os militares e policiais, se mortos ou feridos por ato de alguma organização anti-Estado teriam direito a compensação direta ou indireta, que seria emitida por um fundo específico para veteranos. Já os civis de fora da força policial seguiriam sob o mesmo sistema de compensações. O retorno dos conservadores ao poder, agora organizados no Grande Partido Nacional, representou também arrefecimento da “Política do Raio de Sol”, com endurecimento elevado do tom ante a

Coreia do Norte e aproximação junto ao Japão para isolar ainda mais o vizinho comunista (Katsiaficas, 2012).

O governo de Lee Myung Bak foi responsável também por marginalizar a Comissão da Verdade e Reconciliação do país e seus resultados, representando um grande freio nas conquistas dos ativistas de direitos humanos (Katsiaficas, 2012, p. 652). Seu governo foi também responsável por cerca de 400 prisões relacionadas à LSN. Lee, que tinha níveis razoáveis de aprovação, teve moderado impacto nas eleições de 2012, quando a também conservadora Park Geun Hye, filha do antigo líder militar Park Chung Hee, derrotou um agora unificado Partido Democrata³⁰. Posteriormente, O Serviço de Inteligência Nacional (antiga KCIA) admitiu que interveio indiretamente nas eleições para ajudar Park, a filha, a ganhar de Moon Jae In³¹.

Park Geun Hye manteve a linha conservadora de Lee Myung Bak, mas sem o ímpeto em gerar grandes impactos na sociedade coreana e manteve bons níveis de popularidade até o começo de 2016. No entanto, com pesadas acusações de corrupção, tráfico de influência, vazamento de informações e até o envolvimento de uma seita sul-coreana com as decisões da então presidente tornaram a situação de Park insustentável durante o ano de 2016, com o impeachment da mesma sendo aprovado em 9 de dezembro do mesmo ano e a Suprema Corte do país referendando a decisão em 2017. Lee Myung Bak também seria processado sob acusações de corrupção e o GPN perdeu, a partir de 2016, grande parte de seu prestígio.

Neste contexto, a LSN, apesar de ser costumeiramente alvo de protestos dos chamados progressistas, que pedem por sua anulação, e de constantes debates sobre a mesma na internet teve sua última modificação em 2016, no começo daquele ano. Porém, a grave crise política que atingiu a Coreia do Sul neste período impediu a ratificação da mesma até julho de 2017, quando era o liberal Moon Jae In chegou ao poder. Esta última modificação da lei, no entanto, trocou apenas um único termo do artigo 25, sobre julgamentos de corte marcial de infratores desta lei.

A emenda 13722/2016 trouxe a mudança da palavra “interpretado” para algo como “deve ser lido” ao trazer as equivalências das instâncias jurídicas quando da acusação em corte civil e seus equivalentes na corte marcial, quando fosse o caso. Foi a última modificação da lei

³⁰O Partido Democrata da Coreia do Sul é uma das principais forças políticas do país, com uma tradição de defesa da democracia, direitos civis e políticas progressistas. Suas raízes remontam a partidos de oposição que lutaram contra a ditadura militar nas décadas de 1960 a 1980.

³¹ Moon Jae-in foi presidente da Coreia do Sul de 2017 a 2022, eleito após o impeachment de Park Geun-hye. Representando o Partido Democrata, seu governo foi marcado por esforços para a transparência governamental, reformas econômicas e iniciativas de diálogo com a Coreia do Norte.

até a data em que este trabalho é redigido, com o governo voltando aos conservadores, cujo principal partido desta linha tem origens no PJD de Chun Do Hwa. A lei, no entanto, continua sendo utilizada para perseguição política, proibições até de memes e protestos pedindo sua completa revogação.

CAPÍTULO III: OS PARTIDOS DE ESQUERDA NA COREIA DO SUL – ONTEM E HOJE

De acordo com o indicado no quadro de partidos políticos sul-coreanos e conforme delineado a respeito da formação do pensamento político geral do país asiático, as agremiações políticas daquele Estado se encaixam, sumariamente, entre conservadoras e liberais. No entanto, se existem pontos que servem para ocasionalmente alinhar os conservadores do país, especialmente no tocante à Coreia do Norte, dentre os denominados grupos liberais há diferenças mais contundentes, que fazem com que diversas correntes sejam categorizadas como “progressistas” em algumas votações da Assembleia Nacional. Neste ponto, é comum que seja, por exemplo, algum membro de partido conservador tentando colocar a picha de esquerdista em algum político liberal, algo que ocorrera muito no governo de Moon Jae in (2017-2022). É possível explicitar que, até mesmo dentre progressistas de fato há cisão entre os que são mais próximos ou absolutamente contrários à Ideia Juche norte-coreana.

É possível explicitar que, até mesmo dentre progressistas, há cisão entre os que são pró ou contra a Ideia Juche norte-coreana. O professor de sociologia pela Universidade de Monash, Gil Soo Han, descreveu algumas questões acerca da existência dessas tendências políticas particulares à Coreia do Sul:

Como Estado-nação relativamente jovem, a Coreia do Sul tem partidos políticos conservadores e progressistas cujas linhas políticas são significativamente diferentes da maioria dos outros partidos democráticos do Ocidente. Partidos conservadores sul-coreanos (ex. Partido do Poder Popular em 2022) tendem a ser caturras e os partidos progressistas (ex. Partido Democrático da Coreia em 2022) são conservadores o bastante se comparado à democracia ocidental. É de conhecimento público e recorrentemente divulgado na imprensa coreana que alguns membros do Partido Democrático da Coreia são também extremamente conservadores em termos de sua ideologia política. Neste contexto, é difícil passar ou reformar leis visando a melhora da qualidade de vida das populações de classe baixa e desassistidas (Han, 2023, pg. 286, tradução nossa).

É natural que, com personalidades da política de viés conservador inseridas em partidos definidos pelo senso comum sul-coreano como progressistas, as forças mais à esquerda do espectro político delineiem que partidos como o Democrático da Coreia se encaixariam entre liberais (no sentido “ocidental” da palavra), estando, portanto, mais à direita do espectro político.

Mesmo que alguns acadêmicos citem os progressistas como na verdade conservadores, é importante frisar que esses autores partem de um ponto de observação em que tudo aquilo que

se opor ao modelo liberal ocidental será visto como conservador de alguma forma, adotando um sentido *strito* da palavra. Através deste formato analítico, geralmente associado aos liberais clássicos, que veem os países da Europa Ocidental e os EUA como modelos a serem seguidos, não haveria, na Coreia do Sul, atualmente, representantes do que chamam de progressismo verdadeiro.

Esvazia-se, portanto, qualquer espaço de diferenciação entre as agremiações políticas sul-coreanas para uma suposta disputa entre os “retrógrados” que seguem na esfera da política tradicional local versus os que querem avançar enquanto sociedade com economia de mercado e politicamente liberal, sendo estes últimos *outsiders* no cenário político do país asiático e sem representação de um partido político próprio. De certa maneira, é possível apontar que estes liberais clássicos são percebidos como os culturalistas de outrora, que viam a necessidade de que forças externas fossem a vanguarda do progresso na Coreia do Sul.

Considerando os últimos pontos discutidos, e mesmo que existam visões apartadas sobre os espectros políticos na Coreia do Sul, levando em consideração as formulações acadêmicas aqui tratadas, a concepção das agremiações políticas que melhor denota a situação política sul-coreana, seja atualmente, seja durante as outras repúblicas, é a visão macro da existência de partidos políticos conservadores, liberais e progressistas, tal qual o quadro demonstrativo utilizado na Figura 5 (vide pág. 25). A partir deste pressuposto, é possível delimitar melhor os partidos políticos a serem estudados, levando em consideração especialmente o recorte determinado ao início do presente trabalho, de observar os partidos políticos de esquerda e estes são os assim denominados como “progressistas” na política sul-coreana.

É possível mapear a existência de aproximadamente 20 agrupamentos criados entre o estabelecimento da Primeira República até a queda da Quinta, como partidos progressistas/de esquerda. Neste cenário, é importante constar as idas e vindas em suas existências, que eram recorrentes por consequência de perseguições e banimento e, portanto, muitos destes partidos eram tão somente tentativas de refundação de uma extinta agremiação política anterior. Acerca da Quinta República, será importante ressaltar também partidos opositores “de fachada”.

Seguindo pelo caminho traçado e levando em consideração que muitas das forças de esquerda se deslocaram para o norte, no pós-Segunda Guerra Mundial, no que viria a ser a Coreia do Norte, trataremos as agremiações políticas a partir da Primeira República da Coreia, fundada oficialmente em 15 de agosto de 1948. Não obstante, nesta primeira etapa é de suma importância realizar o levantamento da ligação entre os partidos de esquerda fundados no período de ocupação estadunidense-soviética com aqueles que seriam seus sucessores e que tentariam manter suas bases na porção sul da Península.

3.1 A Primeira República, os comunistas e os socialistas anti-Juche

Conforme já abordamos, existiam mais comunistas na porção sul da Península do que ao norte quando da divisão do país em duas partes. O Partido dos Trabalhadores da Coreia do Sul teve força considerável para iniciar e apoiar levantes populares, mas só foi formado em 1946, atuando com força considerável ao menos até 1949; A base de formação deste significativo grupo político foram o Partido Comunista da Coreia, o Novo Partido Popular e uma fração do Partido Popular da Coreia.³²

Figura 14: Jornal sul-coreano *Kyunghyang Shinmun*



Fonte: The Kyunghyang Shinmun³³

Com a constante repressão a seus atos por parte da ocupação militar estadunidense e do exército sul-coreano em formação, muitos comunistas sul-coreanos fugiram para o norte após a oficialização de dois Estados distintos, abandonando momentaneamente a ideia de formação de Estado único coreano, enquanto outros, como Kim Dal Sam, líder rebelde em Jeju,

³² O Partido Popular da Coreia foi um partido político fundado em 1945 na Coreia do Sul, durante o período de transição pós-ocupação japonesa. Criado por Lyuh Woon-hyung, o partido buscava a unificação da península, defendendo uma posição moderada entre comunistas e conservadores.

³³ Disponível em: < http://weekly.khan.co.kr/khnm.html?mode=view&artid=20157&code=113&s_code=nm020 > Último acesso em 13/10/2024

empreendiam luta revolucionária armada. Desta maneira, o Partido dos Trabalhadores da Coreia do Sul mingua, levando este a se unir, em 1949, com sua contraparte do norte para formar o partido dominante até os dias atuais na RPDC, o Partido dos Trabalhadores da Coreia (Lankov, 2001)

Este período de divisão ideológica e política na Coreia ocorre em um cenário geopolítico de tensões: O início da Guerra Fria, que seria marcada pela polarização entre os Estados Unidos e a União Soviética, e que já influenciava o tensionamento em locais como a Península Coreana. Na porção Sul, dentre os quadros de esquerda remanescentes que seguiram pelas vias políticas e à esquerda, remanesceu o Partido Socialista dos Trabalhadores (1946), também chamado de *Sarodang* (사로당), fração proveniente do antigo Partido Comunista da Coreia. Do mesmo modo, o Partido Social Trabalhista (1946), que posteriormente se tornou o Partido Popular Trabalhista (1947), proveniente de membros do antigo Partido Popular da Coreia, mantendo viés de centro-esquerda. Por fim, o Partido Socialista, que promovia a ideia humanista de Jo So-ang (1887 – 1958) de Três Princípios (*Samgyun*), distanciando-se do comunismo soviético ao promover três noções baseadas nas ideias do chinês Sun Yat Sen (1866 – 1925), idealizador da Teoria de Três Princípios do Povo, que lastreava ideologicamente o governo nacionalista de Chiang Kai-shek (1887 – 1975) na China.

Os três princípios desta ideia eram: o da nacionalidade, preservando uma forma de nacionalismo e anti-imperialismo ante as dominações de territórios que historicamente comandavam, o da democracia, indo contra a ideia de tutelas sobre a população e, por fim, o de subsistência/bem-estar, que visava maneiras de garantir melhorias de condições econômicas e de vida para todos.

O Partido de Jo So-ang seguia tal qual a agremiação que o inspirou, dando sinalizações centristas a comunistas e nacionalistas coreanos no início, mas adotando discurso anticomunista posteriormente, tal qual fora a relação do Kuomintang com o Partido Comunista Chinês. Assim sendo, o Partido Socialista foi o único que sobreviveu até a eleição parlamentar de 1950 pois, apesar de seu nome, não estava alinhado à Moscou, tampouco à alguma forma de organização política internacional. Ademais, haviam outros partidos que, apesar de congregarem com ideias à esquerda e permitirem sua participação, não se encontravam neste espectro político.

Um exemplo é a centrista Frente Democrática pela Independência (민주주의독립전선)³⁴, de 1946, que dava espaço para quadros de esquerda e quadros à direita, tal qual fazia o Partido Democrático pela Independência (민주독립당) de 1947. É importante mencionar também o Partido Popular Republicano (1947), agremiação nacionalista de esquerda cujo principal líder, Kim Won bong (1898 – 1958), desertou para a Coreia do Norte em meados de 1948. Ainda com setor à esquerda estava o Partido Social Democrata, que era visto por alguns como “esquerda desleal” por conversarem com as autoridades militares dos EUA

Por fim, o Partido Independente dos Trabalhadores e Camponeses (1946) seguia linha própria, de formato anarquista, e por isso nunca buscou registro de fato, atuando sempre com candidatos independentes e de maneira descentralizada. Este partido, por exemplo, era contrário à ampla Coalização Esquerda-Direita criada para tentar a unificação coreana, negando suas propostas em várias medidas.

Com a habilitação da lei de segurança nacional, em dezembro de 1948, esforços foram direcionados para contenção de atividades que fossem consideradas anti-Estado, garantindo encarceramento ou morte a quem violasse estas regras. Os comunistas, que eram perseguidos desde o período de ocupação japonesa, em especial a partir de 1925, com a Lei de Preservação da Paz, já se encontravam, em sua maioria, na clandestinidade, com formas de atuação distintas a depender da facção a qual pertenciam.

Embora seja possível pontuar que existiram algumas agremiações políticas de esquerda no início da Primeira República Coreana – a maioria de forma oficial e nos termos de política partidária – os remanescentes tiveram suas atividades impedidas especificamente no dia 18 de outubro de 1949, como deixa clara publicação oficial do governo no *Jornal de Seul* junto ao *Jornal Kukdo* deste dia; foram oficialmente banidas 117 organizações, muitas delas sindicatos, e também 16 partidos políticos, alguns destes que já estavam na clandestinidade, como o próprio Partido dos Trabalhadores da Coreia do Sul, mas também o Partido Popular Trabalhista e o próprio Partido Social-Democrata, estes sim registrados formalmente.

Após o duro golpe do banimento de diversas agremiações políticas, foram realizadas eleições parlamentares em maio de 1950, a cerca de um mês do início da Guerra da Coreia. Neste pleito, Syngman Rhee apoiou dois partidos políticos: O seu próprio, que agora se

³⁴ Frente de Independência Democrática (민주주의독립전선) foi uma organização política na Coreia do Sul formada no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Criada com o objetivo de promover a independência e a unificação da península coreana, a frente reunia diversas forças políticas, incluindo nacionalistas e grupos de esquerda, que buscavam um governo democrático e autônomo, livre de influências estrangeiras.

denominava apenas como Associação Nacional, e o Partido da Juventude Coreana, ligado ao grupo de extrema-direita Liga Noroeste da Juventude. Somando as cadeiras conquistadas por estes dois partidos, houve empate com o também conservador Partido Nacionalista Democrático e o Partido Nacionalista Coreano, que seguia a ideia dos Três Princípios de Sun Yat Sem. Este último partido não tinha relações diretas com o Partido Socialista, mesmo que seguissem a mesma doutrina política, dado que o Partido Nacionalista Coreano era de viés à direita, tendo sido fundado por outrora apoiadores de Syngman Rhee.

Esta conjuntura política, sem oposição de esquerda e com um único partido de centro-esquerda, foi fortemente afetada pela conflagração entre as duas Coreias, em especial pelo reforço da ideia de anticomunismo e do entendimento de que os norte-coreanos buscavam se infiltrar no Sul através da política. Após a entrada dos chineses na guerra, em outubro de 1950, foi reforçado o cenário de luta contra o comunismo, dado que Mao Tsé-tung havia chegado ao poder havia um ano, isolando os nacionalistas na ilha Formosa (Taiwan).

Durante o período de guerra, por se tratar de momento de exceção, o cenário político ficou condensado na estrutura de 1950, sendo fortemente ligada a Syngman Rhee, e aos moldes do pós-eleição, sem a participação de diversos partidos, que tinham sido banidos e postos na ilegalidade no ano anterior. Sendo o único partido com alguma ligação à quadros de esquerda ainda oficializado, o Partido Socialista perdurou até a tomada norte-coreana de Seul, quando seu líder, Jo So-ang (1887 – 1958), foi levado para os territórios do Norte, de onde jamais retornaria.

Após o armistício da Guerra da Coreia, para além de um enfraquecido e não-registrado Partido Independente dos Trabalhadores e Camponeses, existiram apenas duas iniciativas registradas de fundação de partido político de esquerda: o Partido Progressista, fundado em 1956 e o Partido da Inovação Democrática no ano seguinte, sendo “inovador” uma espécie de eufemismo para progressista àquela época. Após a primeira leva de partidos de esquerda banidos em 1949, o hiato da Guerra da Coreia e uma incipiente tentativa de recomeço, os partidos que se mantiveram vivos no pós-Guerra foram novamente perseguidos pelo governo, especialmente nos meados da década de 50 em diante.

O fim mais trágico ocorreu em 1959, ainda sob governo de Syngman Rhee. O líder do Partido Progressista, Cho Bong am (1899 – 1959), havia crescido nas eleições para presidente em 1956, concorrendo ainda como independente, recebendo 30% dos votos ante os 11% que recebera em 1952 (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001). Com isso, Rhee passou a vê-lo como ameaça real, declarando, ainda em 1956, que Bong am seguia como membro do Partido Comunista e que ele deveria ser eliminado por isso. Em artigo para tratar sobre o caso, o

professor Han Sang Kwon, da Universidade de Duksung, discorre sobre como a Lei de Segurança Nacional foi utilizada deliberadamente contra Cho Bong am, que foi considerado culpado e condenado à morte por supostamente espionar para os norte-coreanos, sendo executado apenas um dia após ter seu recurso contra o julgamento negado.

O artigo traz, também, como Syngman Rhee tratou a questão após a morte de seu opositor por sentença capital definida em última instância, já que a primeira sentença de Cho Bong am foi de 5 anos de prisão, sendo aumentada posteriormente nas instâncias superiores. Em suas próprias palavras, em 1959 Rhee exortou que “há alguma forma de lidar com esses juízes? O primeiro veredito do caso Cho Bong-am não fez sentido”. Naquele momento, eu iria punir o juiz do caso, mas parei após considerar diversas coisas...Mesmo se criarmos emendas à Constituição, nós precisamos reforçar isso veementemente para evitar que aconteça novamente (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001).

Figura 15: Cho Bong am, 1º da esquerda na fileira da frente, aguarda seu julgamento (1958).



Fonte: Willow200³⁵

Bong am foi o principal réu deste caso, mas ao menos uma dezena de coreanos do Partido Progressista foram processados naquele mesmo momento sob a mesma acusação de

³⁵ WILLOW200MAN. 6.15 통일시대와 조봉암의 부활. Disponível em:

<https://willow200man.wordpress.com/2011/01/27/6-15통일시대와-조봉암의-부활/>. Acesso em: 13 out. 2024.

terem violado a Lei de Segurança Nacional, que, no ano do julgamento, estava em sua 3ª emenda, a 500/1958.

Outra agremiação perseguida, o Partido da Inovação Democrática, cujo líder, Seo Sang il (1886 – 1962) era proveniente do Partido Progressista de Cho, tinha iniciado suas atividades em 1957, mas teve o registro cassado já em 1959, completando a criminalização e a exclusão dos principais partidos de esquerda deste período. Após anos de repressão, acusações de corrupção e com a frágil situação econômica da Coreia do Sul, o regime do ferrenho anticomunista Syngman Rhee foi derrubado por levante popular em abril de 1960, cerca de um mês após sua vitória nas eleições presidenciais de março.

Nesse período, a insatisfação crescente com o autoritarismo e a corrupção do governo de Rhee refletia uma onda mais ampla de descontentamento popular que ocorria em diversas partes do mundo sob regimes alinhados aos Estados Unidos, principalmente onde o anticomunismo era usado para suprimir vozes dissidentes. Na Coreia do Sul, especificamente, as condições econômicas e a repressão política se somaram, criando um ambiente propício para o movimento estudantil e outros setores da sociedade se mobilizarem pela mudança.

Com a queda de Rhee, o parlamento sul-coreano deliberou sobre a troca do regime presidencialista para o modelo parlamentarista, com o primeiro líder sendo o político de centro-direita Heo Jeong (1896 – 1988). Vale ressaltar que a primeira Constituição sul-coreana previa a figura do primeiro-ministro como espécie de vice-presidente, indicado pelo presidente e com aval do parlamento (Coreia do Sul, 2024). A persona do primeiro-ministro, até então mais figurativa, tornou-se líder executivo da Coreia do Sul em sua Segunda República. Com mudanças estruturais e de rumo político, nascia uma nova esperança para forças progressistas.

3.2 A Segunda República e uma nova tentativa

A República da Coreia teve seu segundo – e curto – período iniciado em 26 de abril de 1960, com a promessa de liberalização em diversos pontos, mas, conforme estabelecido na 4ª Emenda à lei de segurança nacional, de junho do mesmo ano, alguns recrudescimentos foram observados, conforme o já descrito no presente trabalho (pp. 42 e seguintes), deixando claro que esta liberalização ocorreria sem que houvesse maior espaço para forças de esquerda.

Esse contexto de repressão política refletia a situação da Guerra Fria, em que as tensões entre Estados Unidos e União Soviética polarizavam o mundo e fomentavam uma postura de contenção ao comunismo em várias partes do globo. Sob essa pressão, muitos governos,

especialmente os que recebiam apoio econômico e militar estadunidense, adotaram políticas de vigilância e repressão contra movimentos que pudessem ser ou se tornar simpatizantes do socialismo, temendo infiltrações comunistas.

Na Coreia, país dividido justamente entre esses dois blocos ideológicos, as políticas anticomunistas visavam afastar qualquer risco de influência do regime do Norte, alinhado ao bloco soviético. Era uma maneira dos civis sul-coreanos tentarem acalmar os ânimos dos militares e também de seu aliado do continente americano. Ainda assim, com vislumbre de pacificações no país, interna e externamente, grupos de ativistas começaram a mobilizar a criação de alguns partidos políticos dos mais variados espectros.

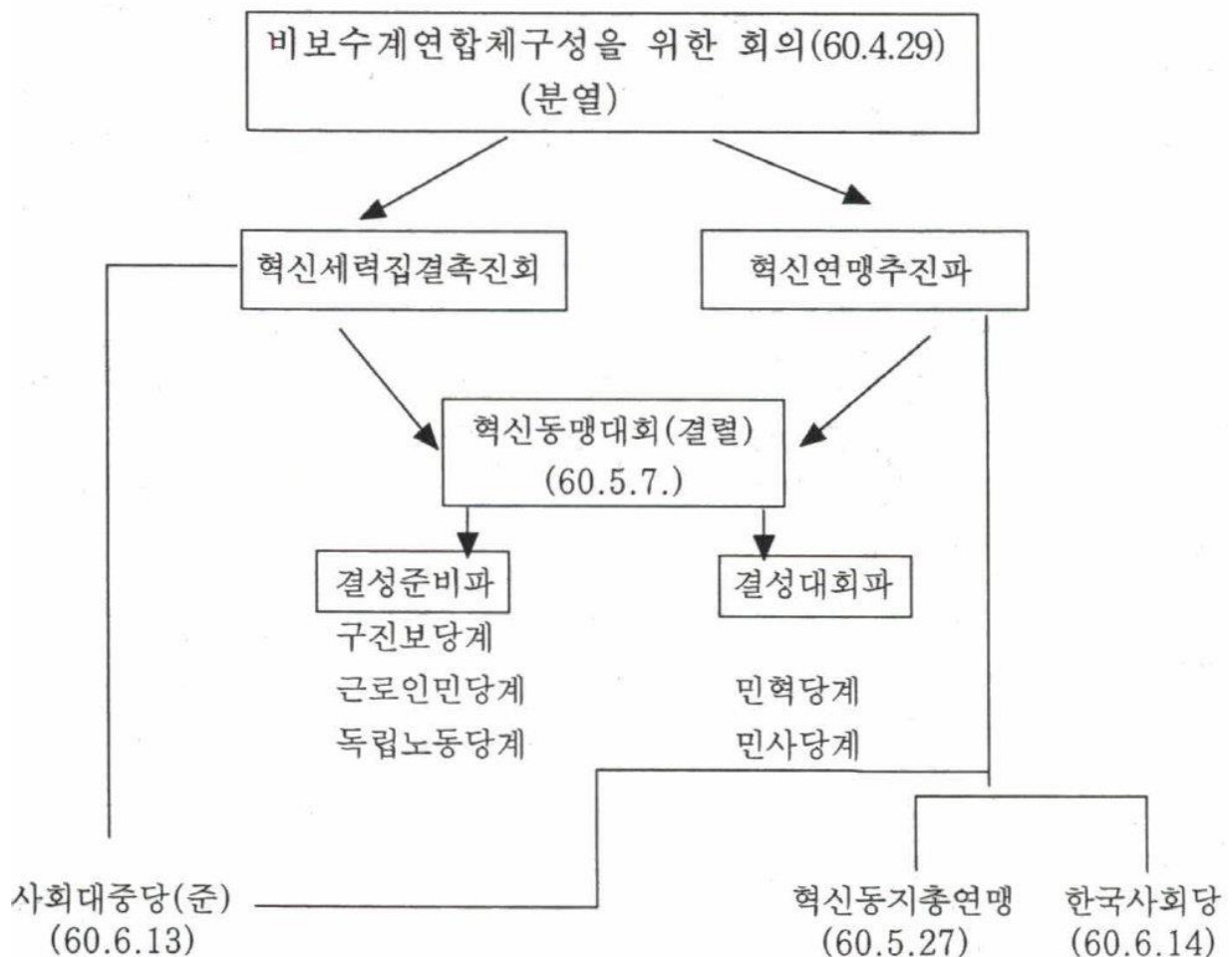
Na esquerda, após as perseguições, prisões e mortes durante o regime de Syngman Rhee, houve a busca inicial, por parte dos próprios ativistas, de unificar as forças progressistas/inovadoras e dar tração às pautas comuns à maioria. A primeira iniciativa neste sentido foi o Encontro para Formação de Coalizão Não-Conservadora, que reuniu lideranças como Kim Dal ho (1912 – 1979), importante membro do extinto Partido Progressista, o anarquista Yu Rim (1894 – 1961), que liderava o não-registrado Partido Independente dos Trabalhadores e Camponeses e Seo Sang il, do antigo Partido da Inovação Democrática, que tentara manter sua sigla entre 1957 até seu banimento, em 1959.

Se a ideia inicial fora manter uma federação, aos poucos surgiram táticas e estratégias divergentes sobre lançar candidatos independentes ou também sobre a noção de que fossem todos filiados à uma só sigla, em debates que seguiram por idas e vindas até que um ponto de cisão derradeira se formou devido à manutenção da participação do agrupamento de Yu Rim e o de So Sang il.

Esta oposição veio em especial por parte de antigos membros do Partido Progressista, dado que estas duas figuras eram vistas como pouco confiáveis por seu viés anticomunista³⁶. Ao fim, foram mantidos dois grupos distintos, a Associação para Promoção da Unidade de Forças Inovadoras, ligada ao antigo Partido Progressista e a Federação Geral de Grupos Inovadores, ligada a dissidentes do Partido Progressista como So Sang il e apoiadores de ideias distintas, como os anarquistas de Yu Rim (National Archives of Korea, 2024).

³⁶ Trecho específico sobre questionamento do Partido Progressista a membros de outros partidos políticos no julgamento de Jo Bong-am. Tradução nossa: "O Partido Progressista questionou Seo Sang-il, do Partido Revolucionário Democrático, alegando que ele fizera declarações desfavoráveis durante o julgamento de Jo Bong-am, e também a Jeon Jin-han, do Partido Democrático Nacional, alegando que ele participou da Liga de Salvação Nacional, que foi formada com o propósito de unir as forças anticomunistas.

Figura 16: Esquemática do caminho percorrido pelas forças de esquerda sul-coreanas após a queda do regime ilminista de Syngman Rhee e o início da Segunda República sul-coreana..



Fonte: National Institute of Korean History.

Estas duas federações iniciais serviriam, ao final do processo, para gerar duas agremiações distintas e uma nova Federação. Quanto aos partidos, houve novo esforço de unificação de algumas forças de esquerda, gerando o Partido Popular Socialista (사회대중당, no canto inferior esquerdo da figura 15), que se tornou rapidamente o de maior força e projeção dentre os progressistas, unindo líderes como Seo Sang il (desta vez aceito pelos antigos membros do Partido Progressista) e Kim Dal Ho sob o mesmo partido.

Mesmo tendo se organizado há cerca de um mês antes das eleições de julho de 1960, o Partido Popular Socialista se tornou a segunda maior força do país, com cerca de 6% dos votos

válidos e 4 assentos no parlamento sul-coreano (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001). A segunda agremiação formada era o Partido Socialista Coreano (한국사회당, canto inferior direito da figura 15), fundado também no mês de junho e garantindo o 4º lugar nas eleições de julho, apesar de não ter nenhum candidato eleito para a Assembleia sul-coreana. Seu principal líder era Jeon Jin Han (1901 - 1972), que havia participado do movimento de independência após a saída japonesa, e buscou antigos membros do Partido da Inovação Democrática para um novo grupo, que teria pautas parecidas às do seu predecessor. A outra iniciativa de incorporar quadros de esquerda foi a Federação de Inovadores (혁신동지총연맹) de maio, à direita na figura 15), com esta funcionando ainda como tentativa de unificar as lideranças da esquerda em pautas específicas, sendo uma delas a busca pela unificação pacífica e o diálogo com o Norte

Por fim, já em um dos últimos meses da Segunda República, em janeiro de 1961, nascia o Partido Socialista Unificado da Coreia, (PSUC) que seguia a linha da Internacional Socialista à época, que estava rompida com movimentos internacionais comunistas. Seu líder, Kim Cheul (1926 - 1994), outrora membro do Partido Liberal de Syngman Rhee, se tornou próximo de ideais social-democratas em seu período de exílio no Japão, tendo apoiado a fundação do PSUC a partir de lá. A Internacional Socialista, da qual o PSUC buscou inspiração, tentava então uma linha independente dos soviéticos e comunistas, defendendo uma forma de socialismo democrático, em sintonia com movimentos de centro-esquerda na Europa Ocidental.

Apesar de alguns acenos de militares a respeito de não haver nenhum golpe, uma crise política com relatos de corrupção e a constante desconfiança dos militares sobre debates acerca da unificação das Coreias chegou em seu ápice ao final de abril de 1961. Em maio, forças militares lideradas pelo general Chang do Yong (1923 - 2012) deram um golpe de Estado, tomaram o poder e dissolveram não só a Assembleia Nacional, mas também todos os partidos políticos. A plataforma dos golpistas era ligada à seis principais pontos para o país, dentre eles a alegada luta contra a corrupção e, o primeiro de todos, e mais importante: O combate ao comunismo.

A situação refletia o alinhamento das ditaduras militares de direita, então apoiadas pelos Estados Unidos como parte de uma estratégia de contenção comunista em várias partes do mundo. Esse período crítico para a Coreia do Sul, com a ascensão de um regime militar, ressoava com o ambiente global de perseguição aos partidos de esquerda e ao cerceamento das liberdades políticas em nome daquilo que denominavam “estabilidade” e “ordem”.

Era o fim da Segunda República e também da esperança de partidos políticos progressistas de conquistarem mais espaços e lutarem por uma reunificação pacífica do país.

Mas, com a promessa inicial dos militares de entregar o poder aos civis após período de “limpeza”, algumas forças tentariam mais uma vez na chamada Terceira República.

3.3 Os “anos de chumbo” e o limbo da esquerda

Inicialmente, a narrativa dos militares para justificar o golpe era impedir que o comunismo ganhasse espaço na porção sul da Coreia, cessar os crescentes contatos entre entidades norte e sul-coreanas e restaurar a ordem na política, que, para eles, estava impregnada por corrupção. Para isso, montaram uma plataforma inicial que permitiria uma transição do poder aos civis após que seus seis pontos fossem cumpridos. O organizador deste golpe, Park Chung hee (1917 - 1979), destituiu e mandou prender o general Chang do Yong e foi alçado à posição de líder do processo, sendo apoiado prontamente pelos EUA.

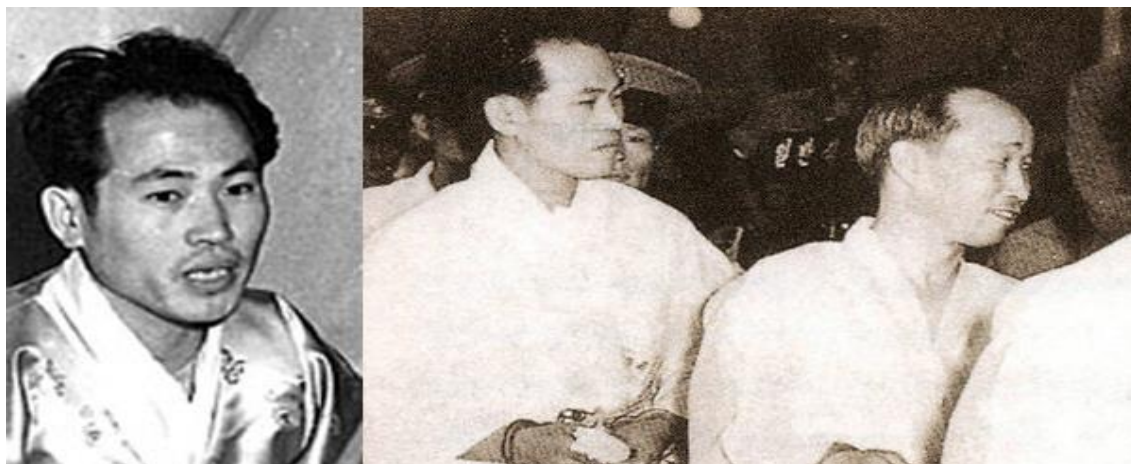
Esse apoio fazia parte de uma ação mais ampla dos Estados Unidos durante aquilo que seria o ápice da Guerra Fria. Assim como ocorria em outros países da região, como Vietnã e Filipinas, Washington D.C. via na Coreia do Sul uma linha de defesa estratégica contra o avanço da influência soviética e agora também chinesa. Após tomar o poder, Park manteve a decisão pela dissolução de vários dos partidos políticos da Segunda República e programou eleições para o ano de 1963. Dentro do escopo deste trabalho, nenhum partido progressista foi criado/recriado até a realização das eleições do ano mencionado.

Além da dissolução dos partidos políticos, o golpe militar de 1961 era acompanhado de uma forte retórica anticorrupção e, de certa maneira, revanchista em relação àquilo que eram considerados como abusos cometidos durante o governo de Syngman Rhee, pois o antigo presidente contava principalmente com grupos de extrema-direita para a repressão. Desta maneira, o novo regime buscava transmitir a ideia de estar punindo criminosos sem distinção, o que aumentou a popularidade de Park. Este processo ficou conhecido como o dos “Julgamentos Revolucionários” e foram vistos como espetáculos, sendo inclusive televisionados.

Para além da execução de antigos figurões do regime de Syngman Rhee, como Choi In gyu (1919 – 1961), ex-ministro, Kwak Young ju (1924 – 1961) ex-policial que tinha sido acusado de inúmeros abusos e não havia sido julgado e também Lim Hwa su (1921 – 1961), produtor de filmes que participava de ações de ataques físicos contra opositores, deu-se início a uma série de julgamentos que rapidamente se tornaram voltados também a eliminar a oposição, especialmente aquela mais à esquerda

É no período dos “Julgamentos Revolucionários” que foi condenado à morte o então jornalista Jo Yong su (1930 – 1961), por conta do editorial que escreveu em seu jornal, o *Minjok Ilbo*, ter sido visto como ponto de defesa de uma reunificação pacífica com a Coreia do Norte, tendo sido publicado ainda durante a Segunda República

Figura 17: Jo Yong su em dois momentos. No lado direito, já preso e em seu julgamento.



Fonte: Newspost

Outro caso que se tornou notório foi o do líder socialista Choi Baek geun (1914 -1961), que também foi condenado à pena capital e executado por supostamente estar em conluio com os norte-coreanos. Choi havia sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional em 1952, durante a guerra, por suspeitas de tentar criar um movimento socialista, permanecendo preso até 1955 e retornando ao cenário político do país com a queda de Syngman Rhee. Ao ajudar a reconstruir o Partido Popular Socialista após a queda de Rhee, Choi se tornou uma das figuras visadas e posteriormente presas pelo governo militar, sendo julgado em seus tribunais revolucionários. Foi executado em 21 de dezembro de 1961

Figura 18: Choi após sua prisão, ainda em 1961.



Fonte: MinPlus

Pelo fato de os julgamentos revolucionários serem transmitidos pela emissora estatal KTV e obterem ampla divulgação pela imprensa sul-coreana, a popularidade de Park Chung Hee foi catapultada, e já era notório que este tinha pretensões políticas para as eleições de 1963. Boa parte do aumento desta popularidade se deu pela campanha que procurava demonstrar que antigos membros e/ou apoiadores do governo Rhee que enriqueceram muito e/ou que lideravam forças de repressão estavam sendo devidamente punidos, inclusive com marchas forçadas em que os acusados andavam por ruas de suas cidades com cartazes com dizeres como: “Eu sou um bandido, serei julgado pelo povo”.

Figura 19: Durante os julgamentos revolucionários, estas marchas se tornaram comuns e reforçaram a ideia de que militares estavam atuando pelo povo.



Fonte: KTV

Alçado a principal figura política, Park Chung hee consolidou seu poder como líder do golpe e, mesmo tendo dado diversas sinalizações de que prepararia o país para o retorno dos civis ao poder em 1963, as repressões seguiram, enquanto na realidade os militares preparavam sua manutenção no poder (Kim; Vogel, 2011, p. 80).

A principal iniciativa para manter os militares no poder foi a de Kim Jong pil (1926 – 2018) – militar casado com a sobrinha de Park – que articulava a criação do Partido Democrata Republicano (Kim; Vogel, 2011, p. 69). Entre idas e vindas em seu plano, com breve saída de cena de Kim Jong pil, por pressão estadunidense, e também reviravoltas no cenário político interno, Park anunciou a própria candidatura apenas em julho de 1963, para pleito a ser realizado em 15 de outubro do mesmo ano (Kim; Vogel, 2011, p. 69-72). Essas manobras ocorreram em um cenário mundial onde a estabilidade política era uma prioridade, refletindo uma estratégia repressiva que se alinhava com os interesses dos EUA em conter o avanço comunista na Ásia. Nestas eleições, havia um partido viés social-liberal, com nome de Partido do Novo Desenvolvimento, e este tinha quadros de diversas linhas do liberalismo, adotando como política importante a ampliação das relações com outras nações liberais do mundo para buscar futura reunificação pacífica da península (Encyclopedia of Korean Culture, 2024).

Apesar de tratar a ideia de uma reunificação pacífica, tornando este o partido menos conservador das eleições daquele ano, é possível delinear que não havia partido político de esquerda no pleito. Nestas eleições, o Partido Democrata Republicano de Park saiu com vitória relativa, angariando 33% dos votos. Porém, como o sistema eleitoral da Coreia do Sul não era direto, o partido terminou o escrutínio com 62.9% dos assentos. (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001). Já para presidente, Park Chung hee foi eleito em votação apertada, com o segundo lugar, o ex-presidente do país durante o período parlamentarista, Yun Posun, ficando apenas 156.026 votos atrás (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001).

O primeiro ano de governo de Park, 1964, foi de intensas mobilizações deste para desenvolver a Coreia do Sul, em vias de alcançar e ultrapassar o vizinho comunista e isso envolveria duas frentes (Kim; Vogel, 2011). A primeira era a manutenção da aliança com os EUA, o que passava pelo envio de tropas sul-coreanas para lutar no Vietnã. A segunda era a tentativa de normalizar as relações com o Japão, o que gerou forte reprovação da sociedade e foi o estopim para protestos em larga escala, principalmente por parte dos estudantes.

Em junho de 1964, Park suspendeu as negociações com o Japão e decretou lei marcial em Seul e algumas regiões, fechando algumas universidades, suprimindo protestos e também direitos civis, como ao ordenar ao Judiciário que expedisse ordens de prisão para os líderes dos protestos. Com uma primeira negativa por parte de juízes, Park enviou tropas para os tribunais e, sob a mira de suas armas, garantiram a prisão dos inimigos do presidente (Kim; Vogel, 2011).

Os protestos se estenderam em ondas, aumentando conforme Chung hee voltava a tratar com o Japão e passaram a ser também, em menor escala, contra o envio de tropas para o Vietnã (Katsiaficas, 2012). Este momento de tensões e constatação de repressão refletiu no cenário político, sendo possível denotar a dificuldade em estabelecimento de partidos políticos de esquerda. As principais forças progressistas, apesar de recomeçarem o processo de reconstrução partidária em 1963, não obtiveram êxito em arregimentar a mesma força que tiveram durante a Segunda República. As duas iniciativas principais eram a tentativa de refundação do Partido Socialista Unificado da Coreia (PSUC), que tivera a maioria de suas lideranças presas ou executadas após o golpe de maio de 1961 (apenas 4 meses após sua fundação) e contava novamente com Kim Cheol (1926 - 1994) como seu principal líder, Kim estava no Japão na ocasião do golpe de Park, e seguiu para exílio na Europa até que o cenário se tornasse mais calmo para seu retorno.

Cheol obteve sucesso em refundar o PSUC, incluí-lo na Internacional Socialista, chegando até a participar como candidato das eleições presidenciais de 1971, mas a posterior Constituição Yushin (Quarta República – 1972 até 1979) traria dificuldades à Kim, com sua prisão. Outra força política de esquerda foi o Partido Popular, liderado por Seo Min ho (1903 -

1974), que estava entre os presos do golpe de maio de 1961. O Partido Popular teve curta jornada, sendo registrado em 1967 para as eleições daquele ano, mas teve sua atuação suspensa em outubro de 1972 e Seo Min ho se aposentou da política em 1973, com o partido sendo completamente desmobilizado.

Considerando-se a grande instabilidade da esquerda sul-coreana no final da década de 60/início de 70, com diversas ocasiões de repressão e com o consequente recrudescimento do cenário político com a decretação da Quarta República Coreana, o enfraquecido Partido Socialista Unificado se tornaria, ao final dos anos 60, em apenas um esboço de agremiação política, ao passo que só participavam dos pleitos os três principais partidos do país, sendo dois partidos da oposição institucional, e ambos de centro-direita (Nohlen; Grotz; Hartmann, 2001). A maior forma de pressão encontrada por forças de esquerda eram as *Chaeya*, grupos pequenos e autóctones que serviam para reivindicar suas demandas de maneira relativamente livre, dada sua granularidade e dificuldade de rastreá-los (Katsiaficas, 2012).

Para atuar contra estes grupos, a ditadura militar agiu de maneira brutal, como no controverso caso de um suposto Partido Popular Revolucionário, no ano de 1975, que teria como objetivo tomar o poder, assassinando Park. Com o uso da LSN, foram dezenas de presos e oito condenados à força.

A situação do país mudaria após o assassinato – executado por um ex-aliado – de Park Chung hee, em 26 de outubro de 1969, e a consequente crise instaurada pelo ocorrido. Do fim de outubro até dezembro de 1979, muitos dos prisioneiros políticos haviam sido libertados e estudantes que haviam sido expulsos das universidades foram reincorporados. O governo interino estava sob liderança do civil Choi Kyu hah (1919 – 2006), que já tinha sido ministro de Relações Exteriores no primeiro governo de Park Chung Hee.

A Coreia do Sul parecia transitar para uma Quinta República que, ao que se indicava, espelharia parte da Terceira junto a elementos da Segunda. Ou seja, teria participação direta e indireta dos militares no cotidiano político ao passo que algumas liberdades seriam garantidas, mesmo a opositores. Porém, em 12 de dezembro de 1979, após eleição indireta que havia confirmado Choi como presidente, tropas lideradas pelo então comandante Chun Doo hwan (1931 – 2021) e seu principal apoiador, o também militar Roh Taewoo (1932 – 2021), tomaram o poder. Era o início de período de turbulências que culminaria em um segundo golpe militar, em maio de 1980 (Kim; Vogel, 2011, p. 171).

O golpe de maio tinha intuito de remover quaisquer elementos opositores à Chun Doo hwan, inclusive nas Forças Armadas. Desta maneira, o comandante Chun alçava seus aliados do Hanahoe, seu grupo de militares ultraconservadores, ao poder. Este golpe, ao invés de gerar

estabilidade, foi propulsor de novos levantes populares, e, com a reação estatal, a violência recrudesceu. O movimento militar levou a um dos episódios mais dramáticos da história do país, o massacre de Gwangju. Junto a outras cidades, como Busan e Masan, cidadãos de Gwangju se rebelaram contra os golpes militares e, em primeiro momento, expulsaram os soldados sul-coreanos após violenta repressão de protestos (Katsiaficas, 2012, pp. 278-282).

Figura 20: A população de Gwangju, reunida em Geumnam ro, iniciou processo de autogestão após expulsar as tropas do governo.



Fonte: (KDemo, 2024)

Para retomar o controle, Chun enviou cerca de 20 mil tropas de elite e, após conflito na cidade, a retomou em 27 de maio de 1980, deixando 165 mortos dentre os civis, cerca de 76 desaparecidos e 1476 presos (Katsiaficas, 2012, pp. 347-352).

Com a consolidação de seu poder em maio de 1980, foi instaurada nova Constituição (Quinta República, 1980 – 1987). Apesar desta aparentar ser menos autoritária em alguns pontos, com limitação de apenas um mandato presidencial e promessas de liberalização econômica, rapidamente a Quinta República se tornou extensão do mesmo autoritarismo que fora estabelecido por Park, atualizado em novas nuances (Kim; Vogel, 2011, pp. 647-648). Uma dessas nuances era em relação aos partidos políticos.

Se na Terceira e Quarta República – em especial na última – houve grande perseguição aos partidos políticos, o governo de Chun Doo hwan, mesmo banindo todos os partidos políticos em momento inicial, apoiou a refundação de novas agremiações, mas haviam fortes indícios de

que seriam apenas fachada para que Chun não fosse acusado de ser antidemocrático, representando, em tese, um avanço em relação a Park. A maioria das lideranças desses partidos eram, no entanto, pessoas desconhecidas do público (Suh, 1982), o que fomentou a ideia de serem meros fantoches. É importante mencionar também, que com constante perseguição, alguns partidos políticos duravam pouco tempo, o que impulsionava a atuação de independentes, enfraquecendo ainda mais a noção de partidos políticos (Lee, 2014, p. 115).

Kim Cheol, que havia capitaneado a fundação do Partido Socialista Unificado da Coreia durante a Terceira República, a de Park Chung Hee, voltou a refundar um partido político, desta vez chamado de Partido Socialista. Este partido foi desmobilizado dois meses após sua criação, que fora em janeiro de 1981. Parte dos antigos membros deste foram para a iniciativa do Partido Social-Democrata, que servia de satélite para figuras de centro e centro-esquerda que conviviam com o regime de Chun Doo hwan, e que durou até o ano de 1982, quando se fundiu com partidos de centro da oposição institucional.

Outro partido de viés socialista foi fundado ainda em 1982, o Novo Partido Socialista, liderado por Gojeong Hoon (1920 - 1988), ex-jornalista que havia sido preso durante a ditadura de Park Chung Hee³⁷. Este partido era muito dependente da figura de Gojeong e, após sua aposentadoria, em 1985, a agremiação deixou de existir. Grande parte dos quadros deste partido migraram então para a iniciativa que seria mais uma tentativa de Kim Cheol de fundar um partido à esquerda, culminando, em 1985, na criação do Partido Social-Democrata³⁸.

Cheol deixaria a liderança deste no ano seguinte, pois era acusado por outros opositores de servir aos propósitos do governo. Neste teatro político, o regime de Chun manobrava para fragmentar a oposição e garantir que esta estivesse sob seu controle, direta ou indiretamente.

Conforme observa o professor de Relações Internacionais da Universidade Centro-Europeia, Youngmi Kim, em tradução nossa:

Sob administração de Chun, uma das características do sistema partidário era que o governo criava partidos de oposição no modelo *ad hoc*, tal qual o Partido Democrático Coreano, o Partido da Sociedade Democrática (de facto, Partido Socialista) e o Partido Popular da Coreia. O regime de Chun planejava tirar vantagem da fragmentação contínua entre os partidos e facções da oposição. O governo buscava dividir os partidos da oposição em facções e então apoiá-

³⁷ A ditadura de Park Chung-hee ocorreu na Coreia do Sul entre 1961 e 1979, período em que governou com forte autoritarismo após liderar um golpe militar. Seu regime foi marcado pelo rápido crescimento econômico, impulsionado por industrialização e reformas estruturais, mas também por repressão política, censura e perseguição a opositores.

³⁸ O Partido Social-Democrata da Coreia (사회민주당) é um partido político fundado na Coreia do Norte em 1945. Originalmente, representava pequenos empresários, intelectuais e setores religiosos que buscavam um caminho alternativo entre o capitalismo e o comunismo, promovendo reformas sociais moderadas.

las na fundação de novos partidos políticos. A administração Chun libertou muitos antigos políticos da oposição da opressão política exercida sobre eles e muitos receberam ofertas de cargos nos partidos de oposição recém-criados por membros da KCIA (Kim, 2011, pp. 44-45).

Com este contexto, houve tentativas de formação de legendas que deixavam clara a dúvida sobre a legitimidade de partidos de oposição, como o próprio Partido Social-Democrata, ao passo que outra legenda fictícia, Partido Socialista Democrático, também era fomentada por lideranças pouco conhecidas. Todas no mesmo ano de 1981.

Este sistema de falsa oposição e fragmentação constante fez com que os movimentos de oposição real ao regime atuassem em grupos não-registrados, muitas vezes clandestinos e descentralizados, fossem eles estudantis, sindicais ou mesmo de política partidária, todos aos moldes das *Chaeya*, ou seja, descentralizados. Estas bases serviriam para um movimento heterogêneo, sem grandes lideranças, que seria conhecido como *minjung*. A palavra, que significa – em tradução aproximada – “do povo”, deixa explícito que este seria um movimento sem bandeira específica para além da oposição ao regime militar e aos Hanahoe. Sobre o *minjung*, a antropóloga Nancy Abelmann discorreu, em um capítulo autoral de obra editada por Kenneth Wells:

Para meus propósitos aqui, o movimento *minjung* se refere a teorias, expressões idiomáticas, e estratégias pelas quais uma comunidade de ativistas buscou suscitar e mobilizar populações notoriamente conhecidas como despossuídas, sendo estes, portanto, os legítimos sujeitos da história e também seus agentes da transformação política. Portanto, este capítulo considera o exercício prático e os efeitos de tais ideologias na atuação de um único movimento de fazendeiros. Entretanto, e por extensão, indica-se o clima político geral e a *praxis* de uma heterogênea comunidade de dissidentes na Coreia do Sul do final da década de 80 (Wells, 1995, pp. 119 - 120, tradução nossa).

Este sistema perdurou até o ano de 1987, com as massivas manifestações, chamadas de “Jornadas por Democracia” no mês de junho derrubando o regime militar. É importante ressaltar que, mundo afora, diversos regimes autoritários que se sustentavam com retóricas da Guerra Fria, viam no arrefecimento desta a necessidade de realizar mudanças em suas políticas, ou mesmo endurecer medidas restritivas.

Na Coreia do Sul, as Jornadas por Democracia trariam implicações de alta relevância para o quadro de partidos políticos sul-coreanos. A outrora oposição *ad hoc*, seria agora povoada por inúmeros partidos que eram *de facto* progressistas, mas os desafios para sua permanência no cenário político viriam de novas direções, como também de outras já conhecidas, como com a Lei de Segurança Nacional.

3.4 Uma nova chance, velhos desafios

A queda do regime militar ocorreu de forma transitória, sendo o primeiro presidente da Sexta República o fiel apoiador de Chun Doo hwa, o também militar Roh Tae woo. Em um contexto de arrefecimento da Guerra Fria e com a posterior queda da União Soviética, o governo sul-coreano iniciou tratativas de aproximação com a então URSS e também para arrefecer a disputa contínua com os norte-coreanos. Neste meio, algumas forças do espectro progressista voltaram a tentar a criação de legendas partidárias à esquerda

Mesmo que a Lei de Segurança Nacional tenha tido pouca modificação no ano de 1991, o Estado sul-coreano buscava consolidar a noção de democracia liberal e foi criado maior espaço para grupos de esquerda se registrarem, com formas mais sutis de aplicação da Lei de Segurança Nacional em relação a estes, usualmente ao ligar os acusados ao extremismo ou ao apoio direto à Coreia do Norte. Um exemplo da primeira forma citada é o caso do *Hanchongnyon*, grupo universitário que foi acusado de extremismo e posteriormente banido pela aplicação da LSN. Já na segunda forma de atuação é possível mencionar o grupo *Panminryun*, acusado de ser pró-Coreia do Norte por defender a saída das tropas dos EUA da Península Coreana e defender a reunificação pacífica das Coreias

Cabe frisar os casos mencionados também na introdução, em especial da dissolução, por decisão do Judiciário sul-coreano, do Partido Progressista Unificado, em 2014. Essa dissolução foi parte também de uma longa batalha política, para além da questão jurídica. Desta maneira, apesar de existirem, atualmente, três principais forças de esquerda no país, há constante pressão por parte desses para que a LSN seja abolida. Na concepção destes, a luta não cessou e não cessará enquanto esta lei vigorar.

CONCLUSÃO

Para discorrer, neste presente trabalho, sobre as dificuldades na criação/manutenção de partidos de esquerda na República da Coreia (Coreia do Sul), como também sobre a Lei de Segurança Nacional e suas nuances através dos diferentes regimes implantados por lá, foi importante, em primeiro momento, gerar o entendimento sobre as bases de formação da sociedade coreana contemporânea, denotando as diferenças que vieram nos primórdios das forças políticas coreanas em si – mesmo quando submetidas à comandos de forças exógenas.

Esta influência externa era por vezes sob forma de domínio direto, militar e político, e provinha primordialmente de povos que hoje formam a China, mas também ocorrera com os mongóis, japoneses e, parcialmente, considerando aí a separação do país em dois, com soviéticos e estadunidenses. Ao entender estas dinâmicas conjuntamente ao estudo da reformulação do pensamento político na Coreia no século XX, torna-se mais fácil realizar o exercício de análise da História política da região como um todo e, mais especificamente, a da Coreia do Sul, fundada em 1948.

Desta forma, o capítulo I serve de maneira expansiva ao que se tratou na Introdução, pois detalhes como o caminho para a existência de três principais frentes políticas contemporâneas no país (Liberais, Conservadores e Progressistas) têm base não só na história da ocupação japonesa, mas também nas formulações políticas e “visões de mundo” provenientes do século XX, em especial da noção de disputa entre culturalistas e populistas, liberais e conservadores no período do Império Coreano (1897 - 1910). Para alcançar os resultados buscados por este trabalho, foi necessário também contextualizar a formação da identidade cultural coreana, deveras regionalizada, ainda que muito coesa se comparada a outras populações mundo afora, e a principal base disso se dá no Período dos Três Reinos.

Com o traçado proposto através do capítulo I, pretende-se abrir espaço para alcançar o momento da separação forçada do país em dois, como também das consequências do aprofundamento das diferenças entre ambos os regimes instaurados dali em diante, culminando em uma guerra que não teve fim até o momento em que este trabalho está sendo redigido. Neste meio, a Lei de Segurança Nacional sul-coreana está disposta como ferramenta de repressão em todos os regimes (as chamadas repúblicas, foram seis até agora) já existentes por lá, foi e segue sendo forte instrumento repressivo para todas as forças estatais sul-coreanas.

Após a estruturação de entendimento geral acerca da Coreia, seguimos ao segundo capítulo com o foco justamente na LSN e suas consequentes emendas após 1948, sempre frisando o momento histórico e em conformidade com as mudanças políticas vividas na Coreia

do Sul. Colocar a LSN em perspectiva central busca demonstrar não só a preponderância desta como principal instrumento na perseguição aos opositores de quaisquer regimes sul-coreanos, mas também rememorar que esta serviu para perseguir esquerdistas em geral, fossem eles pró-Coreia do Norte ou não. Outra característica que pôde ser denotada acerca da LSN é que esta foi instrumento de poder e barganha através da história sul-coreana, tendo sido a base legal para “validar” os atos violentos do governo de Syngman Rhee e punir quaisquer discordância e oposição, mesmo os que não fossem de esquerda.

Com sua queda, o governo parlamentarista instaurado anulou a brutal emenda de 1958, mas gerou novos pontos críticos, como a punição para quem entrasse em terras controladas por organizações anti-Estado, o que englobaria a Coreia do Norte (ver pg. 50). Era uma maneira de acalmar os militares, que viam de maneira negativa os grupos de ativistas pró-unificação que queriam diálogos com o Norte. O mesmo vale para a forma como a LSN vigorava junto à lei anticomunista de 1961, pois os militares no poder queriam dar ênfase no combate ao comunismo de maneira global, deixando a LSN focada no que seriam atos contra o Estado e a lei anticomunista na repressão intelectual e cultural, evitando que quaisquer traços de comunismo fossem promovidos na sociedade.

O período de Park Chung hee no poder, em especial após a Constituição *Yushin* (Quarta República) foi extremamente conservador e o foco em questões morais e de costumes gerou alteração na Lei de Pequenos Delitos, atualizada em 1973, e que incluía, por exemplo, a proibição de homens utilizarem cabelos longos ou gerarem “tumulto” social. Neste todo, a LSN era potencialmente a última linha de impacto na vida de um cidadão comum, dado que este teria de estar diretamente ligado (a) às atividades de oposição para ser enquadrado nesta.

Mudanças foram iniciadas lentamente após o assassinato de Park e a ascensão de Chun Doh hwa que, ainda que fosse tão ou mais conservador que o primeiro, teve de fazer concessões para manter um governo militar autocrático. Uma de suas medidas foi aglutinar a lei anticomunista com a LSN, permitir supostos partidos de centro-esquerda (eram de fato *ad hoc*) e promover contatos com mais países mundo afora, promovendo eventos como as Olimpíadas de Seul, com a escolha da cidade em 1981. As leis sobre moralidade e costumes se tornaram menos rigorosas, mas muitos dispositivos repressores só caíram após o início da Sexta República (1988).

Com o final do período militar, que caiu sob intensa pressão civil, havia grande expectativa, entre as forças progressistas, de que, se a LSN não fosse extinta, que esta iria ao menos sofrer grandes mudanças. De fato, passou-se a constar a necessidade de respeitar premissas básicas de direitos humanos e de se evitar abusos (ver pg. 64).

Algumas penas previstas foram convertidas e reduzidas, tornando mais raros os casos de pena capital. Mas outros trechos seguiram vagos e abertos a interpretações, como o parágrafo 1º do artigo 8º de seu formato atual, que prevê até 10 anos de prisão para alguém que entre em contato com pessoa que seja membro de organização anti-governo OU pessoa que “tenha recebido ordens” de organização assim. Uma troca de mensagens com alguém que tenha “recebido ordens”, seja lá o que isso for, já basta? Se for parente de sangue ou cônjuge, o artigo 10º da LSN prevê a possibilidade de atenuante na multa por não-notificação de crime. Mas e se for um amigo? Se for um casal que mora junto, ainda não casado? Bem, possibilidades de prisão para aqueles com envolvimento direto ou indireto com organizações anti-governo não faltam e serviços de segurança, em especial o SIN (NIS, em inglês) se aproveita disso de maneira contumaz.

E o crucial para a lei, que é a definição de “anti-governo”, traz, em seu art. 1º a definição daquilo que tenta se passar por governo (ou seja, a Coreia do Norte) ou toda organização que visa rebelião contra o Estado. É com isso que muitos esgarçam estas duas concepções com uma noção aparentemente muito óbvia: Oras, se a Coreia do Norte é comunista, toda organização comunista será braço norte-coreano em solo sul-coreano. Não importa se trotskista, se marxista que considera a ideia Juche como algo revisionista ou até mesmo chauvinista. Isso sequer chega à discussão. Naturalmente, muitos irão ver, após anos de propaganda e perseguições, socialistas e até mesmo social-democratas como parte deste meio, como tentativas de comunistas de se infiltrarem com outras fachadas. Em tese, os progressistas seriam disruptivos o bastante para se tornarem uma ameaça ao Estado, e a Lei de Segurança Nacional estaria lá para podá-los. Sendo conservador lá, faz sentido. É prático.

Deixar a LSN em foco, no capítulo II, serve para mostrar suas nuances ante as repúblicas coreanas, mas a proposta deste trabalho é triangular informações sobre os partidos de esquerda nesses períodos, com linha de corte ao início da Sexta República. Vale ressaltar que os partidos não se formaram em 1948, ao passo que nascia a República da Coreia, então haverá contextualização que tratará período prévio à criação da Coreia do Sul e, saindo deste até a referida linha de corte.

Só tratar da LSN e de quantas pessoas foram enquadradas e presas sob esta não traria um ponto considerado importante: A organicidade de muitos dos movimentos de esquerda sul-coreanos e o que leva a ideia fixa que ser de esquerda na Coreia do Sul não significa intrinsecamente ser também apoiador da Coreia do Norte. Quanto a isso, é algo que pode parecer óbvio para alguns, e soar estranho para outros. E isso variaria de tempos em tempos. Certamente soaria estranho para muitos afirmar tal coisa entre 1948 - 1950, mas após anos de

guerra, em 1953, muitos sul-coreanos de esquerda já não apoiavam Kim il Sung como antes. Com o descolamento econômico do Sul ante o Norte, durante os anos 70, esta impressão foi mudando aos poucos sobre o que representava a Coreia do Norte.

Nos anos 90, após a queda da URSS, e com o início de uma era de crise socioeconômica na Coreia do Norte, em período que ficaria conhecido como a “Árdua Marcha” por lá, o endurecimento das leis sob a liderança de Kim Jong Il e a criação da política *Songun* (“o exército primeiro”), muitos quadros da esquerda sul-coreana, à época já vivendo em um regime democrático liberal, tomaram postura crítica ante ao que ocorria no país vizinho. Ainda assim, é possível pontuar a existência dos grupos claramente pró-Norte até os dias atuais, tal qual o AINDF e o já mencionado *Hanchongnyon*, mas também os partidos de esquerda que não condenam firmemente, e tampouco apoiam o regime norte-coreano. Por fim, existem os partidos de esquerda que negam a ideia Juche e a compreendem como algo “stalinista”, entre outras críticas. O que se evidencia é que não é possível afirmar é que todo comunista é um agente norte-coreano ou o seja em potencial. Nem que toda organização deste ideal também sirva como filial do Partido dos Trabalhadores da Coreia.

Outro ponto notório é que, mesmo com banimentos, prisões e condenações à morte, os progressistas sempre retomaram suas atividades político-partidárias, sindicais e em movimento estudantil, mesmo que tenham perdido seus principais líderes nas décadas passadas. Atualmente, o Partido Progressista (Partido *Jinbo*) possui 3 membros como representantes na Assembleia Nacional. Este partido é o que mais recebeu membros do antigo Partido Progressista Unificado (PPU), banido em 2016 pelo Judiciário, através da Lei de Segurança Nacional, por supostamente estarem em conluio com a Coreia do Norte, algo que nunca fora embasado, ao menos não para o grande público. O PPU chegou a possuir 13 cadeiras na Assembleia.

Ainda que possibilitados de “retomar como uma Fênix”, os progressistas o fazem em quais condições? Com quais lideranças? Quais são as perdas constantes que passam e como isso limita seu desenvolvimento? São muitas as questões, mas a história traz pistas. E o capítulo III trabalha com muitas delas.

Com estas pontuações, foram cernes deste trabalho os seguintes pontos:

1 – A LSN seguiu pertinente ao aparato estatal sul-coreano, independentemente do tipo de regime implementado, e sem distinção de qual Poder dentre os três existentes (Executivo, Legislativo e Judiciário) faria uso desta. Há também clara intromissão da agência de inteligência do país, o SIN (antiga KCIA) na política do país, sendo este órgão a apresentar acusações e pressionar governos, como no caso da Sexta República. Mesmo com a aprovação da Lei

Anticomunista, em 1961, a Lei de Segurança Nacional não perdeu importância, com a primeira tendo referências diretas à LSN. É possível apontar que a Lei Anticomunista é complementar na repressão à esquerda sul-coreana até ser aglutinada à LSN em 1980. Portanto, é justificável que a referida Lei tenha foco como principal ferramenta para repressão das esquerdas e seja estudada em detalhes, dando também noção de períodos em que se tornava mais repressiva ante o tipo de regime político que vigorava no país.

2 – Há uma parcela de sul-coreanos que atribuem a dificuldade da esquerda em se estabelecer no regime democrático liberal na Coreia do Sul por culpa própria, como argumenta Yunjong Kim. No entanto, é possível observar trajetória de crescimento de partidos/candidatos em eleições, no período mais longo da democracia liberal sul-coreana, a Sexta República (1988 – atualmente), tal qual o Partido Progressista Unificado (PPU), que chegou a ocupar 13 cadeiras na Assembleia Nacional antes de ser banido. Logo, seriam necessariamente um fracasso? Um partido que perde sua estrutura leva anos para que membros remanescentes se reorganizem, caso se reorganizem. Com o banimento do PPU em 2014, e com seu sucessor natural, o Partido Progressista ocupando atualmente a 3ª posição em número de cadeiras na Assembleia Nacional do país (ainda que isso represente apenas 3 cadeiras), é plausível dizer que o partido está em posição de reforço de suas posições, não sendo necessariamente um caso encerrado.

Isso considerando que, em outras décadas, os principais líderes de esquerda foram executados. Cho Bong am, fundador do partido comunista coreano, mas que concorrera como independente em 1956, conquistado o segundo lugar nas eleições presidenciais daquele ano contra Syngman Rhee. Não muito depois, foi executado ao ser enquadrado pela LSN. Choi Baek geun, também de esquerda, que crescia entre os opositores, teve o mesmo destino, já sob o governo militar. Já os partidos políticos iam pelo caminho do banimento, como os listados durante o governo de Syngman Rhee ou banidos após o golpe militar de Park Chung hee. Desta forma, ainda que existam problemas de métodos, parece um tanto exagerado dizer que o principal problema se encontra na própria esquerda. Ou que seja esta a principal causadora de suas dificuldades.

3 – Um aspecto que também se destaca é a forte influência de sistemas externos, especialmente do estadunidense, na criação do Estado sul-coreano. Os Estados Unidos desempenharam um papel crucial na modelagem do sistema político e jurídico do país, incluindo o suporte ao regime sul-coreano e a implementação de políticas anticomunistas rigorosas. Essa influência direta e indireta impactou profundamente a legislação do país e a

LSN é reflexo disso, sendo parte da consolidação de um ambiente hostil à esquerda em período que os EUA se preparavam para a Guerra Fria. A atuação dos EUA contribuiu para a manutenção de uma linha dura contra a esquerda e a repressão aos movimentos progressistas, evidenciando como interesses externos moldaram parte das políticas internas e corroboraram para limitar o pluralismo político, tal qual ocorreu em outros países.

4 – Outro ponto relevante é o impacto contínuo dessa repressão na sociedade civil e no amadurecimento da democracia sul-coreana. A repressão como um todo, seja fruto da aplicação contínua da LSN, seja com outras arbitrariedades, gerou um ambiente de medo e autocensura, limitando o espaço para debates públicos e o desenvolvimento de uma sociedade civil vibrante. Movimentos sociais, ONGs e figuras públicas que buscam promover uma agenda progressista enfrentam não apenas estigmatização, mas também obstáculos legais e institucionais que minam sua capacidade de atuação.

A depender da temática, o assunto pode ser visto como uma afronta ao que representa a Coreia do Sul e, desta forma, deve ser banido tendo em vista a segurança nacional. Esse legado autoritário, marcado pela persistência de algumas leis repressivas, a LSN em especial, levanta questionamentos sobre o desenvolvimento da democracia na Coreia do Sul e os desafios para garantir um sistema verdadeiramente plural e inclusivo, onde grande número de correntes políticas possam coexistir sem receio de perseguição. Isso afeta diretamente o esforço para a existência de partidos de esquerda no país, pois existem obstáculos extras quando se considera a criação de um.

Por fim, a análise das dificuldades enfrentadas pela esquerda sul-coreana revela que as estruturas repressivas implementadas pelo Estado, com ou sem apoio direto/indireto dos EUA, e especialmente através da LSN, moldaram profundamente o ambiente político do país. Este estudo buscou contribuir para o entendimento de como instrumentos legais e a ação do aparato estatal foram usados para sufocar movimentos de oposição à esquerda e sustentar um equilíbrio de poder favorável ao *status quo*, limitando o desenvolvimento de agrupamentos político-partidários para além do espectro político da direita. As conclusões aqui alcançadas não apenas fornecem uma compreensão mais aprofundada do caso sul-coreano, mas também oferecem reflexões importantes sobre as dificuldades enfrentadas por movimentos de esquerda em contextos onde a repressão estatal se coloca como barreira à pluralidade política.

Quando organizações não-governamentais como a Anistia Internacional dizem que é a LSN a principal fonte de repressão à liberdade política na Coreia do Sul e que a lei deveria ser abolida, é factível dizer que este trabalho traz pontos que corroboram com este entendimento, pois o cruzamento de informações acerca dos atores políticos ante a situação da LSN e dos

regimes políticos deixam claro que o enfraquecimento das camadas progressistas na Coreia do Sul veio, e ainda vem, em escalas e formas diferentes, de cima para baixo.

É, por óbvio, compreensível que a Lei de Segurança Nacional possa ser substituída, de maneira eufemística, por algum outro dispositivo. Não se trata de uma lei por si só, e sim um conjunto de fatores que refletem um cenário sociopolítico que corrobora para indicar se a Coreia do Sul é ou não uma espécie de Estado policial. Porém, em se tratando da atualidade, qual seria a força de um governo, mesmo que conservador, mas democrático nos moldes do liberalismo ocidental, para “ressuscitar” uma lei tal qual a LSN, ou mesmo realizar uma “troca” por algo similar, que mantenha algumas das premissas de 1948?

Os conservadores lutam para a manutenção da LSN pois sabe, que, caso ela seja anulada, dificilmente o país voltaria a ter legislação parecida. Os debates, tanto sobre a Lei de Segurança Nacional como sobre os partidos de esquerda naquele país são válidos e importantes, e não podem ser feitos apenas na Coreia do Sul, não só porque lá ele estará sujeito a esses tantos preceitos já mencionados, mas também porque o país asiático agora exporta sua cultura e faz questão de levar sua imagem mundo afora. Façamos, então, sobre Coreia do Sul, e que seja da forma mais abrangente o possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCHETRON. **Progressivism in South Korea** [imagem]. Disponível em: <https://alchetron.com/cdn/progressivism-in-south-korea-88490652-d745-497c-8e6e-e9464f72be7-resize-750.jpg>. Acesso em: 15 out. 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Amnesty International Report on South Korea**. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/06/asa250091996en.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ARMSTRONG, Charles K. **The North Korean Revolution, 1945-1950**. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

BRITANNICA. Syngman Rhee. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Syngman-Rhee>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CAPRIO, Mark E. **Japanese Assimilation Policies in Colonial Korea 1910–1945**. Seattle: University of Washington Press, 2009.

CHANG, Hoon Ko. A Study on the Relationship between People and Government in the Era of American Military Rule - The Case of Jeju-do under Provincial Government of the United States Military in Korea. **World Environment and Island Studies**. Jeju City, vol. 5, nº 3, out. 2015, pp. 229 – 258.

CHOI, Young Back; YOON, Yong. J. Liberalism in Korea. **Econ Journal Watch**. Vancouver, vol. 13, nº 1, 2016, pp. 100-128.

COREIA DO SUL. **Lei da Segurança Nacional (LSN)** disponível em inglês. Disponível em: https://elaw.klri.re.kr/eng_service/lawView.do?hseq=26692&lang=ENG. Acesso em: 15 fev. 2024.

CUMINGS, Bruce. **Korea's Place in the Sun – A Modern History**. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2ª Edição, 2005.

CUMINGS, Bruce. **The Korean War – A History**. Nova Iorque: Modern Library, 2010.

CUMINGS, Bruce. **The Origins of the Korean War Vol. I: Liberation and the Emergence of Separate Regimes (1945 -1947)**. Princeton: Princeton University Press, 3ª Edição, 1989.

CUMINGS, Bruce. **The Origins of the Korean War Vol. II: The Roaring of the Cataract**. Princeton: Princeton University Press, 1990. pp. 568-621.

DIAMOND, Larry; SHIN, Gi Wook. **New Challenges for Maturing Democracies in Korea and Taiwan**. Stanford: Stanford University Press, 2014.

E-LAW. **Legislação de segurança nacional na Coreia do Sul e sua implementação.** Disponível em: https://elaw.klri.re.kr/eng_service/lawView.do?hseq=26692&lang=ENG. Acesso em: 2024.

EXPRESSO.pt. Matéria disponível em: <<https://expresso.pt/internacional/coreia-do-sul-ordena-dissolucao-do-terceiro-partido-politico=f903497>> Acesso em: 15 fev. 2024

HAN, Sang Won. Park **Chung-hee also criticized the “old man Syngman Rhee’s dark-eyed dictatorship”**. Original em coreano: 박정희도 비판했다 "이승만 노인의 눈 어두운 독재" Pressian News, 2013. Disponível em: <<https://n.news.naver.com/mnews/article/002/0001990681?sid=001> > Último acesso em 01/05/2024.

HENTHORN, W. E. **Korea - The Mongol Invasions**. Leiden: E.J. Brill, 1963.

HONG, Tai Young. ‘Excessive Nation’ and ‘Indiscoverable Individual’: ‘One-people principle’ and particularity of Korean nationalism. **Journal of Korean Politics**. Seul, vol. 24, nº 3, 2015, pp. 87 – 112.

HWANG, Su kyoung. **Korea's Grievous War**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

INTERNATIONAL TRADE UNION CONFEDERATION (ITUC). **South Korea: Government raids on union offices**. Disponível em: <https://www.ituc-csi.org/south-korea-government-raids?lang=en>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ITUC Asia-Pacific. **ITUC Asia-Pacific raises alarm over the arrest of KCTU leader shortly after IL O conventions entered into force in Korea**. Disponível em: [link faltando, favor adicionar]. Acesso em: [data de acesso].

JEONG, Young Hun. Ahn Ho Sang and Dangun Nationalism. **Gojoseon Dangun Hak**. Seul, vol. 39, nº 39, 2018, pp. 223 – 272

KATSIAFICAS, George. **Asia’s Unknown Uprisings – Volume 1 - South Korean Social Movements in the 20th Century**. Oakland: PM Press, 2012.

KATSIAFICAS, George. **Neoliberalism and the Gwangju Uprising**. Documento eletrônico. Disponível em: <<https://static1.squarespace.com/static/5ebdbc8bbc7d4955c7859db2/t/5f261ab95c5c60518d4b7c92/1596332730042/Neoliberalism+and+the+Gwangju+Uprising.pdf> > Último acesso em 15/02/2023.

KDEMO. **Korea Democracy Foundation Archives**. Documento disponível em: <https://archives.kdemo.or.kr/isad/view/00740591>. Acesso em: 13 out. 2024.

KERN, Thomas. Cultural Performance and Political Regime Change. **American Sociological Association**. Washington D.C., vol. 27, nº 3, set. 2009, pp. 291-316.

KIM, Alexander. The Historiography of Bohai in Russia. **The Historian**. Tampa, vol. 73, nº2, Verão de 2011, pp. 284-299.

KIM, Byung Cook, VOGEL, Ezra F. **The Park Chung Hee Era: The Transformation of South Korea**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

KIM, Charles. Moral Imperatives: South Korean Studenthood and April 19th. **The Journal of Asians Studies**. Cambridge, vol. 71, nº 2, maio de 2012, pp. 399-422.

KIM, Kirsteen, KIM, Sebastian. The Christian impact on the shaping of the First Republic of Korea, 1945-48: anti-communism or vision for a new nation? **Religion, State & Society**. Londres, Volume 46, número 4, junho de 2018. pp. 402-417.

KIM, Seon Pil. Mainland development policy in an autonomous subnational island jurisdiction: spatial development and economic dependence in Jeju, South Korea. **Island Studies Journal**. Charlottetown, vol. 15, nº 1, jun. 2020, pp. 169-184.

KIM, Taewoo. The Historical Background and Content of Oh Kiyŏng's Middle-of-the-Road Nationalism in Korea, 1919-1948; **International Journal of Korean History**. Seul, vol. 24 nº 2, agosto 2019, pp. 209-244.

KIM, Yang Soo. Cholera Outbreaks in Korea after the Liberation in 1945: Clinical and Epidemiological Characteristics. **Infection & Chemotherapy**. Seul, vol. 51 nº 4, 2019, pp. 427 – 434.

KIM, Young mi. **The Politics of Coalition in Korea: Between Institutions and Culture**. Nova Iorque: Routledge, 2011.

KIM, Yunjong. **The Failure in Socialism in South Korea**. Nova Iorque: Routledge, 2016.

KOLKO, Joyce, KOLKO, Daniel. **The Limits of Power - The World and United States Foreign Policy, 1945-1954**. Nova Iorque: Harper & Row, 1972.

KOREA.NET. **Yun Posun na galeria dos Presidentes da República da Coreia**. Disponível em: <https://www.korea.net/NewsFocus/policies/view?articleId=214671>. Acesso em: 30 ago. 2023.

KRAFT, Diane B. South Korea's National Security Law: A Tool of Oppression in an Insecure World. **Wisconsin International Law Journal**, Madison, vol. 24, nº 2, 2006. pp. 627-659.

KTV. Disponível em:

<https://terms.naver.com/entry.naver?docId=920304&cid=62048&categoryId=62048>. Acesso em: 7 set. 2024.

KWANG, **Yeong Shin**. Disponível em: <https://chungang.academia.edu/KwangYeongShin>. Acesso em: 23 jul. 2024.

KWON, Tai Hwan; *et al.* **The Population of Korea**. Seoul: Seoul National University, 1975.

LANKOV, Andrei. **From Stalin to Kim Il Sung: The Formation of North Korea 1945-1960**. Londres: Hurst & Company, 2002.

LANKOV, Andrei. The Demise of Non-Communist Parties in North Korea (1945–1960). **Journal of Cold War Studies**, Cambridge: MIT Press, vol. 3, nº 1, 2001. pp. 103-125.

LEE, Chong Sik. Politics in North Korea: Pre-Korean War Stage. **The China Quarterly**. Londres, vol. 14, 1963, pp. 3-16.

LEE, Jong Kon (2014). The Instability of Korean Political Parties: Cue-givers and Cue-chasing Politicians. **Japanese Journal of Political Science**. Cambridge, Vol. 15 nº 1, 2014, pp. 113-130.

MACAU BUSINESS. **Seoul spy agency raids labour group over suspected North Korea ties**. Disponível em: https://www.macaubusiness.com/seoul-spy-agency-raids-labour-group-over-suspected-n-korea-ties/?__cf_chl_tk=e3JiriZEpbPDI2H7s8BY1qgH40biW16VA6u6z35W3mw-1688071057-0-gaNycGzNDGU. Acesso em: 30 jun. 2024.

MACDONALD, Donald S. **The Koreans: Contemporary Politics and Society**. Nova Iorque: Routledge, 3ª Edição, 2018.

MACEDO, Emiliano Unzer. **A MONTANHA E O URSO - Uma História da Coreia**. Columbia: Amazon Independent Publishing, 2018.

MERRILL, John. The Cheju-do Rebellion. **Journal of Korean Studies**. Washington D.C. vol. 2, 1980, pp. 139-197.

MINAHAN, James B. - **Encyclopedia of Stateless Nations - Ethnic and National Groups Around the World**. Santa Barbara: Greenwood, 2ª Edição, 2016.

MINPLUS NEWS. Disponível em: <http://www.minplusnews.com/news/articleView.html?idxno=12437>. Acesso em: 13 out. 2024.

MOON, Hyojin. A Background Study of 'Haenyeo Uprising Song' in the Jeju Haenyeo Anti-Japanese Movement. **The Journal of the Korea Contents Association (한국콘텐츠학회논문지)**. Daejeon, vol. 22, nº 4, 2022, pp.754-764.

MOON, Seungsook - **Militarized Modernity and Gendered Mass Mobilization**. Durhan e Londres: Duke University Press, 2005.

MYUNGJI, Yang. Informações disponíveis em: <https://sociology.manoa.hawaii.edu/myungji-yang/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

NATIONAL ARCHIVES OF KOREA. Fonte disponível para consulta. Disponível em: https://db.history.go.kr/diachronic/level.do?levelId=kn_094_0110_0020. Acesso em: 13 out. 2024.

NATIONAL INSTITUTE OF KOREAN HISTORY. **Agremiação política**. Disponível em: [http://contents.history.go.kr/mobile/nh/view.do?levelId=nh_052_0030_0020_0030_0040#:~:text=민주주의독립전선\(이하%20독립,좌우파%20인사들이%20참여하였다](http://contents.history.go.kr/mobile/nh/view.do?levelId=nh_052_0030_0020_0030_0040#:~:text=민주주의독립전선(이하%20독립,좌우파%20인사들이%20참여하였다). Acesso em: 21 abr. 2024.

NATIONS ONLINE. **Mapa administrativo da Coreia do Sul**. Disponível em: <https://www.nationsonline.org/maps/korea-south-admin-map.jpg>. Acesso em: 15 out. 2024.

NEARY, Ian. **Human Rights in Japan, South Korea and Taiwan**. Londres: Routledge, 2002.

NEW WORLD ENCYCLOPEDIA. **Three Kingdoms of Korea**. Disponível em: https://www.newworldencyclopedia.org/entry/Three_Kingdoms_of_Korea. Acesso em: 30 jun. 2024.

NEWS POST. Fonte disponível para consulta. Disponível em: <https://www.newspost.kr/news/articleView.html?idxno=4991>. Acesso em: 13 out. 2024.

NOHLEN, Dieter; GROTZ, Florian; HARTMANN, Christof. **Elections in Asia and the Pacific - A data Handbook: Volume II - South East Asia, East Asia and the South Pacific**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001.

OLIVER, Robert T. Syngman Rhee: A case study in transnational oratory. **Quarterly Journal of Speech**, Abingdon-on-Thames, vol. 48 n° 2, 1962. pp. 115-127.

OLIVER, Robert T. Syngman Rhee: **A case study in transnational oratory**. New York: University of Alabama Press, 1954. p. 116. Texto consultado em documento físico.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Normas laborais na Coreia do Sul**. Disponível em: http://www.ilo.int/dyn/normlex/en/f?p=1000:13100:0::NO:13100:P13100_COMMENT_ID,P13100_COUNTRY_ID:2225898,103123. Acesso em: 30 jun. 2024.

OXFORD BIBLIOGRAPHIES. **Neoconfucionismo**. Disponível em: <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199920082/obo-9780199920082-0101.xml#:~:text=Neo-Confucianism%20is%20the%20English,13th%20through%20the%2019th%20century>. Acesso em: 11 dez. 2022.

PARK, Myung-Lim. Towards a Universal Model of Reconciliation: The Case of the Jeju 4.3 Incident. **Journal of Korean Religions**. Seoul, vol. 9, n° 1, abril 2018, pp. 105-130

PARK, Tae Gyun. What Happened Sixty Years Ago? ROK-US Deep Distrust Between President Rhee and Eisenhower. **Journal of International and Area Studies**. Seoul, vol. 21, n° 1, 2014. pp.37-53

PROFIL PELAJAR. **Dinastia Goryeo**. Disponível em: <https://profilpelajar.com/article/Goryeo>. Acesso em: 15 outubro de 2024.

REVISTIA. Artigo disponível em: https://revistia.org/files/articles/ejed_v5_i2_22/Kim.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

RULIWEB. Conteúdo cultural ou histórico. Disponível em: <https://i3.ruliweb.com/img/23/07/08/18933a515d557ef70.webp>. Acesso em: 15 out. 2024.

SHIN, Gi Wook, MOON, Rennie. 1919 in Korea: National Resistance and Contending Legacies. **The Journal of Asian Studies**. Cambridge, vol. 78, nº 3, maio 2019, pp. 399-408.

SKORYKOVA, N.A. Korean Communists in Irkutsk (Spring, 1921); **Journal of Ancient Technology Laboratory**. Irkutsk, vol. 13 nº 4, 2017. pp. 185-191

STEINBERG, David I., SHIN, Myung. From Entourage to Ideology? Tensions in South Korean Political Parties in Transition; **East-West Center Working Papers: Politics, Governance, and Security Series**. Honolulu, nº 9, Agosto de 2005.

SUH, Dae Sook. South Korea in 1981: The First Year of the Fifth Republic; **Asian Survey**. Oakland, vol. 22 nº 1, 1982. pp. 107 – 115

SPRINGEROPEN. Artigo disponível em:
<https://ajges.springeropen.com/track/pdf/10.1186/s40856-017-0015-4.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

THE LANGUAGE CLOSET. **Jejueo, língua da Coreia**. Disponível em:
<https://thelanguagecloset.com/2020/05/12/koreas-other-language-jejueo-jejuma-%EC%A0%9C%EC%A3%BC%EC%96%B4-%EC%A0%9C%EC%A3%BC%EB%A7%90/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

TREWARTHA, Glenn; ZELINSKY, Wilbur. Population Distribution and Change in Korea 1925-1949. **Geographical Review**. London, vol. 45, nº 1, 1955, pp. 1-26.

TURNBULL, Stephen. **The Mongol Invasions of Japan - 1274 and 1281**. Long Island City: Osprey Publishing, 2010.

US-KOREA INSTITUTE AT SAIS. **Biografia de Charles Armstrong**. Disponível em:
<https://usakoreainstitute.org/publications/working-paper-series/researcher-biographies/charles-armstrong/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

UNIVERSITY OF CHICAGO. **Biografia do professor Bruce Cumings**. Disponível em:
<https://history.uchicago.edu/directory/Bruce-Cumings>. Acesso em: 3 nov. 2024.

UNIVERSITY OF ILLINOIS URBANA-CHAMPAIGN. **Arquivos de Nancy Abelmann**. Disponível em: <https://archon.library.illinois.edu/archives/?p=creators/creator&id=3184>. Acesso em: 3 nov. 2024.

UNIVERSIDADE DE ANDONG. Informações e contato da autora. Disponível em:
https://www.andong.ac.kr/eng/html.do?menu_idx=54. Acesso em: 23 jul. 2024.

WELLS, Kenneth M. *et al.* **South Korea's Minjung Movement: The Culture and Politics of Dissidence**. Honolulu: University of Hawaii Press, 1995.

WOO, Jongseok; Crafting democratic control of the military in South Korea and the Philippines: the problem of military factions. **Contemporary Politics**. Pensacola, vol. 16, nº4, dez. 2010, pp.369-382

YI, Tae Jin. Treaties Leading to Japan's Annexation of Korea: What Are the Problems? **Korea Journal**. Seoul, vol. 56, n° 4, 2016, pp. 5-32

YOON, Jeongran. **"Victory over Communism: South Korean Protestants' Ideas about Democracy, Development, and Dictatorship, 1953–1961"**. *Journal of American-East Asian Relations*. Leiden, vol. 24, n° 2/3, 2017. pp. 233 - 258

YOUNG, Ick Lew. **The Making of the First Korean President: Syngman Rhee's Quest for Independence, 1875-1948**. Honolulu: University of Hawaii Press, 2014.